

ESPECIAL
32 páginas
Cr\$ 40,00

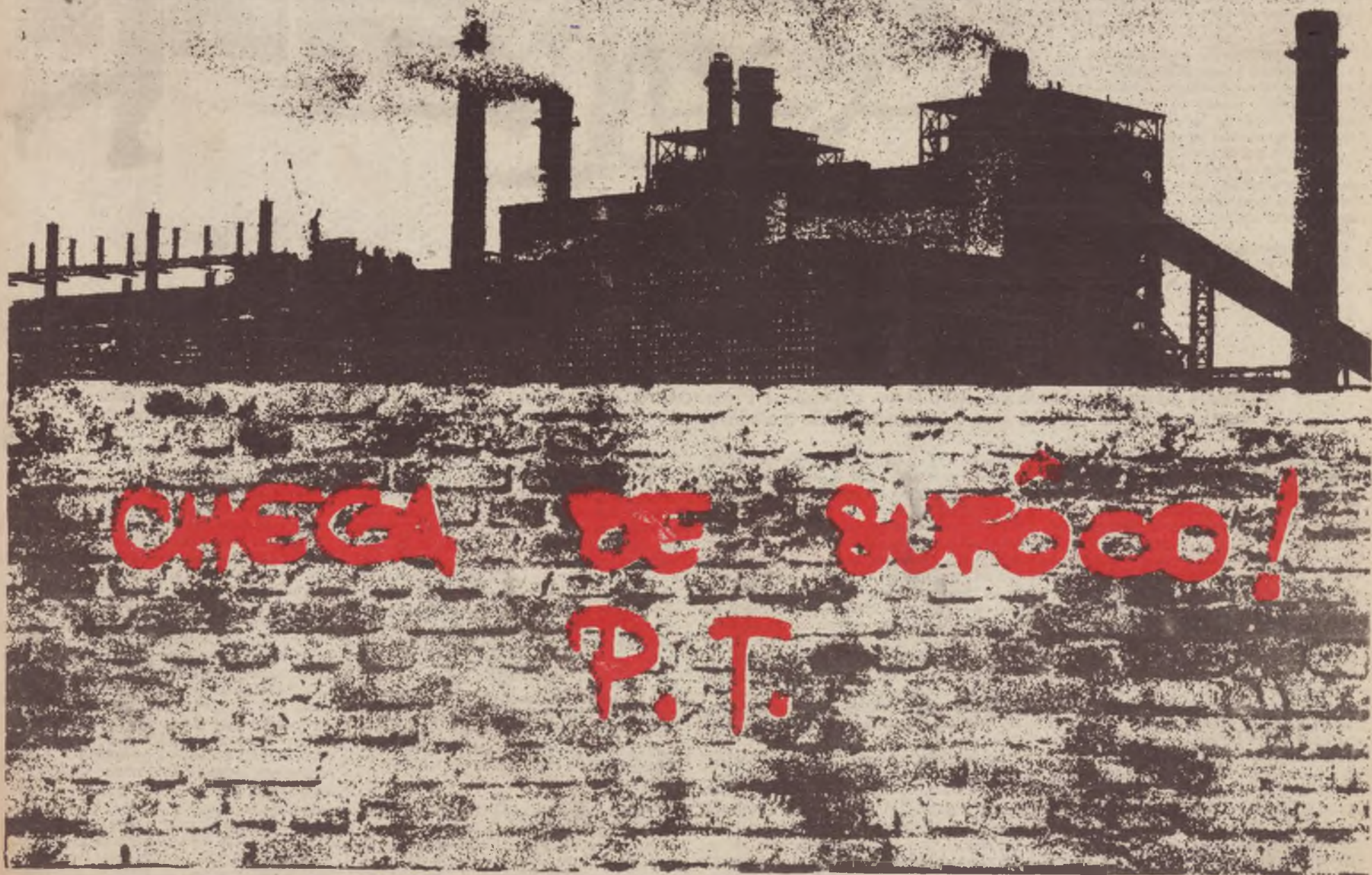
Com esta edição, especial de fim de ano, encerramos 1980 e tiramos férias. Estaremos de volta nas bancas a partir da segunda quinzena de janeiro. Feliz Natal e um 81 cheio de lutas e vitórias. PT, saudações.

EM TEMPO:

Quinzenário Nacional • ANO IV • Nº 120 • Dezembro de 1980 a Janeiro de 1981 • Cr\$ 40,00

1980

PT EMPLACA CONTRA A DITADURA E A EXPLORAÇÃO



GOVERNO AFUNDA O PAÍS NA LAMA E NA MISÉRIA

Cuidado: a "abertura" continua

Abertura e tentativas de conciliação para as camadas médias. Para o povão, a receita de sempre: pau. A ditadura, enfim, ainda é aquela.

De acordo com alguns porta-vozes do Partido Comunista Brasileiro estaríamos vivendo um período de transição da ditadura para uma sociedade democrática. Não deixa de ser um curioso ponto de vista. Pois qualquer balanço mínimo dos movimentos do regime este ano chegará inevitavelmente à conclusão de que o predominante foi a política do porrete e não as medidas liberalizantes.

O grande fato político do primeiro semestre foi, sem dúvida, a greve dos operários do ABC, reprimida brutalmente. Inflexível nas negociações, garantindo economicamente os patrões, o governo interveio no Sindicato e fez de São Bernardo uma praça de guerra. Procurando fazer de sua ação um exemplo para todos os movimentos reivindicatórios, enquadrou na Lei de Segurança Nacional toda a diretoria. Lula à frente. É mais: terminada a intervenção no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, o presidente Olívio Dutra foi impedido de reassumir, além de sete outras intervenções em sindicatos.

No campo do sindicalismo autêntico e das lideranças surgidas nas greves de 79, a estratégia foi a de solapar as suas bases, desorganizar os trabalhadores, reforçar o peleguismo e os conciliadores. Vejamos, por exemplo, entre os metalúrgicos, além do ABC, a ação do regime no Rio e São Paulo ou ainda sua atitude em relação aos professores (veja p. 21).

Na Lei de Segurança Nacional também foram enquadrados o deputado Genival Tourinho (PDT), João Cunha (PT) e Jacob Bittar (secretário geral do PT). Para conter a ação pastoral da Igreja, o governo decretou o Estatuto dos Estrangeiros, suporte legal para uma verdadeira "caça às bruxas" contra o clero progressista, composto em boa parte por padres de outros países.

No plano parlamentar, predominaram as medidas autoritárias. Foram prorrogados os mandatos de prefeitos e vereadores, adiando as eleições municipais. Saindo do plenário, o PDS impediu a votação do projeto que devolvia ao Congresso algumas das suas prerrogativas frente ao governo. A negação das "prerrogativas", propostas por um deputado do próprio PDS, foi considerada a grande derrota do parlamento, frustrando as expectativas dos que viam nele o caminho da liberalização da ditadura.

E as tão anunciadas eleições para governador que ninguém pode afirmar com certeza se

ocorrerão — foram aprovadas solitariamente, permanecendo o mandato de oito anos dos senadores biônicos, as eleições indiretas para presidente e nas capitais e municípios ditos de Segurança Nacional, além de ficarem de pé vários itens da Lei Falcão. No campo econômico e social prevaleceram as medidas anti-populares, como a alteração da lei salarial e as medidas inflacionárias.

No cômputo geral, enfim, a ditadura assumiu neste ano uma feição mais autoritária até do que prometiam os discursos "distensionistas" e o símbolo de sua política poderia ser o dedo em riste do senador Jarbas Passarinho, acusando o moderadíssimo Tancredo Neves de radical.

Mas a "abertura" continua. Só que, longe de significar um projeto de transição democrática, ela poderia ser definida como o método mais eficaz de manter a estabilidade de uma ditadura extremamente impopular, num período de aguda crise econômica e forte tensão social.

Conciliação e Porrete

Para isso, como afirmou Golberi numa palestra, é preciso combinar duas manobras complementares: abrir o espaço da conciliação para os que não têm uma política radicalmente contra a ditadura e destruir politicamente os que, interpretando os anseios populares, trabalham pela sua derrubada. Ou noutras palavras: abrir um canal de manifestação para o conjunto das camadas médias, tentando absorver sua insatisfação num parlamentarismo controlado e fechar os condutos de organização dos trabalhadores e

do povo oprimido.

Um primeiro balanço deste ano concluirá que o governo, apesar do estrondoso fracasso de sua política econômica tem marcado alguns pontos no campo político.

Com o anúncio das eleições para governador, a ditadura abre um enorme espaço para que os partidos burgueses (PMDB, PDT, PP, PTB) adequem seus métodos ao sonho de alcançar o poder pela via eleitoral num prazo curto, evitando a radicalização. Para manter a sua condição de maioria, o governo conta com a divisão das oposições e as medidas casuísticas. Ou ainda simplesmente não realizar as eleições, deixando todos estes partidos de calça na mão.

Do outro lado, o ano de 1981 promete a continuidade do fogo cerrado contra o sindicalismo autêntico, a esquerda, a ação pastoral da Igreja e, sobretudo, o PT. Enfim, todo cuidado é pouco. A "abertura" continua.



Patrões e generais: Sentido!

As classes dominantes brasileiras estão fortes e coesas: se Figueiredo, ao contrário do que prognosticou Brizola no exílio, não tem estatura nem base para ser o Suarez brasileiro, ele também não é o representante de uma ditadura agonizante como Somoza.

Não se confirmaram as previsões daqueles que apostaram todo o tempo no "golpe da ultra-direita", que fechando o cerco à ala distensionista hoje predominante no Planalto, desabaria sobre as oposições, surpreendendo-as na impotência. Nem muito menos as ilusões de outros que, por alguns momentos, notadamente quando Figueiredo prometeu voltar a sua ira contra os responsáveis pelos atentados terroristas, acreditaram que o governo "queimaria" a sua aliança com os setores mais "duros" do Exército para se aproximar de setores mais liberais, reforçando os ventos da distensão.

Entretanto, o que se notou neste ano foi o reforço das posições dos militares alinhados com Figueiredo, das medidas de coesão militar. Está em curso uma estratégia, comandada pelo Planalto, que prevê uma ampla reformulação do Alto Comando do Exército e que visa a ocupação dos postos-chaves por militares mais fiéis às ordens do grupo identificado com a presidência da República. A começar pela substituição já realizada (por antiguidade) do general Bandeira do posto de comandante do III Exército no Rio Grande do Sul, a provável substituição de Milton Tavares do II Exército (ambos são co-

nhecidos como integrantes da linha mais fascizante e apontados como mentores dos atentados terroristas) e a do general Andrade Serpa (outro dissidente histórico) em março de 1981. Significativos também foram os discursos dos ministros da Aeronáutica e da Marinha ao final de outubro, afixando a sua total submissão "à voz de comando do Presidente da República". Outra medida de controle importante, foi o projeto de lei alterando o Estatuto dos Militares e "proibindo quaisquer manifestações coletivas tanto sobre atos superiores quanto os de caráter reivindicativo ou político" por parte de militares da ativa ou da reserva desde que não estejam engajados em partidos políticos. Enfim, um golpe da ultra-direita, se não fosse por outros motivos, parece carecer da mínima base de sustentação militar.

Por outro lado, a base de sustentação burguesa da ditadura parece pouco propensa a apoiar uma aventura golpista da "ultra-direita". O centro do empresariado multinacional e nacional manifestou formalmente o seu apoio integral a Figueiredo, num manifesto condenando de maneira veemente o que conspiram para o fracasso da abertura e "pior ainda os que ousam utilizar o recurso abominável do terrorismo".

Mais infundadas ainda se revelaram as ilusões de que a ala militar predominante entregaria os "setores duros" em nome de uma aproximação com os liberais. A estabilidade do governo, empenhado em levar adiante o processo de distensão, tem se alimentado principalmente da utilização de manobras flexíveis, da capacidade de acomodar tensões e divergências. Isolar os opositores mais renitentes recorrendo às normas disciplinares do Exército e cooptar os outros, vem sendo o caminho pelo qual a ala distensionista vem mantendo sua hegemonia no meio militar.

Ilusões

Quando foi preciso afastar o general Ednardo ou demitir o ministro Frota, isso foi feito com o rigor da caserna; mas também se abriu o Ministério do Exército a um representante mais identificado com a linha mais fascizante, o general Valter Pires.

Promover uma punição pública de algum general eventualmente comprometido com o terrorismo seria, no entanto, dar às divergências um conteúdo mais profundo que elas têm, seria romper o círculo do poder onde se resolvem as divergências dos setores dominantes. O que divide é o

método, a indisciplina, e não o fato de estarem sendo atingidos, por exemplo, a imprensa alternativa ou as lideranças do movimento popular. Punir no alto escalão, seria, enfim, fatal para a coesão e unidade dos setores dominantes.

Por outro lado, a política do governo combinando manobras com repressão é flexível o bastante para incorporar as demandas dos setores mais retrógrados em relação à esquerda e ao movimento popular. O Estatuto dos Estrangeiros, por exemplo, não trouxe para o campo institucional a campanha dos fascistas mais exaltados contra a igreja progressista?

Enfim, nem um golpe da ultra-direita nem uma liberalização do regime. E, muito menos ainda, uma desagregação do poder do estado que indicaria uma queda próxima da ditadura como se iludem algumas correntes da esquerda. Pelo contrário, as classes dominantes e o estado entram neste próximo período, de profunda crise política, coesas e, de quebra, com um enorme aparato de dominação militar. Se Figueiredo, ao contrário do que prognosticou Brizola no exílio, não tem estatura nem base política para ser o Suarez brasileiro, ele também não é o representante de uma ditadura com os flancos tão expostos como a de Somoza.

A difícil, porém urgente, tarefa do PT

Entre a conciliação e o retrocesso, como unir os explorados para derrubar a ditadura



Ou vai ou racha; do jeito que está não dá mais para ficar. Este é o sentimento que hoje percorre tanto as classes dominantes como as dominadas. A situação econômica do país está à beira da falência geral, a inflação lança incertezas nos lucros e arrocha os salários; no plano político o regime teme uma possível vitória das oposições em 82 e ainda não está seguro de conseguir conter a insatisfação social que vem se expressando principalmente no surto grevista de já quase três anos.

A abertura enfim, foi pega de surpresa pela emergência social e política das classes trabalhadoras e ainda não refez de todo sua estratégia. E, como é claro, no meio da linha não dá para ficar que o trem pega.

Mas a ditadura não dorme no ponto. Se 1978 foi o ano do estourar da panela de pressão para os trabalhadores, pegando o regime de surpresa, e 79 o ano da generalização das lutas grevistas, já em 80 a coisa começa a se mostrar diferente. A ditadura resolve mostrar claro que está de pé e, apoiada na coesão das classes dominantes, distribui tiros para todos os lados nos movimentos sociais. Noutro plano, contando com a prestígio colaboração das forças "confiáveis" da oposição, inclusive de vários setores da própria esquerda, o regime lança-se de modo audacioso na tentativa de combater a repressão com o controle sobre os trabalhadores.

Mas 1980 trouxe muitas esperanças para os explorados. Em primeiro lugar, a consolidação do PT enquanto uma proposta claramente viável de organização política independente para os trabalhadores. O registro provisório já está aí, conquistado, e agora é pau na máquina na construção do partido. Se o PT não é ainda um forte partido interventor na luta de classes, do cotidiano das massas à grande política, um partido capaz de, já dirigir plenamente a luta do conjunto das forças exploradas na derrubada da ditadura e na construção de uma sociedade sem classes, no entanto, ele reúne excepcionais condições de chegar lá.

Também 1980 trouxe exemplos significativos de condução de movimentos grevistas massivos e vitoriosos como foi o caso do movimento dos docentes, além de greves menores isoladas, não nacionais, que pipocaram durante o ano. Também deu mostras mais evidentes, refletidas no conflito entre a ditadura e a cúpula da igreja — apesar das tentativas de contemporização da visita do Papa — do profundo fosso que separa as mínimas reivindicações das classes populares e as possibilidades de atendimento ou cooptação do regime.

No frígido dos ovos de 1980, fica a imagem de um frágil e instável momento em que se cruzaram de um lado as tentativas de consolidação da "abertura" e de outros, o ascenso das classes populares na cena política.

1981, ao que tudo indica, será um ano decisivo. A crise econômica, já não aceita meias soluções: a inflação vai estourar nas alturas e o país irá pedir pinico no FMI. O arrocho vai se aprofundar, Delfim vai querer "mais suor", enfim o sufoco vai aumentar. Isto no que depender das classes dominantes. Mais que isso, os seus aliados no campo da oposição cada vez mais dão mostras de boa vontade para a conciliação. E suas pontas de apoio no movimento de massas, os reformistas da esquerda, cada vez demonstram maior ousadia e desenvoltura nas suas audaciosas ações colaboracionistas, sedentos que são do caminho curto e fácil para suas políticas. Aí estão, para todos verem, as últimas ações sindicais deste bando.

Isso significa que, no campo do adversário e daqueles que junto aos explorados, objetivamente, servem aos seus interesses, 1981, promete um quadro duro para os trabalhadores.

Pelo seu lado, os trabalhadores tem, portanto, muito que fazer e ousar. Pois, do contrário, 1981, ou vai ser um ano em que a "abertura" conseguirá muitos pontos no controle do movimento de massas e inseri-lo dentro de seu plano mais geral de administração da crise às nossas custas. Ou então, será um ano onde se amadure-

cerão enormemente as condições para um retrocesso, para o fechamento, para o golpe, enfim. Não é de se desprezar a influência que a recente eleição norte-americana poderá exercer sobre este quadro.

Neste contexto, de onde pode vir a solução do impasse que se avizinha para as classes dominadas? A chance, promissora, é bom frisar, não está senão no PT. Hoje, ele é o pólo dos explorados capaz de, em tempo, armar politicamente o conjunto dos trabalhadores para que eles possam ousar ter uma chance de vitória em meio aos tempos negros que se aproximam.

O instrumento capaz de forjar uma ampla e profunda frente dos setores populares contra a ditadura, que vá progressivamente isolando o regime, neutralizando a oposição vacilante e

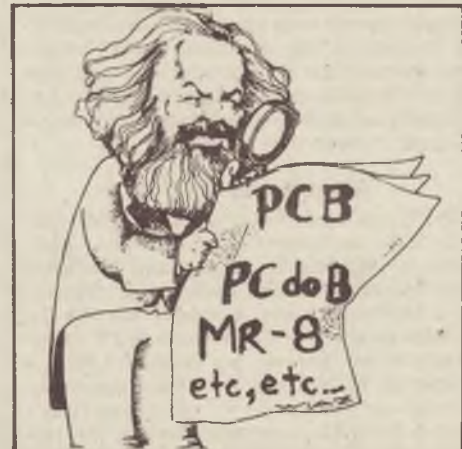
deslocando o centro político para o terreno das lutas e organização das massas não é outro, senão o Partido dos Trabalhadores. As demais forças de oposição, ou são demasiadamente fracas ou vacilantes, ou extremamente inexpressivas socialmente para tarefa de tamanha envergadura. O PT ainda é jovem e cheio de insuficiências mas, o potencial que traz em si, é o melhor avalista da possibilidade desta vitória. Ou ele se lança com a ousadia que a situação requer na moldura desta unidade dos explorados, penetrando nos movimentos como um partido, de fato, intervindo desde dentro e fora no rumo apontado, dando a orientação e puxando o conjunto das forças sociais revolucionárias ou, do contrário, o campo político estará cada vez mais fértil para a colaboração, o pacto social ou então o golpe de estrema direita.

A "esquerda confiável" contra o movimento

Em 1980, ano em que as diversas correntes de esquerda vieram à luz, foi colocada com ênfase a questão da sua relação com o movimento popular. Essa relação tem sido particularmente problemática para as correntes de esquerda que refutam o PT e pintam a si mesmas como o principal instrumento da luta popular contra a ditadura. É o caso do PCB que se considera a vanguarda histórica das classe trabalhadora, no PC do B, que se considera o partido da classe operária brasileira desde 1922 e do Hora do Povo que se auto-denomina "o porta-voz oficial (sic) do povo brasileiro."

Conciliação

Se 1964 é considerado na história da esquerda o ano crucial para a crise do Partido Comunista Brasileiro, 1980 será lembrado como o ano em que a decadência do PCB veio à luz. Enfraquecido pelas divergências internas, por sua precária inserção nos movimentos, sem a mística legendaria de Prestes, o PCB será lembrado como o partido da conciliação que se posicionou contra os operários em plena greve do ABC e que apóia sistematicamente os pelegos a nível sindical. Será



lembrado ainda pela voz de Giocondo Dias, corrigindo a afirmação de Tancredo Neves de que a abertura havia encaixado e reafirmando a sua fé na política do general Figueiredo. Assim, o PCB além de pouco expressar o esforço de organização do movimento popular em curso parece ter muito pouco a contribuir para ele.

Se a política de conciliação com o governo é expressa e cristalina na voz dos dirigentes do PCB, ela aparece de forma velada, mas consistente e agressiva, nos correligionários do jornal Hora do Povo. Atacando — até fisicamente — as oposições sindicais, as pastorais da Igreja no meio operário, taxando-as simplesmente de "paralelismo sindical", convivendo harmonicamente e apoiando pelegos notórios, os correligionários do Hora do Povo além de terem uma ação desorganizadora ao nível da base, trazem para o movimento sindical os métodos mais reprováveis do gangsterismo político. Essa postura corresponde, ao nível partidário, a uma política clara de desestímulo à organização dos trabalhadores no PT e à promoção das ilusões em torno ao PMDB se transformar num partido popular e ser o instrumento da luta pela derrubada da ditadura.

PC do B: o racha

1980 foi também o ano em que se cristalizou o racha do PC do B, envolvendo vários de seus membros do Comitê Central e vários comitês regionais. O racha parece refletir bem os impas-

ses vividos pelo partido: de um lado a fração que se articula em torno a João Amazonas e que insiste na tese de que o PC do B é o partido da classe operária desde 1922, levando a uma postura intransigente contra o PT, classificando-o, absurdamente, de partido social-democrata (em entrevista coletiva recente, Amazonas chegou a dizer que "considera o PT uma força concorrente e que a direção do PC do B não permite que seus militantes sequer simpatizem com o Partido de Lula"). Do outro lado, a corrente que tende a apoiar e participar do PT.

A questão da contribuição do PC do B à luta contra a ditadura está portanto muito condicionada à evolução de suas contradições. Pois, se defende a necessidade de radicalizar a luta contra a ditadura, continua dentro do PMDB, isolado, e sem conseguir dar consequência à proposta de organizar a luta do povo oprimido contra a ditadura. Além disso, entrou em recente aliança contraditória com o MR-8, que tem uma prática conciliadora, senão gangsterista. Enfim, o PC do B vem demonstrando as suas dificuldades estruturais de se colar ao crescimento da organização independente dos trabalhadores e contribuir para ela.

Trégua ou Agonia?

Luis Eduardo Greenhalgh, presidente do CBA de São Paulo, faz um balanço da escalada terrorista de 1980.

Por Marília Carvalho

Foi como um trovão rasgando um céu que, se não era de todo azul, também não indicava tempestade tão terrível. A escalada terrorista se espalhou rapidamente, destruindo bancas de jornal em todo o país, crescendo em ousadia ao depredar uma creche judaica em São Paulo e culminando no Rio de Janeiro, com o assassinato de D. Lyda e a mutilação do jornalista José Ribamar. Depois, tão de repente como veio, a tempestade amainou e pode-se respirar mais tranquilamente.

O mistério que cercava a origem dos atos terroristas, no entanto, mostrou ser mais frágil do que se pensava. Um coronel reformado foi encontrado de peruca, rondando uma livraria ameaçada de explosão em Brasília. Um terrorista arrependido abriu o jogo em Belém, revelando o nome de várias patentes envolvidas. Em Minas, o ex-agente do CENIMAR, Nelson Sarmiento, indicou vários nomes, entre civis e militares. Em São Paulo, a partir de uma pista eventual, flagrada por um jornalista, chegou-se aos nomes de incendiários de bancas, velhos militantes da ultra-direita. Jornalistas provaram, através de fotos, que os golpes desfechados na população da Freguesia do Ó partiam dos comandos de Maluf. E a coisa esquentou mais ainda, quando o deputado Genival Tourinho denunciou publicamente os nomes de três generais, comandantes do Exército em Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul.

No que depende do governo, no entanto, a onda de terror continuaria indecifrada, como comprova a atitude do PDS em Minas ao fechar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que se avizinhava perigosamente da verdade, ou no caso Dallari, quando o DOPS barra as investigações. E mesmo a prisão de alguns peixes-pequenos, como o direitista aposentado Watters e os "meninos" de Fortaleza não passa de uma tentativa de turvar as águas sobre os verdadeiros tubarões.

Ficaram para todos inúmeras dúvidas sobre a atual calmaria. Os ventos terroristas voltarão? EM TEMPO ouviu o advogado Luis Eduardo Greenhalgh, do CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia) de São Paulo, vítima e conhecedor dos meandros do terrorismo.

Quando precisa, o governo lança mão dos terroristas

"A utilização de grupos para-militares pelo regime não é de agora. Sintomaticamente, estes grupos fascistas aparecem quando emerge o movimento de oposição com mais força. Por exemplo: em 1968, quando havia um avanço do movimento popular, vieram também à luz os CCC, MAC etc. Só neste ano houve 24 atentados contra grupos de teatro, livrarias, jornais de oposição, centros acadêmicos, conventos e até a ABL (Associação Brasileira de Imprensa) foi atingida. Em 70, no período de declínio do movimento popular, só houve dois atentados e nos anos de refluxo eles praticamente não existiram. A partir de 76, quando os sinais de reanimação do movimento de oposição se fizeram sentir com mais força, já ocorreram oito atentados, os grupos de extrema-direita voltaram a atuar. Enfim, me parece que o governo lança mão da ação intimidatória destes grupos quando precisa. E não há dúvida nenhuma sobre a ligação direta dos militantes destes grupos fascistas e o poder. Os responsáveis pelo metralhamento do meu escritório, por exemplo; um deles trabalha no DOPS e o outro no Serviço Reservado da Polícia Militar. Por tudo isso, eu acho que o terrorismo não vai se extinguir enquanto existir o regime militar e é previsível que eles voltem a agir neste período de avanço do movimento popular.

Historicamente, nós podemos classificar estes grupos em três facções, todas interligadas.

Temos, em primeiro lugar, a ultra-direita civil, com ligações com o aparelho repressivo, mas com certa autonomia. São o CCC, o MAC, a própria TFP.

Em segundo lugar, teríamos um setor de composição mista de civis e militares, mais profissional, do qual a maior expressão parece ser a Falange Pátria Nova que, ao que tudo indica, está num processo avançado de aglutinação de elementos da ultra-direita e de organização a

nível nacional (vide os atentados a bancas, feitos coordenadamente e com as mesmas marcas).

Por último, teríamos a Vanguarda de Caça aos Comunistas, o pessoal mais "da pesada", mais profissional ainda, que seria responsável pelo assassinato e as explosões sofisticadas no Rio de Janeiro. Um pessoal que aparece menos e que age mais seletivamente, com mais violência e que parece situado mais profundamente nas entranhas do regime.

Há ainda uma ligação com os setores mais reacionários do empresariado. Os próprios DOI-CODI não eram instituições militares como são hoje, mas nasceram de um organismo financiado diretamente por empresários — a Operação Bandeirantes. Um deles, dos mais famosos, era o Boillensen, do grupo Ultragás. Não se desconhece, também, a ligação do grupo Lindemberg com o aparelho repressivo do regime.

Punição? Apenas bodes expiatórios

Com certeza não vai haver punição dos terroristas, mesmo estes que já foram presos. Pode haver, sim, punição perante a opinião pública.

Imprensa Alternativa: os danos do terror

Os atentados terroristas às bancas de revista tinham um alvo preciso, os jornais alternativos que, a partir daí, tiveram sua já árdua luta pela sustentação financeira abalada por uma queda tremenda nas vendas em banca.

EM TEMPO ouviu alguns deles e pode constatar que só não sofreram muito aqueles jornais que mesmo antes dos atentados dependiam pouco das bancas, sobrevivendo mais pela venda mão-a-mão, como O Trabalho, a Tribuna da Luta Operária ou O Companheiro. Mesmo assim, a pequena distribuição que havia no circuito comercial desapareceu. A Tribuna, por exemplo, coloca em bancas, hoje, apenas 5% do total de sua tiragem e O Trabalho, que conseguira uma distribuidora comercial para o estado de São Paulo, perdeu o contrato.

Já entre os jornais que tem o grosso de suas vendas concentrado nas bancas, a situação foi mais dramática. A Voz da Unidade colocava 28 mil jornais nas bancas em fevereiro e hoje coloca 11 mil. O Hora do Povo — que coloca 50% da sua tiragem nas bancas — dá como exemplo a sua distribuição em São Paulo: até hoje só conseguiu recuperá-la em cerca de 40%. O mesmo está ocorrendo com o Movimento, a nível nacional: os nove mil vendidos em bancas antes dos atentados caíram para 5 mil. Para nós, do EM TEMPO, a venda em bancas caiu em 70% a nível nacional.

O governo não apenas deixou de investigar os autores dos atentados, como também se omitiu em garantir as mínimas condições de segurança ao trabalho dos jornalistas e muito menos se preocupou em ressarcir as perdas dos profissionais que foram atingidos. Em algumas capitais, chegou mesmo a perseguir vendedores de jornais alternativos que saíram às ruas.

Mais do que nunca é necessário o apoio do leitor aos alternativos para garantir a continuidade e o fortalecimento de um dos mais importantes canais de denúncia que a oposição brasileira soube criar nestes últimos anos.

Eu analiso estas prisões na mesma medida política do atastamento do general Ednardo quando houve seguidas mortes por tortura no DOI-CODI em São Paulo com enorme repercussão na opinião pública. Agora, o que ocorreu? O general Figueiredo veio a São Paulo, parece ter entrado em contato com altos setores do Exército envolvidos com os atentados terroristas, mas nada aconteceu. Parece-me que estas prisões fazem parte de um jogo de barganha no interior do próprio regime, uma ala buscando aumentar o seu controle sobre as ações da outra. Apenas isso, nenhum significado maior de mudança na atitude do regime para com o terrorismo, que sempre foi de garantir-lhe a impunidade.

Pois a função destes atentados me parece ser a de espalhar o medo, imobilizar a oposição. E isso de certo modo conseguiram, por exemplo no caso da imprensa alternativa, que até hoje não conseguiu restabelecer de todo a distribuição de bancas. E gerando da parte de algumas correntes até o comportamento de estenderem a mão a Figueiredo. Um outro aspecto é a de que a repressão perde um pouco o seu aspecto seletivo, como foi no caso do desmantelamento dos grupos de esquerda, no final da década de 60 e início dos anos 70. A repressão, como a ação de seus grupos clandestinos, se dirige mais aos movimentos de massa emergentes. E o caso mais significativo é a da Freguesia do Ó, quando populares em geral foram atingidos.

Por outro lado, me parece que a situação de semi-legalidade desfrutada hoje pela esquerda reflete, sem dúvida, um avanço da luta pela democracia, mas também tem outro significado. O de que o governo ou controla a ação destes grupos (trazendo para si o seu apoio, utiliza-os



Luis Eduardo: "apenas bodes expiatórios"

politicamente) ou os tem sob controle, controla os seus passos, mapeia suas estruturas. E me parece que a esquerda, iludida com a solidez do espaço democrático que conquistamos, vem se comportando de uma forma extremamente liberal, se resguardando pouco, e facilitando o trabalho de mapeamento do regime.

Isolar politicamente a ditadura e o terrorismo

Não acredito que consigamos a punição de nenhum destes grupos fascistas enquanto durar a ditadura. E acho que nossa luta maior com o terror é isolá-lo politicamente, mostrar para a opinião pública quem são, as suas faces, as suas relações com o governo. Procurar isolar politicamente sempre os dois, mostrar como são combinados. Não há dúvida de que a oposição alcançou um certo nível de unidade contra o terror, mas essa unidade se fez com grande atraso e ainda de maneira superficial. É preciso pois, continuar a denúncia do terror, a exigência de sua punição. E eu apelo para a opinião pública para que denuncie tudo o que possa levar aos autores do terrorismo, pois a denúncia e não o silêncio, é a única arma de que dispomos para combatê-los".

Leia e assinie EM TEMPO



Um jornal engajado na construção do PT

À Editora Aparte S.A.
Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP
CEP 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque: por uma assinatura anual
Comum: Cr\$ 600,00 () Apoio: Cr\$ 1.000,00 () Exterior: US\$ 40,00 ()

Nome:
Endereço: Bairro:
Cidade: Estado: CEP:

Balanço
sócio-econômico

O inferno nosso de cada dia

Até quando?

O ano que vem promete mais arrocho, desemprego, inflação, crise de alimentos e cortes nos gastos sociais. Ou o povo acaba com este governo ou o governo acaba com o povo.

Por Maurício Borges Lemos e Juarez Guimarães

Porque o estouro da inflação vai a 200%

As últimas de Delfim para 1981 pronunciadas num discurso recente aos empresários: "Vejo muito suor pela frente; nós teremos que poupar mais e trabalhar mais". E o povo perguntou-se: Nós quem, cara pálida???

Recentemente, ganhou contorno mais nítido um novo pacote de medidas de política econômica que, pela sua amplitude e importância, pode ser comparado ao famoso "pacote de Natal" de dezembro do ano passado.

Destacam-se entre as principais medidas, a liberação da taxa de juros das financeiras, bancos comerciais e de investimento, a substituição da desvalorização cambial pré-fixada em níveis inferiores ao da taxa de inflação pela desvalorização em nível compatível ao do crescimento da inflação, a abolição da correção monetária pré-fixada (estabelecida em apenas 50% em 1980) substituída pela correção monetária indexada ao INPC. Além disso, estabeleceu-se o aumento dos aluguéis e prestações do BNH com base no INPC (atualmente calculado com base nas ORTN), eliminou-se parcialmente os subsídios creditícios destinados à agricultura e liberou-se os preços de muitos produtos industriais atualmente controlados pelo CIP.

As justificativas para as mudanças não passaram, como sempre, de conversa fiada para confundir a opinião pública e o povo. Delfim e Galvões tentaram justificar as medidas especialmente a mudança na correção monetária e a liberação da taxa de juros, como formas de aumentar a poupança interna em substituição à poupança externa. Isto, rigorosamente, não passa de uma grosseira tolice já que as necessidades de "poupança externa" expressam-se, sobretudo, como necessidade de divisas enquanto que a poupança interna expressa-se sempre como uma poupança financeira em cruzeiros. Além do mais, esta poupança financeira só se torna poupança real quando transformada de fato em novos investimentos produtivos, o que nem sempre ocorre. Parte dessa poupança pode ser canalizada para fins especulativos, contribuindo para a própria redução dos investimentos e, portanto, da poupança real.

Entretanto, a pista certa para o verdadeiro entendimento deste novo pacote está na identificação dos grupos que o receberam com palmas. Foram estes os banqueiros nacionais, a comunidade financeira internacional e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que vem dar um colorido real às principais medidas tomadas.

Um retorno a Simonsen

A política de incentivo à "poupança financeira" através da liberação das taxas de juros foi largamente utilizada durante quase toda a gestão de Simonsen no Ministério da Fazenda. Em fins de

1975 e início de 1976, Simonsen introduziu um aperto monetário na economia e liberou as taxas de juros. Resultado: os custos financeiros das pequenas e médias empresas industriais e comerciais elevaram-se abruptamente, ocasionando um aumento da taxa de inflação. Do patamar de 30% no biênio 1974, 1975, ela passou para mais de 40% nos anos seguintes. Um segundo resultado: os lucros do sistema financeiro dobraram em apenas um ano (1976) mantendo-se em nível bastante elevado a partir de então. Finalmente, a especulação financeira no Open exacerbou-se a ponto de provocar verdadeiros escândalos nacionais como foi o caso do cheque sem fundo do Banco Econômico de propriedade do então presidente do Banco do Brasil, Calmon de Sá.

Esta política foi basicamente mantida até agosto do ano passado, data da queda de Simonsen do Ministério. Então, as pressões inflacionárias decorrentes dos juros altos chegavam a um ponto insuportável. Em junho de 1979, para um simples desconto de duplicata, os bancos comerciais estavam cobrando uma taxa anual de 65%, bem acima portanto, da taxa de inflação (ainda em 45%).

Não havia dúvida para Simonsen: ou bem se produzia uma recessão, cortando o crédito e os gastos do governo ou bem a inflação estouraria, alternativas sinistras que o sistema rejeitou naquele momento, optando então pela linha Delfim, mais pragmática.

A política de Delfim poderia ser resumida em três pontos principais: a) permitir, num primeiro momento, o "estouro" da inflação, o que correspondeu à disparada de inflação de agosto a dezembro do ano passado; b) compromisso com o sistema financeiro para o controle da taxa de juros (adotou-se um redutor de 10% sobre os níveis de juros de agosto de 1979); c) preservação dos gastos e financiamento governamentais em níveis elevados para o que seria aplicado uma inflação corretiva que teria como objetivo central o aumento da arrecadação do governo. Isto foi feito basicamente através do aumento dos preços dos bens e serviços produzidos pelas empresas públicas e pelo corte de subsídios fiscais e creditícios concedidos pelo governo ("pacote de dezembro").

Passados poucos meses Delfim foi, aos poucos, reconhecendo o fracasso de sua estratégia. A inflação elevou-se além do esperado, aproximando-se já em maio da casa dos 100% e estabilizando (e não retrocedendo como esperava Delfim) no patamar acima de 100% neste segundo semestre.



O desemprego é cada vez maior



Jesus Carlos/JORNAL COOP

Aos poucos, a retórica e a política econômica de Delfim foram se modificando. Falava cada vez menos no compromisso com o crescimento e mais em contenção e crescimento mais moderado. Em junho, foi anunciada uma medida definitivamente desaceleradora: corte de 15% nos gastos planejados do governo. Agora, com o último pacote, ele caminha aceleradamente para um retorno a Simonsen adicionando-se, além disso, uma conjuntura bem mais desfavorável, seja pelo alto nível da inflação (112%), seja pela conjuntura recessiva do capitalismo internacional.

A vaca está indo p'ro brejo

Passados mais de 12 meses, tudo indica que o fracasso da gestão delfiniana ensejou o rompimento do compromisso com os grupos econômicos dominantes. Respalçados na debilidade da balança de pagamentos e apoiados pela burguesia financeira internacional (inclusive o FMI), os banqueiros nacionais começaram a pressionar no sentido de aumentar a rentabilidade das aplicações financeiras, tornando-as atrativas o suficiente para garantir o fluxo financeiro de divisas para cobrir o buraco das transações correntes do Balanço de Pagamentos.

De quebra, os grupos industriais oligopolistas passaram a pressionar no sentido da liberação

dos preços "penalizados" pelo controle (aliás, bastante flexível) atualmente exercido pelo CIP.

Pressionado, Delfim faz concessões decisivas aos dois grupos; isto é, aos banqueiros nacionais e internacionais e aos setores industriais oligopolistas. Na prática, mandou tudo mais às favas e fitou com os grupos econômicos realmente hegemônicos.

Na realidade, com a liberação dos juros e dos preços, não existe mais nenhuma dúvida que a inflação em 1981 deverá aumentar, talvez até chegando à casa dos 200%. Isto aprofundará ainda mais o fosso existente entre os ganhos da burguesia (especialmente o dos setores monopolistas) e os ganhos das camadas assalariadas.

A dúvida que ainda resta é saber se o governo manterá ou reduzirá o nível de gastos e financiamentos atualmente existentes. Na primeira hipótese, haverá uma caminhada mais lenta para a recessão e estagnação ao passo que na segunda, sem nenhum ganho sobre a inflação, se caminhará rapidamente para a recessão.

Definitivamente, a grande burguesia perdeu a paciência e decidiu levar tudo. Por isso, as "soluções" para a crise, são as "soluções" para a crise dos seus lucros e são estas que estão aí. O povo, ora, o povo que se f...

(MBL)

Desemprego

Hoje: 21 milhões

E é certo que novas fileiras engrossarão o exército atual de 21 milhões de adultos sem emprego fixo ou desempregados

Para 24,5 milhões de assalariados com emprego fixo hoje existentes no país, há cerca de 21 milhões de adultos sem emprego regular, sem ocupação definida, segundo pesquisa do Ministério do Trabalho para 1979. E, se a situação hoje já é crônica, atingindo de forma intensa até mesmo a classe média, ela tende a se agravar com a provável desaceleração do ritmo de crescimento da economia.

Calcula-se que para absorver um crescimento anual do emprego da ordem de 2,8% mais ou menos correspondente ao fluxo no mercado de trabalho urbano gerado pelo crescimento vegetativo da população e pelo contingente expulso do campo - a indústria teria que crescer 7% ao ano e as atividades econômicas em geral em torno de 6,7% ao ano.

O que é bastante improvável para 1981. Em primeiro lugar, porque o governo já fixou o crescimento dos meios de pagamento, da base monetária e do crédito bancário em um teto máximo de 50% enquanto que, em decorrência da espiral inflacionária, para fazer face a uma taxa de crescimento de 6,7% das atividades econômicas, o

crédito deveria crescer perto de uma taxa de 90% e o estoque de moeda em torno de 80% ao ano. Em segundo lugar, porque a captação de recursos no exterior está bastante difícil, e o que está ocorrendo é uma pressão das instituições financeiras internacionais no sentido de uma desaceleração do ritmo de crescimento da economia. Em terceiro lugar, porque deverá se aprofundar a política de cortes nos gastos do governo já iniciada (é bom lembrar que, segundo dados da FIPE, o estado é responsável direto pela geração de 30% dos empregos do conjunto da economia).

O crescimento do desemprego tem hoje consequências inegavelmente más: menos empregos, menos períodos de diminuição do ritmo econômico vividos no passado pela economia brasileira. Hoje, as fronteiras agrícolas, importantes escoadotes das pressões sociais, estão praticamente ocupadas pelo grande capital. E mais: a carência de empregos coloca em xeque o mecanismo acionado pela família trabalhadora de compensar o arrocho salarial com o engajamento dos demais membros da família nas atividades remuneradas.

(JG)



Salários

Salário mínimo "legal" é de Cr\$ 21.447,00

É o que revela pesquisa do Dieese, tomando por base a própria lei que define o que é o salário mínimo.

Cada vez mais um número maior de trabalhadores deste país vem tomando consciência do apoio que lhes é fornecido pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (DIEESE). Comemorando recentemente os seus 25 anos de existência DIEESE tem, sem dúvida, um enorme patrimônio de contribuições ao movimento sindical.

Já em 1958, o DIEESE, através de pesquisas, traçava o perfil do orçamento familiar do trabalhador brasileiro, ficando comprovado que por causa do rebaixamento do poder aquisitivo dos salários, a maior parcela destes eram gastos apenas para garantir a alimentação. Em 1968, quando o governo enaltecia os benefícios trazidos pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o DIEESE veio demonstrar o contrário. Após sua decretação, o número de demissões mais que dobrou e as empresas passaram a ter o hábito de dispensar sempre uma massa de operários após os reajustes salariais.

Em 1977, foi a vez do DIEESE contestar os dados sobre inflação manipulados por Delfim Neto em 1973 e que justificaram um corte substancial do salário real dos trabalhadores. A demonstração da fraude contribuiu para dar mais legitimidade às primeiras greves operárias da década realizadas em São Bernardo em 1978.

Mais recentemente, conquistados os reajustes semestrais, veio o DIEESE provar que as empresas lançavam mão cada vez mais da rotatividade e que era fundamental o movimento sindical colocar no primeiro plano a bandeira do piso salarial.

Hoje, o DIEESE começa a se estruturar para subsidiar também os trabalhadores rurais (já atuou inclusive na campanha recente dos canavieiros de Pernambuco que recorreram à greve) e dá passos importantes na construção de uma estrutura nacional.

E, no momento em que o gordo ministro Delfim vem a público conchamar o povo a "suar, trabalhar mais e poupar mais" é aos dados do DIEESE que temos de recorrer. Segundo suas pesquisas realizadas para outubro deste ano, sempre de acordo com o padrão alimentar estabelecido pelo decreto lei 399 de 1938, o salário mínimo para um trabalhador casado e pai de dois filhos deveria ser de Cr\$ 21.447,00. O que é um dado estupefacente se comparado com o salário mínimo atual de cerca de Cr\$ 5 mil cruzeiros.

Uma outra maneira de se ver o nível a que chegou o arrocho é, ainda segundo os cálculos do DIEESE, tomar o salário por hora do trabalhador que atualmente recebe o salário mínimo. Apenas para garantir a sua ração essencial de alimentos (para uma pessoa e não para sua família) o assalariado teria que trabalhar 198 horas e 53 minutos por mês. Ou seja 6 horas e 36 minutos de sua jornada normal de 8 horas diárias apenas para fazer frente aos gastos de alimentação.

E o dado do salário mínimo de forma alguma pode ser desprezado, como uma quantia que, supostamente, poucos receberiam. Segundo da-

dos recentes do próprio Ministério do Trabalho existem hoje no país 1,76 milhões de assalariados (11,5% do total de assalariados) recebendo menos do que um salário mínimo; 3,5 milhões de pessoas (23% do total) recebendo entre um e um e meio salários mínimos, e 2,2 milhões de assalariados (15% do total) ganhando entre um e meio e dois salários mínimos. No total, fica patente a relevância do salário mínimo e a importância do arrocho a que os trabalhadores estão sendo submetidos: 49,5% dos assalariados recebem hoje até dois salários mínimos.

Os índices continuam fajutados

O trabalhador brasileiro enfrentou o arrocho salarial na década de 60, tendo ainda na bagagem alguns restos de conquistas adquiridas no período populista onde gozava de relativa liberdade sindical (o salário mínimo alcançou seu valor máximo em 1959) e se valendo das possibilidades oferecidas por uma economia em franca expansão. Todos conhecemos, no entanto, o conjunto de sequelas que o arrocho salarial trouxe ao trabalhador e sua família durante este período.

A espoliação do poder de compra do assalariado vem se aprofundando no período recente, somando-se às perspectivas recessionistas da economia e a uma situação de uma extrema penúria salarial acumulada. Com uma inflação de mais de 110% ao ano, a política salarial do governo se dá agora ao luxo de excluir milhões de trabalhadores do benefício do reajuste semestral, entre eles os próprios empregados do governo. Por outro lado, calcula-se que mesmo para os que são aquinhoados com o reajuste semestral a perda anual dos salários devido à ação corrosiva da alta dos preços entre um e outro reajuste remonta a 2,1 salários. E, segundo os cálculos do próprio IBGE, o salário médio da indústria cresceu abaixo do INPC em cerca de 9% no período que vem do início do ano até agosto.

O economista João Sabóia, do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro, aponta ainda distorções no cálculo do INPC, devido à ponderação dos diversos itens que entram no cálculo do custo de vida. A ponderação do IBGE está baseada numa pesquisa feita há cinco anos atrás, sendo que neste período alguns dos itens como alimentação e transportes apresentaram um crescimento bem maior que os outros, sendo provável que o seu peso no orçamento familiar tenha aumentado. A insistência numa ponderação ultrapassada leva pois à subestimação dos aumentos reais do custo de vida.

Como é irreal supor que a inflação vá diminuir, é previsível que o poder de compra do salário continue a ser podado. O que é angustiante quando se sabe que se o custo da alimentação aumentou 29 vezes e o do transporte 25 vezes na última década, o salário mínimo apresentou um reajuste de apenas 21 vezes.

(JG)

Alimentos Feijão & arroz vão sumir

Incentivando a agricultura de exportação e energética, o governo leva o caos à produção de alimentos.

O episódio de cassetetes, chutes e empurrões desferidos pela polícia sobre populares que se aglomeravam há horas na fila para comprar feijão no Rio de Janeiro, e que tanto repercutiu, é apenas a ponta de um formidável iceberg que ameaça levar ao colapso a economia de alimentos básicos no país.

Hoje o Brasil não consegue produzir para consumo interno de sua população e é obrigado a recorrer à importação de gêneros que tradicionalmente compõem a mesa diária do brasileiro, como o feijão e o arroz. Com o fracasso da colheita de trigo em 1980, importou-se 4,9 bilhões de toneladas do produto. Pela primeira vez nos últimos 15 anos, tivemos que importar batatas. Em relação ao consumo de carne, a situação não é diferente: enquanto a cultura de aves e de porcos encontra-se em crise devido aos aumentos dos custos, o rebanho bovino cresceu 6,8% na última década enquanto a população brasileira experimentava um crescimento de 30%. Os problemas na produção refletem-se nos preços: o preço da carne subiu 214% de janeiro do ano passado até agora, enquanto o preço do leite subiu 228% no mesmo período.

Enquanto a agricultura de alimentos tem andado a passos de tartaruga (quando não, retrocedido), a agricultura de exportação cresceu cinco vezes nos últimos nove anos. Enquanto as culturas de arroz, batata-inglesa, milho, feijão, mandioca e banana experimentavam uma expansão lenta dos rendimentos por hectares (as três últimas inclusive decresceram), as culturas

de exportação como a laranja, soja, café, cana e algodão obtiveram rendimentos crescentes significativos no período que vai de 1967 a 1979.

Mas, além de chamada a responder os rombos da Balança de Pagamentos a agricultura está sendo exigida para dar conta da crise-energética, cuja responsabilidade maior deve ser atribuída à política governamental de franco incentivo à indústria automobilística e de desleixo em relação à busca de fontes alternativas de energia. Para atender a produção prevista de combustível em 1985, prevê-se que os dois programas lançados pelo governo — o Proálcool e o Proóleo — deverão abarcar, no conjunto, uma superfície de 6,5 milhões de hectares de terras cultiváveis. Trocado em miúdo: mais uma ponta de lança de desarticulação da agricultura de alimentos, já que a implantação destes programas conta com fortes subsídios e ganhos comparativos maiores do que a cada vez mais mambembe agricultura de alimentos.

No tripé exportação, energia e alimentos, a corda acaba arrebentando do lado mais fraco. O povo trabalhador que nada tem a ver com a vultosa dívida externa e a crise energética, problemas de um modelo que lhe chupou até o sangue através do arrocho, ainda tem que sofrer na carne as agruras de alimentos num país farto de terras e de possibilidades. Não é por acaso que uma pesquisa realizada pelo FIPE — da Faculdade de Economia da USP — válida para o período de 1972 a 1978, constatou que hoje o brasileiro come menos arroz, feijão, mandioca e milho. (JG)

Saúde, habitação e educação:

Figueiredo não tem grana

Prioridade um: zelar pela saúde do capital. O povo que se dane.

Para o ano de 1981, o governo vai manipular o vultoso Orçamento de 2 trilhões, 77 bilhões e 600 milhões de cruzeiros, dos quais 479 bilhões não estão ainda vinculados, ficando à disposição de Delfim para eventuais emergências e manobras de política econômica. Prevê-se, em relação a 1980, um aumento nominal da ordem de 108%, o que significa que o crescimento do Orçamento da União ficará colado ao da inflação, ficando praticamente inalterado o seu valor real.

Ainda segundo as previsões do Orçamento da União, os aumentos nominais para os Ministérios da Saúde e Previdência Social serão, respectivamente, de 86% e 61%, o que significa na realidade que diminuirão pois serão reajustados abaixo do índice inflacionário. Apenas para o item educação, está previsto um reajuste compatível com a inflação, o que é, sem dúvida, um mau indício pois a situação em 1980 foi patentemente crítica: a crise financeira no campo da educação este ano levou ao fechamento de escolas públicas do primeiro grau em várias capitais do país, ao colapso de várias universidades e gerou até demissão de ministro!

Particularmente preocupante é a evolução orçamentária do Ministério da Saúde, chamado a fazer frente a um quadro já calamitoso e que tende a se agravar com a agudização da crise social que assola a população na esteira da crise econômica. Além de experimentar um esvaziamento orçamentário nos últimos anos, o Ministério apresentou uma flagrante distorção na sua

definição de prioridades: enquanto em 1974, cerca de 75% das verbas eram destinadas para o Programa Nacional de Saúde Materno-Infantil, em 1979, apenas 28,6% das verbas eram dedicadas a este programa e cerca de dois terços dela dedicados ao controle do câncer, programa exercido prioritariamente por instituições privadas e que visam o lucro!

Nem mesmo a política habitacional, da qual tanto se vangloria o governo, escapa ao aperto dos recursos disponíveis. Este ano, em São Paulo, por exemplo, dos 20 bilhões de cruzeiros previstos para serem gastos em programas habitacionais para moradores de periferia (Pró-Morar) quase nada foi liberado. A desaceleração de programas de saneamento básico, o corte de verbas destinadas aos programas de habitação popular se estendem a diversos Estados e foi inclusive publicamente reconhecido pelo atual presidente do BNH, José Lopes de Oliveira.

Falta de recursos por absoluta escassez ou uma política deliberada de opções quando o período de "vacas gordas" já está distante? "O que eu tenho só dá para pagar Itaipu, Tucuruí, Ferrovia do Aço. E se eu tivesse mais, investiria em Carajás", disse o general Figueiredo com um franco cinismo, em outubro passado, quando respondia ao pedido de mais verbas para os flagelados pela seca nodestina. É que, em um momento de crise os capitalistas exigem garantias, subsídios, favores extremos, para investir. E a política econômica do governo prioriza antes de tudo a saúde dos negócios dos capitalistas.

Sistema Nacional de Ensino:

No final do ano, foi reprovado

É demais: o governo deixa às universidades de pires na mão, coloca um general a frente do MEC e ainda quer fechar escolas primárias.

Da Sucursal de BH

Em greve, há mais de um mês, os 35 mil professores universitários lançam para toda sociedade uma nova matéria a ser estudada: a crise do ensino brasileiro. Que ficou mais evidente, quando o ministro Eduardo Portella, no dia 26 do mês passado, admitiu a dramática situação e a incapacidade da estrutura vigente em pôr fim à corrosão do ensino. Por ironia, a demissão de Portella coincidiu com o cinquentenário do Ministério. Passaram pelo MEC 29 ministros, o que significa uma média de 2 anos e 2 meses para cada gestão.

A data porém, não passou de melancólica para professores, estudantes e funcionários em seu descontentamento crescente e claro com a política adotada pelo governo.

Antes mesmo de pensar que as raízes do problema se dão no próprio ministro, seu projeto, fica claro que o ministro apenas executa uma política ditada para o Ministério e não pelo Ministério. Nas vésperas de sua demissão, o professor Eduardo Portella disse com uma ponta de perplexidade: "eu não sou ministro, mas estou ministro". Depois de qualificar as relações entre governo e intelectualidade de "estranhas", o ex-ministro concluiu dizendo que "quando deixar a pasta da educação me sentirei mais confortável".

Há muito já se comentava nos círculos governamentais a queda de Portella. Os episódios que antecederam sua demissão (a entrevista à Câmara e a greve dos docentes) foram apenas a gota d'água. A nomeação do general Rubem Ludwig, pessoa da estrita confiança do Planalto, nem de longe arranha uma mudança na atual política educacional impulsionada pelo governo. Ao contrário, estreita e aumenta a capacidade do poder de agir junto à área, já que Ludwig é gente da casa, tradicional servidor do poder.

O novo ministro tem pela frente uma desafiadora tarefa: acalmar a comunidade acadêmica frente à crise da educação.

Em particular neste ano, descortina-se um sem número de movimentos contrários à estrutura educacional. Os estudantes, desde a retomada de sua organização, em 1974, lançaram novamente as bandeiras de "mais verbas para a educação" e "ensino público e gratuito" e fazer de 80, em especial, um ano de lutas pela melhoria do ensino universitário. Enquanto isso, os secundaristas dão passos na recuperação de suas entidades lutando pelo passe escolar e contra os aumentos de mensalidades. Os professores de 1º e 2º graus, por sua vez, reivindicam em grandes greves, em 79 e 80, melhores salários e condições de ensino. Os últimos a entrarem na maratona foram agora os professores universitários, com sua greve nacional. E faltam ainda os funcionários.

Em que pesem os ritmos diferenciados da organização e experiência de luta, as reivindicações destes movimentos caminham para um ponto comum: a necessidade de um novo projeto para o ensino no país, que tenha como base as aspirações da sociedade, sobretudo de suas parcelas excluídas do poder.

Se a educação no Brasil nunca foi prioridade para os donos do poder, não podemos entender a crise atual apenas como fruto da falta de verbas. Com a crise econômica se

agravando, a contenção de verbas nos últimos anos assumiu proporções gritantes. Mas mesmo durante o chamado "milagre econômico" esta política estava sendo implementada. Se no ano de 1968, 55% das vagas oferecidas ao ensino superior provinham de instituições públicas, já no ano de 73 — este percentual se situava na casa dos 41%. A política, mesmo durante os anos de crescimento econômico, foi a de transformar a educação brasileira em um "grande negócio" (ver quadro). Se em 64, as vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior particulares representavam 38%, hoje, 80% dos estudantes são levados a frequentar estes cursos, pagando mensalidades que chegam a 15 mil cruzeiros mensais.

Esta política, que Darcy Ribeiro chamou de "uma verdadeira traficância de ensino", tem suas origens no próprio sistema. A educação, como um serviço público, jamais foi prioridade deste governo.

Dessa forma, a educação, como a saúde, a habitação e outros serviços foram relegados ao último plano. Podemos caracterizar este agravamento da crise do ensino, como o próprio agravamento da crise econômica. Se antes, ainda era possível destinar um pouco de verbas para os setores não prioritários, hoje, as prioridades exigem o corte cada vez maior.

Contudo, o projeto não se limitava ao especiais pode ser novamente reativado,

como uma saída para a recente "nova" crise das universidades.

A política do salve quem puder...

Esta crise assume hoje características nacionais. Seja com o fechamento de escolas particulares como é o caso da UCMG campus Coronel Fabriciano, como o de escolas federais (curso de Comunicação da Universidade Federal do Paraná). Esta onda de fechamento de cursos superiores que teve como destaque o Curso de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, faz parte da política mais recente do governo. O saneamento das instituições e dos cursos que são necessários para as empresas.

Com um mercado saturado, as grandes empresas de Comunicação lançaram uma campanha nacional pelo fechamento de algumas escolas. Situada no Vale do Aço, rica região industrial do Estado, a Escola de Engenharia de Coronel Fabriciano teve seu vestibular suspenso por tempo indeterminado a pedido das grandes empresas da região. E os cursos de administração da FGV poderá sobreviver graças ao apoio da FIESP.

A crise não é só do Ensino Superior

Darcy Ribeiro já disse várias vezes que a

Em Belo Horizonte, de um total de 370 mil crianças em idade escolar, apenas 157 mil são atendidas. Este quadro se repete por todas as cidades brasileiras, em maior ou menor grau, apesar de toda propaganda oficial. O montante de verbas destinado a merenda escolar em Minas, chega ao ridículo: 25 mil cruzeiros anualmente para cada grupo escolar do Estado.

Em nível do primeiro grau, mas especificamente do segundo, as medidas de racionalização, segundo a pedagoga Bárbara Freitag, em seu livro "Escola, Estado e Sociedade", "visavam criar profissionais de grau médio, diretamente aproveitáveis no mercado de trabalho e com isso desviar a atenção dos jovens dos cursos superiores. Ao mesmo tempo se asseguraria a reprodução da estrutura de classes: cursariam os níveis superiores somente os estudantes da classe alta e de classe média. Esta reestruturação do sistema de ensino como um todo resolvia aparentemente dois problemas de um só golpe: em primeiro lugar formar profissionais em diferentes níveis e em diferentes especializações que a qualquer momento pudessem ser aproveitados pelo mercado de trabalho; em segundo lugar, atenuar as tensões e os conflitos sociais surgidos com o estrangulamento da única via de ascensão social mais ou menos promissora, o estudo acadêmico. O fato é que por enquanto, o ensino médio oficial em suas funções de terminalidade e profissionalização ainda não realizou o que se esperava. Por um lado, ainda não forma os profissionais requisitados pelo mercado de trabalho e por outro, não descongestionou o caminho à universidade".

Pra onde caminhar?

Aprofundando a cada dia sua "crise permanente", andando a reboque da crise econômica e sentindo as indefinições de seu papel, o ensino brasileiro está falido. Falido não somente pela crescente redução das verbas, mas também pelo papel que a forma de desenvolvimento adotado lhe reservou.

Numa situação desta, cumpre indagar o que fazer daqui pra frente. Como combinar a transformação do ensino com a transformação deste Estado autoritário?

Em todas as lutas levadas a cabo pela comunidade acadêmica nestes últimos anos, ficou patente o crescente apoio recebido da população. Durante as greves das professoras primárias, que atingiram 750 mil professores no ano de 1979, isso ficou claro com a formação de uma série de comissões de pais de alunos.

Na Greve Nacional dos Estudantes, em setembro deste ano, em todas as cidades onde ocorreram manifestações de rua, o mesmo aconteceu. Os estudantes conseguiram levar sua luta para a sociedade, mostrando todo um potencial de unificação que até aí se restringia a moções de apoio, e os professores universitários em greve, têm recebido as mesmas manifestações de apoio.

Tudo indica que é este o caminho para a transformação radical do ensino; o aprofundamento da unificação dos professores e estudantes com o conjunto da população oprimida.

Matrículas nas instituições públicas e particulares de ensino superior

Brasil - 1968/1973

Ano	Matrículas				Total Geral
	Público	%	Privado	%	
1968	153.799	55,0	124.496	45,0	278.295
1969	185.060	54,0	157.826	46,0	342.886
1970	210.613	49,0	214.865	51,0	425.478
1971	252.263	45,0	309.134	55,0	561.397
1972	378.411	48,0	409.971	52,0	788.382
1973	317.008	41,0	455.792	59,0	772.800

Fonte: FAE-UFMG

corte de verbas. Paralelamente se desenvolviam proposta como autarquia especial, ensino profissionalizante de segundo grau, licenciaturas curtas. A autarquia especial buscava coroar o crescente descaso para com a educação. Nas palavras do professor Luis Antônio da Cunha "viria a ser uma forma do MEC continuar exercendo controle sobre as universidades federais em termos políticos (nomeação de dirigentes) e promover a privatização do restante (pessoal e finanças)". As universidades federais passariam a completar seus orçamentos através de recursos provenientes da cobrança de anuidades e geradas pela prestação de serviços. Se na maior parte das Universidades a organização dos estudantes impediu que o processo de cobranças fosse implementado, em alguns pequenos cursos de universidades menos mobilizadas, esta medida está sendo efetivada.

Colocado na "geladeira" após ser amplamente rejeitado por toda a comunidade universitária, o projeto que cria as autarquias

"grande tarefa educacional de D. Pedro II foi criar uma escola de surdos e mudos. O importante era fazer a caridade e não a educação do povo como um todo". Benedito Valadares, — então governador de Minas Gerais — em 1930, fechava escolas normais e centenas de escolas primárias por "economia", porque "não tinha que estar formando tanta normalista que depois ia querer ser professora".

Se alguém acha que o que Benedito Valadares fazia é coisa do passado, não conhece as tramas do Sr. Francelino Pereira. Pois Francelino estava gestando o fechamento de 20 grupos escolares, num total de 10.000 mil alunos atingidos.

Propiciando educação para somente 53% das crianças em idade escolar do Estado, esta medida que o governo de Minas estava implementando, e que a firme ação da União dos Trabalhadores de Ensino impediu, vem comprovar qual é a política do governo também para o ensino de primeiro grau.

Unidade: a arma contra a crise

Para continuar com a sua política de corte de verbas e desvalorização do ensino, o governo terá de enfrentar a oposição nacional dos estudantes e dos professores universitários e secundaristas.

Professores do 1.º e 2.º graus

O caminho difícil da unificação

Os professores de 1.º e 2.º graus também estão construindo a sua organização nacional, mas enfrentando problemas enormes. O grande ascenso viviu em 1979, com greves em 12 estados e mobilizações generalizadas em todo o país, deu-se com grande espontaneidade e sem conseguir forjar uma sólida articulação nacional. Na grande maioria dos estados, o movimento teve de enfrentar-se com entidades esvaziadas e direções pelegas com entidades esvaziadas de base. A conquista de entidades pelas direções grevistas e a proposta de organização nacional foi o grande saldo do ascenso de 1979. Mas o ano de 80 não repetiu a trajetória do anterior. Na maioria dos estados, percebeu-se um certo refluxo do movimento, um esvaziamento das entidades. A excessão é feita pelos três estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que encerraram o ano letivo com grandes greves, por reivindicações salariais.

Um dos fatores que mais contribuiu para esse refluxo foi a atitude repressiva do governo. Além da pressão direta nas escolas, com demissões de lideranças, uma nova tática foi usada para limitar o movimento: as grandes entidades de professores do ensino oficial que destacaram-se pela sua combatividade, sofreram variadas formas de intervenção.

No Rio de Janeiro, o registro do CEP foi simplesmente cassado. Em Goiás, Pernambuco, São Paulo, Minas e Pará as entidades têm sofrido intervenções econômicas, com o governo não mais permitindo o desconto em folha das mensalidades de seus associados. Neste segundo semestre, o governo interviu diretamente tentando afastar os dirigentes das entidades: é o caso do presidente da entidade de Goiás, prof. Ísio Prego, que depois de 20 anos como funcionário do MEC, foi transferido, ex-officio, para Belém

do Pará. Em Pernambuco, as eleições que levaram a oposição à diretoria, foram anuladas, com a falsa acusação de irregularidades estatutárias.

Um outra característica comum às organizações estaduais de professores é a existência de duas ou mais entidades regionais, todas se reivindicando a representação dos professores.

Essa divisão ao nível dos estados reflete-se também ao nível nacional, onde duas articulações propõem-se à organização nacional da categoria: a Confederação dos Professores do Brasil — CPB — e a Comissão Pró-Fundação da Entidade Nacional dos Trabalhadores em Educação.

A CPB, existente há 17 anos, sobreviveu nestes

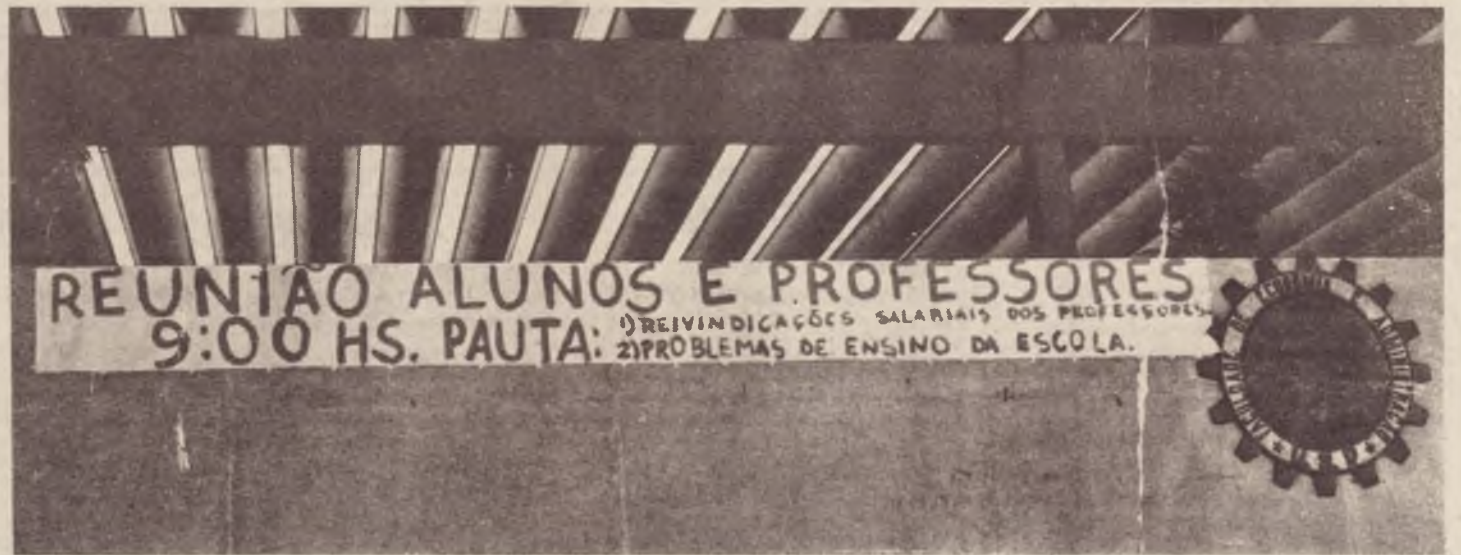
últimos tempos como entidade esvaziada e com direções pelegas, distante das lutas da categoria. Por causa disso, no período de ascenso do movimento não conseguiu servir de referência como organização nacional. Tentando contornar essa situação a diretoria neste último ano tentou dinamizar a entidade, atuando em diversos estados e encampando a luta pela aposentadoria aos 25 anos, o que lhe deu certa credibilidade junto a setores do professorado. Além disso, seu presidente, Hermes Zaneti, promete apresentar para o próximo congresso da entidade, um projeto de estatuto que eliminaria os entraves à participação de base.

A outra articulação nacional existente, que se expressa na Comissão Pró-Fundação da Entida-

de Nacional dos Trabalhadores em Educação, surgiu justamente no ascenso do movimento grevista, reunindo as direções mais combativas deste movimento.

Já realizou dois encontros e um congresso nacional e prepara um novo Congresso para janeiro na cidade de Recife, com o objetivo de fundar a Entidade Nacional dos Trabalhadores em Educação.

A existência dessas duas articulações, ambas com congressos marcados para janeiro é um dos graves problemas a serem enfrentados pelo movimento neste próximo ano. Apesar das diferenças existentes entre as duas quanto à combatividade e democracia de base, o mais prejudicial ao movimento é a sua divisão, já que as duas articulações contam com o apoio de setores e entidades, expressivos regionalmente. A realização dos dois congressos, com a distância de apenas uma semana e ambos no Nordeste, é talvez o momento mais adequado para que os professores aprofundem a discussão sobre sua organização nacional e encontrem formas de unidade para o movimento. (Luci Ayala)



Professores Universitários Depois da greve, a entidade nacional

A greve dos 35 mil professores universitários que abarca todas as universidades federais autárquicas e escolas isoladas deve ser saudada como um marco: é a primeira greve nacional realizada por trabalhadores após 64.

Nestes dezesseis anos, os professores pagaram um preço elevado ao governo: o poder aquisitivo dos seus salários foi reduzido de 30 a 47% de seu valor original. Mais recentemente, com o crescimento da inflação, os professores universitários da rede pública, apesar de sua já precária situação salarial, foram excluídos do rol das categorias contempladas com os reajustes semestrais. Agora, eles exigem um aumento de 48%, retroativo a maio deste ano.

Também o sentido maior do exercício de seu trabalho — a educação — foi aviltado nestes anos, com a prática educacional do governo que se pautou pelo rebaixamento da qualidade do ensino, retirando verbas e estímulos à pesquisa em vários campos. Ao assumir como uma das principais bandeiras da greve, a reivindicação de que o governo siga, no mínimo, a orientação da UNESCO destinando 12% do orçamento para a educação, os docentes dão ao seu movimento um significado mais amplo, de interesse imediato para milhões e milhões de brasileiros marginalizados pela política educacional elitista do regime.

Mas, a importância maior desta greve é que, com ela, os professores disputam palmo a palmo com o governo, com o MEC — agora representado por um general — o poder dentro da universidade. O governo, em 1968, procurou à sua maneira modelar a comunidade universitária: cassou os mestres representativos do pensamento mais crítico, interviu em escolas, decretou a falência da autonomia universitária alienando da comunidade universitária o direito de escolher os diretores e reitores. Hoje, os professores exigem a queda do decreto lei 6733 que institucionalizou a prática da intervenção. E, seja como for, de agora por diante, tanto na definição da política geral como no cotidiano em cada escola o MEC terá um adversário a mais, além da UNE e dos diretórios estudantis: as associações de docentes que se generalizaram praticamente por todo o país e que confirmam a sua legitimidade e liderança nesta greve. E em fevereiro próximo, em Campinas, os professores universitários deverão criar também a sua entidade nacional.

A greve nacional dos professores, com conquistas parciais já asseguradas, aponta o caminho da luta no ano de 1981. Assim como na educação, é preciso opor cada vez mais a vontade organizada ao poder do regime, ir derrotando passo a passo a enorme estrutura de poder que a ditadura alicerçou em todos estes anos.

Estudantes

Uma nova greve geral?

Se 79 foi o "Ano da Reconstrução da UNE", ano da organização, 80, foi para os estudantes um ano pleno de lutas por melhores condições de ensino nas universidades. A crise, estourando os orçamentos das federais e explodindo nas anuidades das particulares, levou mais de 300 mil estudantes à greve no primeiro semestre. Ao lado de boicotes a anuidades e reivindicações de suplementação orçamentária, esteve também na ordem do dia a luta pela democratização da universidade, conquistando em várias escolas, eleições diretas para diretores e reitores como na PUC de São Paulo.

A contestação do atual conteúdo dado ao ensino, ao papel reservado à educação, além de presente em reivindicações específicas de quase todas as mobilizações, foi discutida em dezenas de Encontros Nacionais por curso e em mobilizações conjuntas com os professores, como foi o caso da luta contra os "Estudos Sociais". Aqui, o grande desafio para o movimento estudantil é esboçar uma proposta concreta de ensino alternativo, saindo da generalidade de "um ensino voltado para os interesses da maioria da população."

Greve nacional: pela primeira vez desde 63

No segundo semestre, o grande marco foi a greve nacional de três dias, em setembro, unificada com os professores e centrada na bandeira de 12% do orçamento para educação. Em Vitória, Curitiba, Belo Horizonte, Recife e no Rio Grande do Sul, houve manifestações de rua, onde os estudantes mais uma vez demonstram

ao conjunto da população a sua combatividade. Nesse momento, o movimento estudantil buscava romper os muros da universidade, mostrando que sua luta é a mesma das mães que se revoltam contra as taxas das Associações de Pais e Mestres, das professoras primárias, dos secundaristas, de todos os excluídos do ensino e do conhecimento.

Porém, o significado principal desta greve foi a unificação nacional, pela primeira vez desde a luta pela representação estudantil de 13 nos órgãos de direção da universidade, em 63. Um milhão de estudantes paralisados concretizaram na luta a reconquista da UNE. Uma força que, movida pelo combustível da crise do ensino, ainda deverá explodir em grandes mobilizações no ano que vem.

1981: Uma nova greve nacional?

O próximo CONEB (Conselho Nacional de Estudantes de Base), deverá discutir, ainda nestas férias, como exigir do MEC uma resposta positiva à pauta de reivindicações que lhe será enviada.

E a experiência acumulada neste último ano, aponta no sentido de uma nova greve geral, que galvanize a força de pressão do conjunto dos universitários, única via para enfrentar o poder centralizado do MEC. Uma greve que precisará ser preparada desde cada Centro Acadêmico, para garantir uma ampla participação. E que poderá significar um avanço na unificação dos estudantes, do trabalho conjunto com os professores e funcionários e, fora da universidade, com todos os interessados no ensino público e gratuito.

**Igreja:
D. Aloísio denuncia**

Jamais apoiaremos este "sistema pecaminoso"

Uma nota contundente, D. Aloísio Lorscheider, membro da direção da CNBB, mostrou a extensão do fosso que existe entre a Igreja Católica e o governo brasileiro. A declaração do cardeal-arcebispo de Fortaleza, emitida na quarta-feira (3/12) diz textualmente: "A visão da Igreja é que o sistema sócio-econômico-político adotado entre nós é um sistema pecaminoso, anti-evangélico, necessitando de uma profunda transformação, que significa mudança estrutural do sistema, uma nova ordem internacional, na qual a distribuição equitativa de bens, o respeito dos direitos fundamentais da pessoa humana, a livre e efetiva participação política de todos os cidadãos sejam uma realidade".

E, nestes termos, firmou sua posição sobre a

Cenas das Comunidades de Base Corações grandes para amar e fortes para lutar

Beim. Uma cidade pacata que "explode" com a instalação da FIAT, subsidiárias e conseqüências. A entrada da cidade é larga, cheia de sinais de trânsito. Os bairros são pobres, a infra-estrutura urbana não existe. Uma cidade pequena, mas tem favelas. Ao redor, sítios, onde os ricos de Belo Horizonte passam os fins de semana. O principal sindicato, dos metalúrgicos, está sob intervenção.

Um salão paroquial com 70 cadeiras em círculo. Os presentes são gente simples, que se apresenta pelo nome e diz de onde vem: estudantes da Pastoral da Juventude, casais e donas de casa dos bairros, professores da UTE, metalúrgicos da Pastoral Operária. Dois padres da Igreja Católica e um pastor metodista dirigem a reunião.

O que se discute: o "convite" a uma colaboradora dos movimentos de base para comparecer à delegacia, de onde os padres que a acompanhavam foram expulsos; a demissão de uma outra do seu cargo na prefeitura por colaborar no *Jornal dos Bairros*; violências da polícia em plena rua. A todos os presentes vai ficando claro, apesar da diversidade nas reivindicações, a necessidade da união dos seus movimentos, o sentimento de que todos estão percorrendo juntos o mesmo caminho, na mesma direção.

A proposta: um encontro, onde pudessem refletir sobre as denúncias e ver como continuar juntos a caminhada. A Igreja ali, é uma entidade entre as outras, não é "dona" de nada e, ao mesmo tempo, é a expressão, o ponto de encontro da comunidade.

Três semanas depois, umas 150 pessoas se apertam na igreja metodista de Betim. O encontro, que se transformou em Culto Eucumênico, é aberto com uma situação de Mateus: "onde dois ou três estiverem juntos em meu nome, eu estou ali com eles".

Os depoimentos se sucedem. O representante da favela do Imbiruçu tem 75 anos, veio do Rio Grande do Norte e está lá para "relatar minhas conseqüências". Uma dona de casa do Bairro N.S. das Graças, submetida a forte poluição de uma fábrica de adobe, mostra a todos um pouco do pó, que trouxe num embrulhinho para provar o que dizia. Um trabalhador rural denuncia que existem salários de até Cr\$ 1.200 mensais. Os metalúrgicos contam de sua luta, relembram o companheiro Guido, morto durante a greve de 79, falam da lista negra, da insalubridade nas fábricas.

Mas ninguém deve sair desanimado. É preciso conhecer as denúncias, mas também os sinais da libertação. O movimento pela melhoria dos transportes conquistou uma nova linha de ônibus. Os estudantes estão fundando a União dos Estudantes Betinenses. Os metalúrgicos alcançam seus companheiros através do Boletim da Pastoral Operária. A União dos Trabalhadores do Ensino pede o apoio dos alunos e pais.

O canto de Vandrê convida a "fazer a hora, não esperar acontecer" e um grupo permanece na igreja para discutir a formação de uma comissão de Defesa dos Direitos Humanos.

As pessoas saem com o sentimento da união e contentes na construção de um templo novo. Elas não sabem, não pensam nisso; mas em milhares de outras igrejas, repetem-se reuniões como essa, enchendo a noite de domingo com as vozes do povo. É um movimento sólido, uma força que toca fundo no sentimento de cada um e, sobretudo, uma força que vem do povo.

tão falada necessidade de diálogo governo-igreja: "um diálogo sempre é possível, mas um "sim" da Igreja ao sistema sócio-econômico-político reinante entre nós jamais será possível, uma vez que a Igreja não pode, em consciência, considerar evangélico o que é estruturalmente contrário ao plano de Deus".

O defensor governamental de plantão, coronel Jarbas Passarinho, não deixou barato. Insistindo num velho ponto, tentou abrir uma cunha na Igreja ao dizer que ela não é somente os padres de sua ala progressista. E listou uma série de religiosos que, segundo ele, são conservadores.

O homem não desiste. Já nos preparativos para a vinda do Papa ao Brasil, o governo tentou de toda maneira colocar a boca de João Paulo II numa condeação da chamada "Igreja Progressista" — e sabemos que o máximo que os estrategos do Planalto conseguiram foi ver o seu mais legítimo representante — Paulo Maluf — ser "retirado" do Papamovel.

É muita galhofa, termos que escutar Passarinho respondendo a D. Aloísio, contrapondo um capitalismo selvagem, segundo ele já inexistente no Brasil a um "capitalismo novo", onde os interesses dos seres humanos seriam representados, e que seria o praticado no país. De duas

uma, ou o senador coronel está brincando, ou não vai ao Pará, Estado onde se vive uma autêntica situação de faroeste, com os índios sendo dizimados e os posseiros cada vez expulsos para mais longe.

A nota de D. Aloísio vem somar-se assim à série de fatos ocorridos durante o ano de 1980, e que atestam o estado crítico das atuais relações entre o governo e a Igreja. A vinda do papa ao país não funcionou portanto, como muitos esperavam, de forma a atenuar os tradicionais conflitos desde 1964.

Apesar de toda a "boa vontade" da cúpula da Igreja em negociar a melhoria das relações, o governo foi fulminante: tão logo partiu o Sumo Pontífice o Planalto rompe as negociações com a cúpula de Igreja em torno do Estatuto dos Estrangeiros sob a cinica promessa de uma segunda rodada de negociações onde haveria a possibilidade de "corrigir" o texto nos seus "excessos e imperfeições". Mas isto não bastou: logo em seguida, e usando do texto recém decretado pela maioria do PDS, o governo expulsou o padre Vitto. Foi demais e, por esta e por outras, vê-se claro as razões de sobra de D. Aloísio para a dura condenação que agora divulga. (RG)

Ditadura trama expulsão de D. Pedro

Enquanto o líder do governo no senado, coronel Jarbas Passarinho, diz que certos bispos querem a revolução e cita D. Pedro Casaldáliga, a direita terrorista panfleteia o país pedindo a expulsão do bispo de São Felix do Araguaia.

O panfleto, que está sendo distribuído massivamente em vários pontos do país pela direita fascista. Em alguns casos, como em Belo Horizonte, a distribuição é até mesmo acintosa, com os autores pagando pivetes para largá-los de mão em mão aos transeuntes nas ruas da cidade. Nele, os fascistas exigem que o governo expulse D. Pedro Casaldáliga do país.



Anistia/80

Da volta de Flávia Schilling ao redirecionamento das entidades rumo aos movimentos populares

Por Sérgio Ruckert

Um balanço das lutas específicas pela anistia no ano de 80 apresenta um saldo apreciável, sendo a libertação de Flávia Schilling um dos resultados maiores. Fruto de uma intensa mobilização popular em todo o país que pressionou as ditaduras brasileira e uruguaia a entrarem num acordo, para a libertação de Flávia, depois de anos nos cárceres uruguaios voltou, em liberdade, ao convívio dos seus.

Tão ou mais importante foram as descobertas relativas aos mortos e desaparecidos, com a localização no cemitério de Perus, em São Paulo dos restos dos corpos de militantes desaparecidos esclarecendo uma parte dos métodos da ditadura de "desaparecer" os opositores: o corpo de Luiz Eurico Tejera Lisboa foi encontrado em local destinado aos mortos indigentes, sob o nome de Nelson Bueno, que usava na clandestinidade. Como causa da morte constava nos registros, o suicídio. Assinava a necropsia a equipe do IML paulista, comandada por Harry Shibata.

Outro caso semelhante foi a localização dos corpos de Maria Augusta Thomas e Márcio Beck Machado, assassinados em maio de 73, em uma fazenda no interior de Goiás. A tentativa frustrada dos órgãos de segurança de liquidar com as provas sequestrando os cadáveres, só vieram evidenciar sua participação no duplo assassinato.

Além desses fatos, vitórias significativas foram conquistadas no Rio Grande do Sul, com a condenação de alguns dos envolvidos no seqüestro dos uruguaios e também em São Paulo, com a cassação do registro médico de Harry Shibata.

Movimentos de bairros

Na cidade, no dia a dia, a gente vai vivendo e aprendendo — orientados por esta máxima. 128 militantes dos movimentos populares da região de Osasco (SP) participaram, nos últimos dois fins de semana, do I Curso sobre Município, Vida do Povo, Poder e Democracia, organizado pelo jornal *Batente*.

Além das listagens dos principais problemas enfrentados pela população, esmiuçados setor por setor, as análises e debates evoluíram para uma proposta política concreta: a constituição de um Conselho Popular de Entidades em Osasco. Tal órgão, que há de ser "autônomo em relação à Prefeitura e também independente em relação aos partidos", teria como primeiras funções a interferência na elaboração do orçamento e na definição das prioridades administrativas do município de Osasco. (Algo semelhante ao que se faz, por exemplo, no município de Iages, em Santa Catarina).

Vitórias e redefinições

culos burocráticos. Até hoje centenas de trabalhadores esperam sua reintegração e muitos dos já reintegrados sofrem formas diversas de humilhação, que vão desde a colocação em cargos subalternos aos que exerciam, salários sem alteração de promoções ou mesmo uma integração apenas formal, com a difícil situação de não lhes ser dado o que fazer depois de muitos anos fora das instituições.

A anistia só tem caráter pleno para a própria ditadura, que se auto anistiou, na figura dos torturadores e assassinos dos DOI-CODI, DOPS, OBAN etc. mantendo intactos os órgãos repressivos e desresponsabilizando-se pelas centenas de mortos e desaparecidos.

Mas apesar de um certo esvaziamento que a lei da anistia causou, principalmente pelo seu impacto junto a opinião pública os CBAs e movimentos de luta pelos direitos humanos continuam sua atuação. Além da exigência de esclarecimento sobre os mortos e desaparecidos, redefiniram sua área de atuação, colocando-se como mais uma das forças auxiliares do movimento popular.

Na medida em que a sociedade brasileira não mais aceita as prisões arbitrárias, torturas e mortes inexplicadas, a ditadura viu-se obrigada a mudar de tática. A própria Lei de Segurança Nacional é menos rígida na condenação aos atos de "subversão" armada — mesmo porque não existem — sofisticando suas formas de repressão, concentrando-a nos líderes dos trabalhadores, cuja atuação está sempre passível de enquadramento em alguma das leis da ditadura. Da LSN à CLT, o regime tem mecanismos de conter o movimento de massas, desarticulando sua organização prender lideranças e intervir nas entidades.

É nessa perspectiva que os CBAs redefiniram seu ramo de luta, vinculando a anistia às reivindicações dos trabalhadores, contra a violência cotidiana, pela livre organização sindical e nos locais de trabalho e moradia.

Osasco

Controle popular na ordem-do-dia

Próximos passos

Os participantes do encontro, que foram indicados por 39 entidades e movimentos populares da região, incluindo associações de bairro, sindicatos, grupos culturais e outros, deliberaram levar a proposta do novo órgão imediatamente às suas bases. Acertou-se ainda a convocação conjunta de uma assembleia de todas as entidades interessadas, para fevereiro próximo, quando estará em pauta o estatuto do futuro Conselho Popular.

No decorrer do Curso, que a equipe do *Batente* definiu como "uma experiência viva, coletiva, sobre a realidade política local e sobre os problemas do cotidiano", entraram no debate os seguintes convidados: o educador Paulo Freire, a deputada Irma Passoni (PT-SP), o ex-deputado Plínio Arruda Sampaio, e os prefeitos Waldemar Tebaldi - de Americana - e Guaçu Piteri - de Osasco.

Piteri, após ouvir os relatórios dos Grupos de Trabalho, todos denunciando as dificuldades e dramas do povo trabalhador de Osasco, e exigindo democracia no município, assumiu de público o compromisso de reconhecer e aceitar o Conselho Popular — "não apenas como mais um órgão de idéias, mas como órgão de poder junto ao governo municipal", segundo o relatório final dos Grupos de Trabalho.

José Antônio Melo, presidente da Comissão Municipal do PT de Osasco, que também participou do I Curso, afirmou que o Partido dos Trabalhadores "não só apoia, mas fará tudo para que o Conselho Popular se torne realidade, até porque o PT tem claro em seu programa a luta pelo controle popular e pelo poder político dos trabalhadores, de forma independente e autônoma". O PT já reúne mais de 1.200 filiados em Osasco.

(JB)

Entregar a Unidade Sindical para os pelegos e reformistas?

A vergonhosa atuação do setor mais atrasado e corrompido da Unidade Sindical carioca durante as eleições dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, (ver página 19), recoloca na ordem do dia um tema de suma importância para o movimento sindical: como concretizar a necessária articulação e organização unitária dos trabalhadores; como superar a atomização hoje ainda existente, criando os organismos de direção da classe operária e de todos os assalariados, enfrentando a um só tempo a realidade imposta pela estrutura atrelada e por uma grande heterogeneidade de concepções e práticas entre os sindicalistas brasileiros, onde para cada Lula há dez Joaquim Andrade, e outros tantos Argeu dos Santos para cada Olívio Dutra?

Após os, com perdão da palavra, eventos do Rio, fortaleceu-se entre os sindicalistas honestos e preocupados com os destinos dos trabalhadores a tendência a abandonar a Unidade Sindical, buscando novas articulações que possibilitem a sua aglutinação em torno de organismos de direção que correspondam aos seus interesses. Some-se a isso, as dificuldades enfrentadas pela proposta do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) para se ter uma dimensão do problema, ao mesmo tempo em que começam a surgir perigosos indícios de que tudo pode desembocar no revigoramento de propostas favoráveis ao pluralismo sindical.

Com a razão

Será o abandono puro e simples da Unidade Sindical, uma saída correta e que melhor atende aos interesses dos trabalhadores? Pelo menos no estágio atual, parece que não. É verdade que desde sua formação, a articulação intersindical que

Como evitar que a proposta da Unidade Sindical acabe se transformando a nível nacional no que é sua caricatura no Rio de Janeiro? Contra a solução simplista de abandoná-la, a alternativa é a intervenção mais decidida dos sindicalistas autênticos.

depois veio a adotar o nome de Unidade Sindical tem merecido um sem número de críticas pelo seu imobilismo frente aos frequentes ataques sofridos pelos trabalhadores, como ficou mais do que notório durante a greve do ABC, na incapacidade de responder às intervenções nos sindicatos mais combativos etc. Mas parece um grande equívoco aceitar essa situação como estruturada, como imutável e eterna.

Em primeiro lugar, é preciso entender que a articulação intersindical nasceu da necessidade mesma de coordenação dos trabalhadores, submetidos a uma atomização que lhes foi imposta pela estrutura sindical atrelada. Evidentemente, retratando o que é hoje o conjunto do movimento sindical brasileiro, ela necessariamente deve abrigar em seu interior todas as correntes existentes, dos acomodados e despolitizados, aos dirigentes pelegos e reformistas, até o punhado de sindicalistas autênticos à frente das entidades sindicais.

Essa é a realidade do sindicalismo brasileiro. E é essa realidade que uma Central Única dos Trabalhadores certamente expressará, caso venha a ser formada nos próximos anos, como decorrência imediata ou mais distante da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) marcada, em princípio, para junho de 1981.

Ação conjugada

Obviamente, entender essa situação não signifi-

fica que ela deva ser aceita passivamente. Aos sindicalistas mais combativos compete uma eficaz atuação no sentido de fortalecer-se no movimento sindical, ampliando a corrente que representam: ao mesmo tempo em que lutam no interior da articulação intersindical existente, é mais do que necessário que ajam organizadamente no sentido de colocar nos sindicatos controlados pelos setores mais atrasados, trabalhadores comprometidos com as propostas classistas, como ficou recomendado, aliás, no Encontro realizado em Taboão da Serra, no segundo semestre deste ano, em São Paulo, que preconizou o apoio às oposições sindicais que atuam nos sindicatos pelegos.

Contra o Pluralismo

Abandonar a Unidade Sindical não parece uma saída consequente. Sobretudo, quando se sabe que muito da sua situação atual tem a ver com a própria omissão dos sindicalistas autênticos que minimizaram sua importância, cedendo espaço aos burocratas, pelegos e reformistas. E sair da Unidade Sindical, antes de fazer uma prova definitiva de suas potencialidades, significa entregar de mão beijada uma proposta justa e necessária na mão desses setores, ao tempo que se corre o risco de cair num divisionismo puro e simples, incentivando a formação de um pluralismo sindical que não pode interessar aos trabalhadores.

Intervenção organizada

Evidentemente, a intervenção dos sindicalistas combativos tem que se dar organizadamente. Essa preocupação ficou clara, aliás, em recentes reuniões realizadas em São Paulo, por ocasião das comemorações do 25º aniversário do DIEE-SF. Nessa ocasião, os dirigentes sindicais decidiram convocar uma reunião dos dirigentes combativos para o mês de janeiro, buscando iniciar um processo de reconstituição da proposta de organização intersindical, que eles consideram desvirtuada pela aliança pelegos reformistas.

Ao mesmo tempo, fizeram um balanço da experiência recente do ENTOES que, se não foi o fracasso que alguns setores afirmam ter se constituído, deixou muito a desejar. Consideram que, apesar da validade, pecou por sérios erros no seu encaminhamento, principalmente no que se refere à democracia interna, na definição da representatividade de seus participantes.

Retomar o ENTOES, sob a direção dos dirigentes sindicais autênticos, com nova denominação ou mantendo a atual, fundi-lo com as experiências de Frente Sindical dos Trabalhadores Urbanos do Ceará ou dos Trabalhadores Rurais do Pará — além dos encontros de João Monlevade e Taboão da Serra — definir seu relacionamento com a Unidade Sindical, a atuação no seu interior e na preparação do CONCLAT, são questões ainda em aberto. Por isso mesmo, passada a emoção causada pela justa ira diante dos desmandos da "Unidade Sindical" do Rio, espera-se que a razão prevaleça, e que as soluções simplistas sejam descartadas em favor de uma atuação decidida na Unidade Sindical nacional, no seu interior e por fora dela — com o alijamento dos pelegos e reformistas das entidades onde estiverem encastelados.

Eleições: testes de força no movimento sindical

O ano que finda foi também uma prévia das numerosas eleições sindicais que se realizarão em 1981. Neste sentido, as oposições sindicais conseguiram algumas vitórias, mas experimentaram também derrotas significativas. Reunimos aqui informações a esse respeito. Deve-se observar primeiramente que os dados não são exaustivos. Em 2º lugar, o que se chama aqui de oposição sindical não é algo necessariamente homogêneo, mas reflete, no máximo, a aspiração dos trabalhadores por "fazer um sindicato autêntico, que funcione como deve etc", no que cabem as mais variadas práticas e concepções ideológicas.

Entre os metalúrgicos, em Niterói, venceu a chapa oposicionista, encabeçada por Abdias dos Santos. Em Nova Hamburgo, R.G. Sul, numa categoria de 5 mil operários, votaram 1.317 trabalhadores, vencendo a oposição. Por outro lado, a oposição perdeu em Piracicaba, numa categoria de 18 mil, votando 6 mil trabalhadores. Perdeu também em Fortaleza, por pequena margem. Perdeu ainda em Curitiba: 30 mil metalúrgicos, 6 mil sindicalizados, 3.156 votos para a situação e 1.337 para a oposição, além do sindicato dos metalúrgicos de São Leopoldo, por escassa diferença (leia na página 18).

Mas a grande derrota da oposição sindical, entre os metalúrgicos, foi no Rio de Janeiro, como se pode ver na matéria da página 19. Uma categoria de 250 mil operários, tem apenas 11 mil votantes. A situação derrotou, logo no primeiro escrutínio, as 3 chapas de oposição, mediante toda a sorte de artimanhas.

Na construção civil, a oposição venceu em Curitiba e em Vitória. Venceu, ainda, entre os motoristas do ABC. Mas aqui não levou, por falta de quorum. Venceu e levou nas difíceis e manhosas eleições para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, com a chapa da corrente sindical "Lavradores Unidos". A oposição elegeu ainda a diretoria dos bancários do Rio Grande do Norte e dos engenheiros de São

As eleições para a diretoria do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, será, sem dúvida, o ponto culminante do calendário eleitoral operário, no próximo ano, que começou no segundo semestre de 1980, com vitórias e derrotas dos setores mais combativos.

Paulo. No sindicato dos engenheiros de Minas Gerais, ganhou mas não levou. As eleições foram anuladas, beneficiando o infrator, isto é, a situação. Outra importante vitória foi a queda dos pelegos na Federação Nacional dos Jornalistas.

1981 - pega prá capar

De todo modo, 1981 parece ser um ano de disputas acirradas, com o pontapé inicial entre os metalúrgicos de Osasco, onde a oposição sindical, unidade dos operários mais combativos da categoria, tem grande chance de vitória, com sua chapa 2, cujo nome lembra a legendaria equipe de José Ibrahim, em 1967: **Esperança Operária**. Os problemas das oposições não se resumirão nas fraudes e apelações, como as que fizeram história entre os metalúrgicos de São Paulo (1978) e Rio (1980). Além desses obstáculos, terão que driblar uma legislação que permite quase tudo aos pelegos. A começar pelo fato que estes são estáveis, ao contrário dos militantes oposicionistas, que pela sua combatividade, frequentemente aparecem nas "listas negras", passam por meses de desemprego ou são obrigados a mudar de base (geralmente o município), o que os torna potencialmente inelegíveis. Sem contar que essa rotatividade "política" — aliada à rotatividade "natural" — atinge também uma faixa significativa da própria massa operária, que assim é conduzida a perder a memória, isto é, a ter dificuldades em reconhecer os pelegos, de tanto que muda de base ou categoria.

Derrotar Joaquinão

Esse tipo de problema não foi enfrentado apenas pelos operários de Osasco. Nos dois últimos



Alegria de Joaquinão pode acabar em 81

anos, ele atingiu profundamente os metalúrgicos de São Paulo, particularmente os elementos mais combativos das oposições sindicais. Isso foi sentido principalmente após as greves de 1978 e 1979, quando centenas de ativistas sindicais foram sumariamente demitidos das fábricas, perdendo, na maioria dos casos, um longo trabalho feito no interior das fábricas.

Ao lado desse fator negativo representado pela ação repressiva patronal, os metalúrgicos da capital enfrentam, agora, um pelego Joaquim Andrade revigorado pelo reforço providencial que o reformismo, seja o moderado da corrente identificada com o jornal "Voz Unidade" ou o radical (no verbo e no braço) dos seguidores do tristemente célebre jornal "Hora do Povo". Sem dúvida alguma, como o demonstrou a última campanha salarial da categoria, a tarefa será difícil. Por isso mesmo, exigirá um árduo trabalho

dos trabalhadores mais combativos que, antes de tudo, deverão buscar — em base a um programa classista avançado — a unidade de todas as correntes que se opõem consequentemente ao pelego Joaquinão: a derrota do Rio de Janeiro, fruto também da intransigência, e do sectarismo que impediu a unidade das chapas de oposição.

Chapas 1 e 2 — e que existiu de lado a lado, é um claro alerta nesse sentido.

Essa preocupação já existe e prova disso é a assembleia unificada com as diversas correntes de oposição sindical promoverão, visando encontrar um denominador comum que defina as bases da campanha, seguindo, nesse ponto, o caminho apontado por Osasco.

Jornalistas

Logo após Osasco e antes dos metalúrgicos da capital, serão os jornalistas do Estado de São Paulo os que participarão de uma disputa eleitoral no mês de março. Concorrerão duas chapas: uma, a Chapa da Convenção, encabeçada pelos jornalistas Ruy Falcão e Ricardo Kotschko foi escolhida — como o nome indica — após amplo processo de retirada de delegados, que culminou com uma Convenção, realizada em outubro, onde 300 delegados, representando mais de 1.500 jornalistas definiram um programa e escolheram os 27 nomes que compõe a chapa.

Ela enfrentará uma segunda chapa, lançada pelo "Movimento de Fortalecimento do Sindicato", liderada pelos jornalistas Emir Nogueira e Audálio Dantas (ex-presidente do sindicato e deputado federal pelo PMDB). Escolhida numa votação em que participaram ao todo 190 jornalistas considera-se de oposição — embora não tenha exercido uma prática de oposição sindical — representando uma parcela minoritária de profissionais que, tendo participado do período inicial do processo que culminou com a convenção, acabou se auto-excluindo, desconhecendo a prática democrática vivida pelo restante da categoria.

1979: Uma tempestade de greves

Para 1979, um extenso levantamento do DIEESE divulgado em setembro último, registra 430 suspensões do trabalho, das quais 142 se concentram no trimestre março-abril, maio e 160 em agosto/setembro/outubro.

Calcula-se em mais de três milhões o número total de grevistas nesse ano, ou seja, cerca de 10% dos trabalhadores do país (incluindo os autônomos), concentrando-se nos mesmos períodos acima (ver quadro 1).

Embora tenha sido grande o número de paralisações no setor industrial, outras categorias contribuíram fundamentalmente para atingir essas cifras. É o caso por exemplo dos professores e funcionários públicos de São Paulo (mais de 400 mil parados) ou do setor de transportes (13% dos grevistas, em 1979). Os dados indicam que 27% dos trabalhadores industriais participaram de greves. E



1980 mostrou que, para romper o cerco da ditadura, o movimento sindical precisa de unificação nacional...

no total do setor industrial, um em cada 4 grevistas (25%) era metalúrgico. Os trabalhadores da construção civil representaram 8% dos grevistas na indústria.

Evidentemente, para o caso dos metalúrgicos, o peso do ABC, Interior e capital de São Paulo foi decisivo (644 mil). Coisa diferente ocorreu com a construção civil. Ai, as greves de categoria se concentraram fora de São Paulo, em Belo Hori-

zonte (80 mil, julho-agosto), Goiás e Brasília (70 mil em agosto), Porto Alegre (64 mil em agosto), Vitória (20 mil, agosto-setembro), Volta Redonda (12 mil, outubro).
Os metalúrgicos de outras regiões registram menor número de grevistas: Belo Horizonte e Contagem (35 mil, agosto-setembro), Betim-MG (18 mil, setembro), João Monlevade (6 mil, outubro), Fortaleza (18 mil, outubro), Curitiba (12 mil, novembro). Exceção é o Rio de Janeiro, com seus 20 mil metalúrgicos parados em agosto/setembro.

QUADRO 2 (Fonte: DIEESE)

As principais greves do ano, mês a mês, em 1979

Mês	Categorias	Cidade e/ou Estado	Número máximo de Grevistas
Janeiro	Motoristas e Cobradores de Ônibus	R.J.	40.000
		Goiás	4.300
		R.J.	110.000
Março	Professores Municipais e Estaduais	M.G., R.J. e R.S.	3.750
		ABC, CAMPINAS, FUMAGUEIROS da Souza Cruz Metalúrgicos	280.000
Abril	Professores Particulares	R.J.	20.000
		R.J.	80.000
Abril e Maio	Professores Estaduais	SÃO GONÇALO F	12.000
		NITERÓI - RJ	12.000
Abril e Maio	Professores	Distrito Federal	12.000
		S.P.	182.000
Maio	Professores Municipais e Estaduais	S.P.	30.000
		S.P.	200.000
Maio e junho	Professores de Ensino Oficial	PB	10.800
		S.P.	40.000
Junho	Professores Particulares	PE	32.500
		M.G.	75.000
Julho	Professores Particulares	M.G.	25.000
		GO	26.000
Julho e Agosto	Professores Particulares	MI	5.000
		R.J.	222.000
Agosto	Motoristas e Cobradores de Ônibus	B.H. - M.G.	10.000
		SAVADOR-BA	3.000
Agosto e Setembro	Motoristas e Cobradores de Ônibus	B.H. - M.G.	80.000
		R.J.	110.000
Setembro	Professores de Ensino Oficial	BA	40.000
		M.G.	16.000
Outubro	Professores de Ensino Oficial	M.G.	40.000
		M.G.	16.000
Outubro e Novembro	Comerciantes	GOIÂNIA - GO	10.000
		BRASILIA - D.F.	30.000
Novembro	Construção Civil	Porto Alegre - R.S.	64.000
		Lauro Muller - S.C.	12.000
Novembro	Mineiros	B.H. - M.G.	10.000
		Vitória - E.S.	20.000
Novembro	Construção Civil	B.H. e Contagem - M.G.	35.000
		R.J.	200.000
Novembro	Metalúrgicos	R.S.	12.000
		R.J.	56.000
Novembro	Bancários	P.A. - R.S.	9.000
		S.P.	11.000
Novembro	Vestuidos	M.G.	45.000
		Betim - M.G.	18.000
Dezembro	Caminhoneiros	J. Monlevade e Sabará - M.G.	6.200
		Fortaleza - CE	18.000
Dezembro	Mineiros	S. Lourenço da Mata e Pau D'Alho - PE	19.000
		Volta Redonda - R.J.	12.000
Dezembro	Metalúrgicos	Capital - S.P.	280.000
		Guarulhos - S.P.	35.000
Dezembro	Metalúrgicos	Paulínia - S.P.	13.000
		Curitiba - PR	12.000
Dezembro	Táxis	S.P.	35.000
		R.J.	16.000
Dezembro	Táxis	Curitiba - PR	6.000
		B.H. - M.G.	2.000
Dezembro	Táxis	S.P.	13.000
		S.P.	13.000

1979/80: Um passo atrás para um salto adiante

Balanço comparativo do ciclo grevista

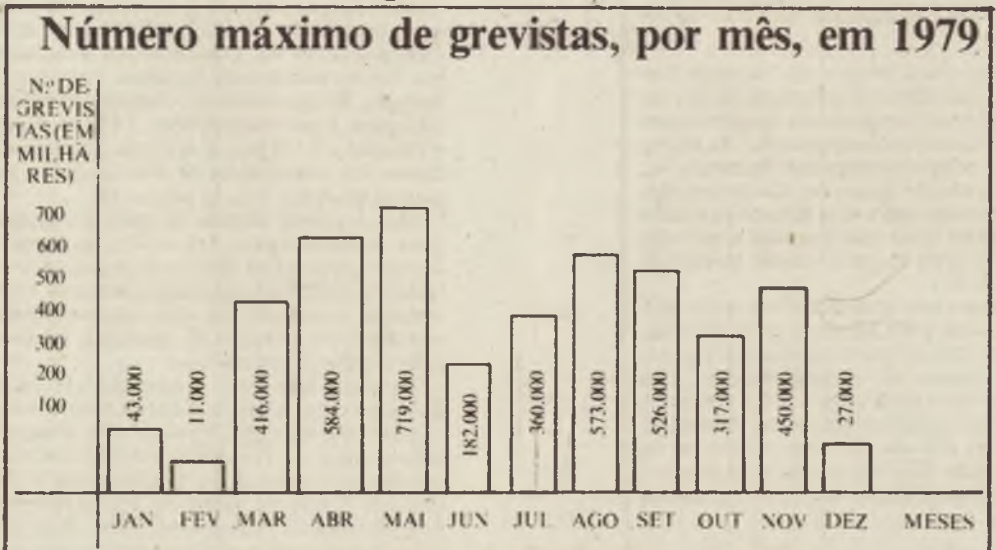
O traço mais geral e visível do ciclo grevista, iniciado em maio/1978, mostra um momento de pico no 1º semestre de 1979 e, em 1980, uma linha de nítido declínio. Em maio /78, em S. Bernardo do Campo, explodiu uma greve generalizada, por empresa e dentro das fábricas, transformada depois num acordo salarial entre o sindicato metalúrgico e os empresários. As greves se estenderam então para São Paulo, onde não houve o mesmo envolvimento dos sindicatos. Elas foram negociadas, fundamentalmente, empresa por empresa, muitas vezes por comissões de empregados eleitos para esse fim, sem grande influência do sindicato da categoria. Em pouco tempo, o Estado e o país foram sacudidos por numerosas paralisações. Já no 2º semestre de 1978 se nota uma tendência que revelará todo o seu peso em 1979: a eclosão de greves por categoria, decretadas pelas assembleias sindicais, e nos períodos próximos das datas-base para dissídio. Este balanço de 1979/80, que aqui apresentamos, fundamentalmente descritivo, agrupa alguns dados visando contribuir para uma análise que se torna a cada dia mais urgente.

Por Regis Moraes e Elvira de Oliveira

da Pirelli, em São Paulo, apoiando os metalúrgicos, então em greve; a dos professores da rede particular em Minas, em maio, que apoiava a greve dos professores da rede oficial, ao mesmo tempo em que lutava por aumentos para a sua própria categoria; a dos 4 mil professores universitários de Minas, durante 3 dias de junho, em solidariedade aos professores de primeiro e segundo graus em greve; a dos 1.122 trabalhadores da Construção Civil da ALCAN, em Ouro preto, Minas, em julho, em apoio aos seus companheiros da mesma categoria, de Belo Horizonte.

Ano de centenas de greves. 1979, foi também, de certo modo, o ano da repressão: prisões, espancamentos, invasão de fábricas, sindicatos e igrejas, sete operários mortos em consequência da violência policial. Uma dessas mortes, aliás, deu origem a um gigantesco ato público contra a repressão: 40 mil pessoas desfilaram pelo centro de São Paulo, em protesto contra o assassinato do metalúrgico Santo Dias da Silva, militante da oposição sindical, na greve de sua categoria, em novembro.

QUADRO 1



A repressão foi brutal: 7 operários mortos, espancamentos, prisões, invasão de fábricas, sindicatos e igrejas, intervenções e cassações.

Em Minas Gerais, pararam 86 mil metalúrgicos e 19 mil trabalhadores na construção civil, além de 50 mil nas indústrias extrativas. O quadro das categorias (veja quadro 2), mostra ainda certas particularidades, como é o caso dos professores (estaduais, municipais e da rede particular) que, num revezamento estado por estado, sustentam um movimento praticamente ininterrupto de março a agosto. Ou o dos motoristas e cobradores do Rio de Janeiro que, ao que parece, ensaiam uma greve em janeiro (40 mil trabalhadores) e realizam uma grande paralisação em julho (222 mil). O registro do DIEESE anota ainda algumas greves de solidariedade: "a dos 4 mil borracheiros

1980: Uma pausa para meditação?

Comparado com esse quadro, o ano de 1980 parece inaugurar um novo período que, aliás, já poderia ser datado da greve dos metalúrgicos da capital paulista (novembro/1979), com uma interrupção na batalha do ABC/80, transformado quase que num "ponto de honra" do movimento sindical mais combativo do país.

Nesse ano, a safra dos combates praticamente se inicia com os portuários de Santos. De 16 a 22 de março, 12.500 trabalhadores cruzam os braços reivindicando um reajuste de 15% acima do INPC, e mais Cr\$ 3.300 de aumento fixo. Numa greve controvertida e com consequências até hoje (recentemente, um dos líderes, estável, foi demitido) foram fixados índices de "gratificação" variando entre 9,8% e 15%.

1º de Maio na Vila Euclides: a maior manifestação de massas do ano

A partir daí, temos a safra grevista da educação (ver quadro 3). Cabe observar, para o caso dos professores gaúchos e paranaenses que, embora não registremos dados precisos sobre o número de grevistas, as assembleias e manifestações tinham caráter massivo, com milhares de docentes. Note-se ainda que entramos em dezembro com um movimento que paralisou todas as universidades federais do país, reivindicando reajustes, estruturação da carreira do magistério etc.

Uma safra grevista no movimento dos professores

A construção civil, 2ª colocada em 1979, paralisou agora em 80 Vitória, no Espírito Santo: são 5 mil trabalhadores, em 18/3, reivindicando o cumprimento dos acordos salariais de setembro/79. Aliás, já em janeiro, uma greve parcial dos pedreiros do Rio Grande do Sul (mil trabalhadores) reivindicava cumprimento de acordos anteriores. Categorias menores, como os 7 mil trabalhadores do plástico de Joinville, Santa Catarina, cruzam os braços de 23-26/3. A perda: 15% de aumento- produtividade.

Os grevistas no campo se multiplicam e se espalham

Um fato novo — se comparado com os dados do DIEESE para 79 — é a extensão das lutas de trabalhadores rurais. No ano passado, registraram-se 21 mil grevistas no campo, dos quais 19 mil são canaviais de São Lourenço da Mata e Pau d'Alho, em Pernambuco. Já em maio de 1980, 20 mil trabalhadores do café, em Vitória da Conquista, na Bahia, exigem Cr\$ 220 de diária e Cr\$ 40 por lata de café colhido, além de outras conquistas sociais, como escolas, moradia e equiparação salarial para as mulheres.

Vai de 25/9 a 1/10 a batalha de 1980 dos canaviais de Pernambuco — 250 mil — exigindo 4% acima do INPC, paridade dos salários e diárias, auxílio doença para os trabalhadores e suas famílias. Uma greve em que o pau e a metranca comemar soltos. Uma de suas conquistas foi o delegado sindical nos engenhos. Seguindo o exemplo, os canaviais de Minas — 5 mil — organizam-se



...direções combativas...



...e apoio político de classe.

fora do sindicato, realizam assembleias supermassivas, elegem uma comissão de negociação e conseguem parar também o setor industrial da cana. Conseguem 40% de reajuste e várias medidas reguladoras dos contratos, além de estabelecimento de um ano para a comissão de negociação.

Uma infinidade de acordos sem greve, alguns com conquistas importantes

O ano apresentou também movimentos grevistas singulares, habilidosos e vitoriosos, como foi o caso dos metalúrgicos de Monlevade que, com base na reivindicação da produtividade, deram um xeque mate na Belgo Mineira quase levando-a a ter que abrir os seus livros de contas.

Por outro lado, o ano foi marcado ainda pelo sarampo dos acordos sem greve. Utilizando uma série de pressões (operações tartaruga, manifestações de rua), os petroleiros (43 mil em todo o país) obrigaram a Petrobrás a reabrir as negociações conquistaram a jornada de 40 horas de trabalho, além de outras vantagens. Campanhas sem greve foram a dos bancários e metalúrgicos de São Paulo e dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Os trabalhadores das empresas fabricantes de abrasivos, em acordo, conquistaram ainda o reajuste trimestral dos salários.

As tarefas para 81: derrubar os pelegos, articulação nacional, o papel do partido.

A nota do ano, contudo, mais uma vez, coube aos metalúrgicos do ABC: 41 dias de greve (1/4 a 11/5), reivindicando 15% acima do INPC, estabilidade de 12 meses, delegado sindical etc. Cerca

de 160 mil trabalhadores provocam a maior comoção social do país neste ano, arrastando, ainda que por alguns dias, alguns sindicatos do interior e gerando a maior manifestação pública do ano, no 1º de Maio, quando 100 mil pessoas, em passeata, exigem a repressão à retirada seus efetivos de São Bernardo e liberar o histórico estádio de Vila Euclides para o comitê operário. Justificadamente, a greve bateu também outro recorde: o dos "balanços". Marcou ainda, na agenda dos militantes sindicais, três temas que se tornam obrigatórios para 1981: a necessidade cada vez mais clara de derrubar as direções sindicais acomodadas, pelegos ou policiais; a necessidade de uma articulação unitária da classe trabalhadora (discussão da CUT, Conclat, Unidade Sindical, ENTOES etc.) e a questão da ação política da classe operária (o problema do partido). Destes, os dois últimos aparecem, com matizes diferentes, em quase todas as análises. O primeiro parece ainda um tabu delicado em certas áreas. Para outras, é uma questão não-oportuna (ou não oportunista?).

Os perigos pela frente: governo investe na aliança com a esquerda conciliável e confiável.

Tudo indica que 1981 será um ano de pega-prá-capar na conquista das direções sindicais e inter-sindicais. E ao que parece o governo e os patrões não se limitarão a golpear o sindicalismo e as aspirações políticas das massas. Eles pretendem cavalgar os em novo estilo. As experiências vão desde as "comissões de fábrica" da Volkswagen, até a aliança conjuntural — nos sindicatos — com as frações conciliáveis da esquerda, como o PCB e o MR-8. No terreno político, alianças semelhantes visarão obstruir a construção do PT. As eleições dos metalúrgicos do Rio de Janeiro não seriam um indicador dessa tendência?

QUADRO 3

(Fonte: DIEESE)

O surto grevista dos professores - 1980			
ESTADO	Nº professores	período	reivindicação
Acre	2.800	18 3 a 31 3	aumentos de 100% a 125%
Goiás	30 mil	março	cumprimento de promessas governamentais (55% a partir de 1 2, independentemente do reajuste do funcionalismo)
M. Gerais	70 mil	22 4 a 8 5	104% efetivação dos contratados; contrato CLT para os substitutos e piso salarial de 12.217,00
R.G. Sul	sem dados precisos	novembro	45% a partir de outubro; 100% a partir de jun 81; reajustes semestrais, 13º salário, eleição dos diretores nas escolas
Paraná	sem dados precisos	10 10 a 3 11	reestruturação da carreira, regularização do Estatuto do magistério; piso de 2,5 salários mínimos para professor nível I e reajuste semestral.

Metalúrgicos de São Leopoldo/RGS

O "socialismo democrático" brizolista ataca.

Nem só de "brigadistas HP" é feita a truculência no movimento operário. Brizolistas mostram que nos Pampas o tacape é deles.

Da Sucursal

Cenas generalizadas de gangsterismo em eleições sindicais já não são mais um privilégio dos metalúrgicos de São Paulo e Rio, com o Joaquinão à frente de seus diletos filhos do Hora do Povo. Em São Leopoldo, cidade próxima a Porto Alegre, aquelas cenas conhecidas foram reprisadas com a mesma truculência por uma outra "esquerda" que se autoproclama ala "esquerda" do PDT.

O cenário foi as eleições para o sindicato dos metalúrgicos, onde concorreram três chapas, uma de situação, apoiada publicamente pelos adeptos do decadente partido de Brizola, e duas de oposição. Uma delas, chapa 2, reunindo a fração mais avançada dos operários, contava a seu favor o trabalho de quase três anos, organizando a categoria no interior das fábricas e intervindo nas campanhas salariais; a terceira chapa, por sua vez, não passou de um desatino de um grupo de teimosos sem nenhum programa ou proposta. A soma final de seus votos não ultrapassou o número de 44 eleitores a seu favor. Os brizolistas, situação no sindicato, tinham a apresentar no seu currículo a ampliação do atendimento médico e odontológico, a construção de um ginásio de esportes e uma perfeita sintonia com os patrões. Por reflexo seu programa na campanha não passou de loas às realizações assistenciais e as acusações à chapa 2.

A vitória coube no segundo escrutínio — nos dias 3, 4 e 5 — a essa última chapa, que conquistou um total de 1.524 votos, número inferior ao primeiro pleito realizado uma semana antes quando oteve 1.566 votos. A segunda chapa, no entanto, aumentou sua votação: passou de 1.301 a 1.427 votos, reduzindo a diferença entre as duas chapas a apenas 97 votos. E se o prazo de 15 dias entre um pleito e outro fosse respeitado, na avaliação dos metalúrgicos da oposição sindical, seria bem provável que o resultado final tivesse sido outro.

A oposição sindical

A oposição sindical centrou sua campanha na experiência que acumulou nos últimos três anos. Primeiro, com a organização da categoria no interior das fábricas, base da qual, inclusive, nasceu. Pretendia, enquanto diretoria, ampliar essa organização com o respaldo do sindicato. Segundo, transformar o sindicato em órgão com-



A MARRETA

O sindicato somos nós

Companheiros! O sindicato não é a diretoria, não é o conselho, não é o conselho de administração. Deve ser um órgão de representação da categoria para a defesa dos interesses e o controle da gestão dos órgãos de direção e administração.

Para isso precisamos de um sindicato independente e democrático que garanta a liberdade de atuação para todos os membros da luta da categoria.

Apresentamos a vocês a oposição sindical, formada por todos os trabalhadores interessados em lutar por melhores condições de trabalho e por melhores salários.

Vote na chapa 2 - oposição

A oposição dirigiu a campanha salarial em São Leopoldo.

bativo e democrático, a exemplo do que ocorreu no dissídio de 1979, em que a oposição praticamente dirigiu a campanha salarial, enchendo de trabalhadores as assembleias. A oposição conseguiu provar que naqueles locais onde se desenvolvia um trabalho, o número de votos a seu favor tinha correspondência direta com aquele trabalho: em três fábricas, (média de 3 mil operários em cada uma), os votos atingiram a cifra de 70 por cento para a chapa 2. Restaram, para a 1, os aposentados, os fisiológicos e a direita, votos concentrados em sua maioria nas pequenas fábricas da região.

Os gangsters brizolistas

O eixo da campanha situacionista foi as realizações assistenciais nos últimos três anos, bandeiras agitadas no jornal do sindicato e nos boletins extras. Seu lema era: "Contamos com o

vosso voto para continuarmos nosso trabalho servindo os metalúrgicos: - com assistência médica e dentária; - com assistência jurídica; - com aulas de datilografia; e no lazer com nosso salão de festas, com o campo de futebol, com o GINÁSIO DE ESPORTES BIGORNÃO, recém-inaugurado..."

Porém, os pelegos deram-se conta que isso seria insuficiente para assegurar seus votos. E como não tinham um programa sindical, ensaiaram o que é e poderá ser a prática sindical do partido brizolista no futuro: o primeiro pleito não contou com cabines de voto fechadas, substituídas em quase todas as fábricas pelos escritórios dos patrões, ficando a urna próxima a suas mesas.

Além disso, a chapa 1 contou ainda com o apoio decidido do prefeito de São Leopoldo, Olímpio Albrecht, que também é do PDT e da bancada de vereadores do partido. O primeiro, inclusive, não hesitou em tirar quinze dias de licença para fazer campanha nas empresas. É óbvio que junto com os patrões.

Mas se a chamada "ala direita" do partido se restringiu a realizar comícios, a "ala esquerda", cuja figura mais conhecida nos meios sindicais é o advogado trabalhista Carlos F. Araújo, foi mais longe, adotando toda a sorte de métodos truculentos e provocações.

Invadiram Igreja

Logo após o encerramento do pleito, no dia 1º deste mês, um grupo de dez entusiastas defensores da situação invadiu a igreja-sede da campanha da oposição, ameaçando com armas as pessoas presentes. E aproveitaram para deixar um recado: havia uma "lista negra" de membros da oposição que seriam castigados. Ao mesmo tempo, um tal de Manolo, secretário do PDT e estudante da universidade local, acusava a oposição de ser composta não de operários, mas de comunistas infiltrados.

E para complementar, uma "comissão de metalúrgicos atentos" que se especializou durante a campanha em soltar boletins apócrifos no melhor estilo da polícia política, acusava num dos panfletos, referindo-se ao Lula: "... a chapa que se diz de oposição tem o apoio do presidente de um partido político; presidente este que dias

atrás na Granja do Torto em Brasília conchavou com o governo (sic) deixando milhares de trabalhadores na miséria, presidente este que usou o sindicato de metalúrgicos de São Bernardo do Campo e os trabalhadores como trampolim para a sua projeção política..." e assim por diante.

Não faltou um lance cômico. O presidente da chapa 2, Miguel Rosseto, foi acusado, novamente num panfleto, de ter entregue o prefeito Albrecht aos militares após o golpe de 64. Escapou-lhes, no entanto, um pequeno detalhe: nesse ano, Miguel tinha só quatro anos de idade!!

O ponto culminante da campanha de difamação foi um comício do já citado advogado Araújo, onde este se esmerou em lançar invectivas anticomunistas aos membros da oposição. Acusava-os de serem trotsquistas!

Aparelho brizolista

A articulação que se processou para literalmente liquidar a oposição, deixa entrever o futuro do sindicato: este não passará de um aparelho nas mãos dos brizolistas com vistas a atingir objetivos eleitorais, já que na defesa dos interesses dos metalúrgicos muito pouco poderá fazer. A campanha foi o exemplo da junção de interesses entre os brizolistas e os patrões, que tem mais um ponto em comum a curto prazo: liquidar com a oposição. (Quatro de seus membros já estão demitidos e dificilmente conseguirão empregos na mesma base territorial).

Pelo lado da oposição, destacam-se a sua quase vitória em decorrência de um trabalho de três anos, intervindo firmemente nas atividades sindicais e apoio que tiveram de figuras como Lula, Olívio Dutra e do bispo Dom Sinésio Bohn, de Novo Hamburgo, que publicamente declarou-se favorável a chapa de oposição. Contaram ainda com o apoio da oposição metalúrgica de Novo Hamburgo, cidade vizinha, e que há dois meses conquistou seu sindicato.

Engenheiros / BH

Terceiro round contra o pelego

14 de maio, 3 de novembro, agora 8 de janeiro de 81. Será o terceiro "round" da luta dos engenheiros de Minas pela conquista do seu sindicato.

Em maio, a Chapa "Atuação Sindical", oposição, ganhou as eleições contra a chapa de continuidade dos pelegos. A votação foi anulada a partir de denúncias de fraude de amigos dos próprios fraudadores, a chapa perdedora. Foi aberto novo processo eleitoral, com votação marcada para dia 3 de novembro.

A única chapa inscrita era "Atuação Sindical", já que dentro da própria chapa de continuidade muitos engenheiros haviam discordado da manobra de impugnação. Na última hora, os pelegos conseguiram rearticular-se, mas o prazo de inscrições havia vencido. Tanto fizeram, que a uma semana da eleição conseguiram adiar tudo e reabrir a inscrição de chapas, desta vez para votação no dia 8 de janeiro de 81.

Enquanto isso, o sindicato vai sendo dirigido por uma junta administrativa, que nada tem a ver com as lutas e interesses da categoria. E o pessoal da "Atuação Sindical" está denunciando a nova manobra e se preparando para dar uma nova surra na "situação". Vamos ver se dessa vez é pra valer ou se os pelegos estão dispostos a continuar brincando com a entidade de luta dos engenheiros mineiros.

Vitória/ES

Os capacetes coloridos pararam a construção civil

Durante uma semana, 20 mil peões paralisaram a construção civil de Vitória, exigindo que os patrões cumpram o que assinaram.

Ainda está na memória dos peões da construção civil de Vitória a greve de 79, que a diretoria do sindicato, com o pelego Oswaldo, na cabeça não assumiu. As lideranças que despontaram nesta greve é que vieram a formar a oposição sindical, concorrendo neste ano em sucessivas votações. Na primeira, a diretoria anterior fraudou descaradamente, gerando uma intervenção no sindicato. Nas seguintes, não houve quorum. "Mas o movimento cresceu, porque nós fomos às comunidades, aos bairros, mostrando que a nossa chapa era comprometida com os interesses da categoria", conta o delegado sindical Agenor Carneiro da Silva.

Em agosto, finalmente, a oposição, encabeçada por Gerson Florêncio Diniz, ganhou as eleições e "abriu o sindicato a todos os peões". Isso, tanto os trabalhadores como os patrões sentiram muito depressa. Dezesete dias depois da posse da nova diretoria, a categoria já conquistava uma Convenção Coletiva de Trabalho com 23 cláusulas, entre as quais Agenor destaca: delegado sindical eleito pelos trabalhadores por município, com estabilidade de um ano; mudança na jornada de trabalho para cinco dias; e validade do atestado do médico do sindicato.

Colorindo a cidade

E aí começou a luta para forçar as empresas a cumprirem a convenção que elas mesmas tinham aceitado e

assinado. Recebendo as denúncias de descumprimento, o sindicato recorreu à DRT (Delegacia Regional do Trabalho): "Mandamos ofício e ela não fez nada. Nós sabemos que lá dentro dos órgãos públicos o que tem é o patrão. O trabalhador não tem vez".

Sentindo-se encurralados, o clima entre os trabalhadores começou a esquentar. A vitória na conquista da Convenção Coletiva reanimou a confiança no sindicato: segundo o presidente Gerson Diniz, o índice de sindicalização subiu muito neste período, mesmo sem nenhuma campanha específica. No dia 20 de novembro, ele declarava ao EM TEMPO: "Ontem, dez companheiros, representantes de diversas empresas, vieram procurar o sindicato para discutir a idéia de uma greve. E o sindicato não vai incitar, mas também não vai segurar um movimento de paralisação".

Dito e feito. No dia 25 de novembro, A GAZETA, matutino de Vitória, anunciava: "O Sindicato de Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Vitória estimou em 7 mil o número de operários que entram em greve na Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)". As principais reivindicações: 60% de aumento salarial e cumprimento da Convenção Coletiva de setembro. Do canteiro de obras, os peões se dirigiram em passeata ao sindicato que, desta vez abriu as portas e acolheu o movimento.

A partir daí, a cidade se encheu de capacetes coloridos, em inúmeras passeatas e piquetes, que levaram praticamente todos os canteiros de obra de Vitória a

paralisação, atingindo 20 mil trabalhadores. E se encheu também de cassetetes, tropas de choque e até uniformes de campanha. A polícia, convocada imediatamente pelos patrões "para proteger o patrimônio", conforme Crisógono Teixeira da Cruz, presidente do sindicato patronal, não teve dúvidas: ameaçou e bateu, prendendo 15 operários durante o movimento.

Lição aprendida

A experiência adquirida pelos peões no ano passado, a conquista do sindicato, sem dúvida tiveram seus saldos. No terceiro dia de paralisação era tirado um comando de greve, com representantes de 18 empresas, que já no dia seguinte instruiu os trabalhadores: "Não dê atenção a notícias que não sejam dadas por alguém do sindicato ou do comando de greve."

No entanto, a organização ainda foi insuficiente. A greve dependia dos piquetes, abrindo campo para a atuação da polícia. E antes que a desorganização tomasse conta de tudo, a assembleia do dia 1º de dezembro decidiu pela volta organizada ao trabalho, sob a condição do atendimento das reivindicações no prazo de 15 dias.

Quer dizer, dia 15 de dezembro, os peões de Vitória fazem nova assembleia para saber o resultado das negociações. Até lá, estarão se preparando para entrar novamente em greve, desta vez para pôr abaixo a intransigência dos patrões.

Metalúrgicos do Rio

“Unidade Sindical” fecha o ano se borrando toda

Corrupção, difamação, violência, dinheiro e acesso farto à publicidade na grande imprensa. Maluf? Não, é a UNIDADE SINDICAL do Rio de Janeiro em ação.

Por Joaquim Soriano

Pelo fim da intervenção nos sindicatos.



Os trabalhadores brasileiros estão cansados da tutela do Ministério do Trabalho. Por isso, querem ter o seu direito a um sindicato livre e independente.

Este anúncio será publicado por este jornal enquanto perdurar a intervenção (total ou parcial) nos seguintes sindicatos:
Metalúrgicos de São Bernardo e Nani André, Bancários de Porto Alegre, São Paulo, Uberlândia e Fortaleza.

Mas, sem nenhuma dúvida, os principais derrotados foram os 250 mil metalúrgicos que pertencem à base territorial do Sindicato do Rio de Janeiro. Para eles a continuidade na diretoria de uma chapa com um programa assistencialista, no melhor estilo pelego, só significa uma pedra a mais no caminho de sua organização. Pois, qual o compromisso com os interesses dos trabalhadores que uma diretoria que conta com o apoio direto e expresso do governo e de personalidades as mais conservadoras, pode ter? Há, alguém inocente que creia que a presença de Pimentel no sindicato significará um amplo programa de construção de casas próprias para os sindicalizados e não para uma seleta e ínfima minoria de “amigos” e “cabos eleitorais” de Pimentel?

Perderam, sem dúvida, os 250 mil metalúrgicos, 98% dos quais sequer votaram. Eles estavam em um processo nascente de organização no qual a greve dos seis dias em 1979, e que trouxe inclusive ganhos econômicos, foi o grande marco. Nesta greve, foram feitas assembleias de até 15 mil metalúrgicos e com a categoria mobilizada foi a vanguarda efetiva do movimento que deu o tom nas assembleias derrotando as propostas imobilistas capitulacionistas da atual diretoria.

Após a greve, porém, cerca de mil operários da vanguarda do movimento foram demitidos, se dispersaram, e demoraram muito a encontrar outro emprego. Essas demissões impediram que

Metalúrgicos de Betim - MG

Oposição registra chapa

Foram muito poucos os 2.544 votos de vantagem que a Chapa 4, encabeçada por Osvaldo Pimentel, obteve sobre a chapa de oposição sindical liderada pelo dirigente do PT, Joaquim Arnaldo. Não há outra conclusão possível quando se avalia os resultados das recentes eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro à luz do relatório tornado público pela revista Isto É e que descreve a verdadeira “blitz” eleitoral que sustentou a campanha da Chapa 4.

“Blitz” que uniu lado a lado, passo a passo, uma frente tão diversa como representantes do PDS no meio sindical, o PCB, o jornal Hora do Povo, com sua gang e Golberi. E que poderia ser assim resumida:

Corrupção — distribuição de 30 mil cartas condicionando a execução do PRO-SINDI (Plano de Casa Própria para Sindicalizados) à eleição de Pimentel. O PRO-SINDI é um programa do governo e é coordenado no Rio por um membro do PDS. Lema da Chapa 4: “Com Pimentel teremos casa própria”;

Difamação — Fontes do governo fizeram o levantamento cadastral de uma minúscula oficina familiar de propriedade de Joaquim Arnaldo e, com base nisso, a “Unidade Sindical” acusou-o de “patrão disfarçado de operário”. Esquecem-se, convenientemente, que essa é uma das poucas maneiras possíveis de um militante perseguido pelo governo e pelos patrões sobreviver. A campanha difamatória foi feita nas páginas dos jornais O Dia (Chagas Freitas), Última Hora, Luta Democrática e Hora do Povo.

Publicidade — Pimentel acompanhado dos sindicalistas “Alemão” e “Negão”, identificados com o jornal Hora do Povo são entrevistados pelo ex-tenente Wagner Montes no programa de enorme audiência popular, Nosso Domingo da TVS. A TVS é de propriedade de Sílvio Santos que atendeu um apelo direto de Golberi para abrir espaço no programa para a propaganda e difamações dos adeptos da Chapa 4.

Dinheiro — O dinheiro correu solto na campanha da Chapa 4. O apoio à chapa foi sediado no Sindicato dos Rodoviários, dirigido por um membro do PDS, e envolveu vários membros da chamada “Unidade Sindical”. Um fundo de recursos provenientes do governo foi organizado para dar apoio a Pimentel.

Violência — Os asseclas do jornal Hora do Povo, como fazem usualmente (lembre-se da campanha dos metalúrgicos de São Paulo; ver matéria sobre as eleições em Betim na pág. 19), utilizaram da violência para impedir a manifestação das chapas adversárias. Lula foi literalmente impedido de registrar pessoalmente o seu apoio à Chapa 2 pelo tumulto posto em prática nas portas das fábricas pelos brigadistas do HP.

Quem perdeu?

Quem perdeu nesta batalha? Foi Joaquim Arnaldo, foi o PT? Sem dúvida que uma vitória da Chapa 2, estimularia o crescimento do PT no Rio, consolidaria a posição de Joaquim Arnaldo e dos outros membros da chapa do movimento popular.

Finalmente, foram marcadas para os dias 11, 12 e 13 de março próximo ano as eleições para o sindicato dos metalúrgicos de Betim. Intervindo no sindicato em abril deste ano, a Delegacia Regional do Trabalho (DET) impediu que as mesmas se realizassem em setembro. Operários organizados em torno da Pastoral Operária de Betim já registraram uma chapa para concorrer a elas. **Guabirola no mato** — O sindicato foi criado em 1977, logo após a instalação das grandes fábricas na cidade (Fiat, FMB, Krupp). Até então os metalúrgicos de Betim pertenciam à base terrorista de Contagem. Hoje eles somam cerca de 18 mil, mas somente entre 2 e 3 mil são sindicalizados. Este baixo número expressa o desencanto da categoria com seu sindicato que teve sua primeira diretoria, instalada ali pela Federação dos Metalúrgicos, marcada pela passividade, corrupção e traição.

Apesar de recém-constituídos, os metalúrgicos de Betim se lançaram à greve, em 1978 e 1979, nas duas vezes à revelia do sindicato, e com sua oposição. Em 1978 (na primeira greve operária da Grande BH, desde 1968) os metalúrgicos esperaram uma semana (comparecendo às fábricas e

não trabalhando) por uma orientação do sindicato, que afinal não veio, esvaziando o movimento. Indignados com a inoperância da diretoria (o presidente, um jovem trabalhador de fundição em Itaúna, sem nenhuma experiência sindical anterior colocado à testa do sindicato por sua amizade com o presidente do sindicato daquela cidade e um dos vice-presidentes da Federação, foi encontrado por extenuados membros da Comissão de Greve passeando tranquilamente pelos matos dos arredores de Betim, numa tarde decisiva da greve, à procura de guabirolas...) muitos metalúrgicos rasgaram suas carteirinhas. Na greve de 1979, a conduta do sindicato foi pior ainda. Mais matreira nas artes da burocracia sindical, a diretoria aparentou querer levar à frente as reivindicações da categoria. Mas enquanto os operários esperavam por uma prova de força contra os patrões, ela simplesmente fez um acordo com eles, por baixo do pano. Foi o que bastou: os metalúrgicos literalmente se rebelaram, pararam as fábricas no peito e obrigaram o sindicato a rasgar o acordo. Mas sem uma organização muito forte, e tendo de enfrentar uma violentíssima ação policial, (que fez tombar o primeiro mártir da luta operária de Betim, o

metalúrgico Guido Leão dos Santos) a greve foi derrotada.

Com a intervenção do governo, alargou-se ainda mais o fosso do sindicato com a categoria.

A reação

Em junho deste ano, criou-se a Pastoral Operária de Betim, reunindo os operários “sobreviventes” das lutas dos três últimos anos. Betim, é uma das cidades operárias do Brasil onde a ação dos patrões é mais fascista. Centenas de participantes dos movimentos grevistas foram despedidos. Com o reduzido número de empresas locais, muitos tiveram de mudar de cidade, ou mesmo de profissão. Com o sindicato totalmente fechado à participação após a intervenção (já antes de cair, e após o término da greve de 1979, a diretoria já vinha criando mil embaraços à ação operária) a Pastoral transformou-se num espaço livre para o debate das questões-chaves da categoria. Lançando quinzenalmente seus boletins para as fábricas, ela foi reconstruindo os elos partidos e formando uma base para uma chapa eleitoral, base que se refazia penosamente a cada semana em virtude da degola implacável dos patrões desde que fizessem em suas fábricas um

a parcela mais consciente consolidasse sua liderança e desenvolvesse um trabalho de base dentro de cada fábrica. Foi explorando esta fragilidade de organização da categoria, que inclusive se refletiu na campanha salarial de 1980, que a manobra confusionista da atual diretoria cresceu.

Quem usou quem?

O episódio das eleições veio reacender a polêmica do movimento sindical brasileiro, acerca da corrente auto-denominada “Unidade Sindical”, que tem se pautado na maioria dos Estados por aglutinar pelegos à sua volta. Nas eleições dos metalúrgicos do Rio das questões ficaram, por cima de qualquer polêmica, evidentes: dentro da “Unidade Sindical” estão sindicalistas estreitamente vinculados com o governo como os representantes do Sindicato dos Rodoviários do Rio (que centralizaram a campanha pró-Pimentel, e o próprio, que recebeu o apoio direto de Golberi; nem só de repressão se utiliza o governo para impedir a organização dos trabalhadores, mas de inúmeras manobras como a de fortalecer direções traidoras e denegrir as lideranças comprometidas com os interesses dos trabalhadores).

Vale lembrar ainda o episódio da campanha dos metalúrgicos de São Paulo, onde Joaquim Andrade, cumpriu o papel de ponta de lança dos patrões e do governo (chegando mesmo a participar de encontros sigilosos com o ministro Murilo Macedo).

Negão, da Hora do Povo, cai de cabeça

Ainda, particularmente reveladora é a participação dos representantes do Hora do Povo nas eleições de Pimentel. Acusaram Joaquim Arnaldo de “querer enquadrar o sindicato ao PT” e privilegiar interesses partidários no movimento sindical mas, na verdade, enquanto se apresentavam em nome do “sindicato puro”, participavam de uma trama que, segundo o relatório divulgado por Isto É se destinava principalmente a evitar “a viabilização do PT no Rio o que, certamente, teria o sindicato como cabeça de ponte”. Acusaram falsamente Joaquim Arnaldo de ser “patrão disfarçado de operário e participaram lado a lado com representantes diretos da ditadura e dos patrões, chaguistas etc. Sustentam, ainda, a sua tática sindical explicando que “é preciso usar o “espaço dos sindicatos”, mas na verdade são usados pelo governo para interesses os mais escusos. Sem falar nos métodos de corrupção e violência mais adequados a quem oprime do que a quem se autodenomina “portavoz do povo brasileiro”.

talvez, porque inconformados com toda essa prática destrutiva dos interesses sindicais mais legítimos, e tendo como base uma série de irregularidades cometidas por João Carlos de Araújo, vulgo “Negão”, na diretoria do Sindicato dos Petroquímicos de Duque de Caxias, no mesmo Rio, talvez, por tudo isso, foi que a assembleia de trabalhadores daquele sindicato decidiu, na semana passada, por sua destituição da condição de presidente. A gang da “Unidade Sindical” começa a despencar...

operário mais combativo. Finalmente no último dia 1.º a chapa foi registrada, poupando-se seus membros agora da vendetta patronal. Certamente não concorrerá sozinha. Comentava-se entre os metalúrgicos de Betim que um grande arco reunindo os interesses da Federação dos Metalúrgicos (representada pelo manciroso pelego Jorge Noman, secretário geral do Departamento Nacional dos Metalúrgicos, órgão da CNTI), do sindicato de Contagem e da DRT, entre outros parceiros, tratará de fazer a sua chapa, para evidentemente, não perder de jeito nenhum.

De certa forma, a campanha já começou. Na semana passada, um dos mais influentes membros da chapa da Pastoral foi agredido em sua residência por um outro metalúrgico desgostoso com a composição da chapa. Por pudor, o boletim da Pastoral menciona e lamenta o fato, mas não dá nome aos bois. Descobriu-se, no entanto, que o agressor faz parte da mesma tendência sindical que, enquanto se alia a pelegos em nome da “unidade” cai de pau e correntes em cima da classe operária, a exemplo do que já ocorreu em São Paulo.

Por Luis Cunha

ARAGUAIA: eleições sindicais

David dos Perdidos na cabeça

O assassinato do "Gringo" pelos grileiros de Conceição do Araguaia, Pará, não intimidou os trabalhadores da região. Eles já estão prontos para enfrentar o pelego nas eleições para o seu sindicato.

De nada adiantou os grileiros assassinarem o "Gringo" (Raimundo Ferreira Lima), que era candidato a presidente pela oposição sindical dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia (Pará), em maio último. De nada adiantou também o pelego Bertoldo anular a primeira votação, em julho, onde a oposição ganhou por 170 votos, mas sem maioria absoluta do total de eleitores (1.800). E nada abalou a confiança dos lavradores de Conceição do Araguaia na vitória da oposição, agora encabeçada por Davi Rodrigues de Souza, o Davi dos Perdidos.

Essa certeza vem de um longo trabalho de organização: comitês de apoio à Chapa 2 em todas as comunidades discutem e divulgam o programa e arrecadam fundos em festas e leilões. Em setembro, reuniu-se a I Assembléia de Mulheres de Conceição do Araguaia. Ao fundo, uma faixa: "A Mulher descobre seu Valor". As mulheres do Araguaia, entre elas Oneide, viúva do Gringo e a convidada Ana, viúva do operário Santo Dias, descobrem a sua luta e o seu papel e apoiam sem restrições a Chapa 2.

Com tudo isso, a oposição está mesmo disposta a dar uma nova surra na Chapa 1, na nova rodada das eleições, brevemente.

É o que eles prometem no seu boletim **TER-RA LIVRE, n.º 2**, de onde transcrevemos o programa da oposição.

"Nunca um povo foi tão perseguido e explora-

do como os lavradores de Conceição do Araguaia.

A maioria de nós veio de longe: do Paraná, de Minas Gerais, do Espírito Santo, da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, do Piauí, do Maranhão, de Goiás e de outros estados.

Todos viemos em busca de uma terra para trabalhar neste Pará. E o que encontramos? Encontramos dificuldades.

Terra tem muito. Mas logo que a gente se arranja, vem um grileiro e nos coloca para fora, sem deixar um palmo de terra para nós trabalharmos.

Somos diariamente perseguidos por jagunços, pistoleiros, pela polícia e até por autoridades, que deveriam zelar para que todos pudessem trabalhar com tranqüilidade. Nossa vida aqui, às vezes, tá pior do que aquela que deixamos para trás.

Contra tudo isso temos que lutar, e a nossa maior arma nessa luta, é o órgão de defesa da nossa classe: o Sindicato. Mas, desgrazadamente, o Sindicato está sendo dirigido, já muito tempo, por uma diretoria que traiu a nossa classe, que em vez de defender os trabalhadores, só faz defender os grileiros e fazendeiros, a ponto do atual presidente, o Bertoldo, servir de testemunha de acusação contra posseiros, na Justiça.

Isso não pode ficar assim. E para mudar essa situação, nós, trabalhadores rurais, sentindo as dores e os sofrimentos da nossa classe, resolve-



O futuro presidente, David dos Perdidos

mos organizar uma Oposição Sindical (a Chapa 2), para reconquistarmos o nosso sindicato, e colocá-lo, de fato, a serviço das nossas lutas. Decidimos fazer de nosso sindicato um verdadeiro sindicato.

SINDICATO de luta contra os grileiros da terra. Sindicato contra as violências policiais.

SINDICATO que luta pela Reforma Agrária.

pra mode todos os trabalhadores terem terras para trabalhar.

SINDICATO de vergonha e honesto, sem corrupção.

SINDICATO que seja um sindicato de todos os trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia, e não um sindicato de uns poucos que só querem trair a classe.

Multinacionais atacam o cerrado

O governo transa escondido e prepara a cama para as multinacionais deitarem e rolarem no cerrado.

Por Paulo Bretas, Cristina e Leonardo Fares

O cerrado, numa área de 50 milhões de hectares abrangendo Goiás e Minas Gerais, é o mais novo alvo das multinacionais no Brasil. Um projeto elaborado pela Japan International Cooperation Agency (JICA) propõe, com um "guarda-chuva" de favores do governo, a exploração maciça do cerrado para o cultivo da agricultura voltada para a exportação.

Numa área de 60 mil hectares, abrangendo os municípios de Irai de Minas, Paracatu e Coromandel, já está se dando o início da implantação do projeto visando principalmente o cultivo do milho, sorgo e soja para exportação. A exploração está sendo levada adiante pela empresa CAMPO — Companhia de Promoção Agrícola, binacional formada pela holding BRASAGRO que possui entre seus acionistas o BMDG, o BNDE, o Banco do Brasil, o BNCC, a Bragma e a CICA e ainda a holding japonesa JADECO formada pela JICA, Banco do Japão, Mitsui, Mitsubishi, entre outros.

Contra o cerrado havia anteriormente a visão de que por serem seus solos quimicamente pobres e apresentarem pouca atividade microbiológica, a agricultura se tornava pouco produtiva e rentável. Entretanto, sabe-se hoje que o regime de chuvas, as qualidades físicas do solo, as condições de gás carbônico e luz, fazem com que o cerrado tenha um grande potencial para o desenvolvimento agropecuário. O que é necessário é a correção da acidez do solo, devido ao alto teor de alumínio e um manejo racional da água, como, aliás, apontam as pesquisas realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

No país, a estrutura fundiária é considerada sagrada e portanto inviolável, apesar de injusta e absolutamente arcaica. Portanto, as únicas formas de aumentar a produção agrícola são o aumento da produtividade e a expansão das

fronteiras agrícolas. A curto prazo, a primeira alternativa parece inviável, pois exige capital, tecnologia e pessoal especializados. Resta, então, a expansão da fronteira agrícola como solução. Nestas condições, o cerrado passou a apresentar condições ideais: mão de obra barata, terras inexploradas e abundantes (calcula-se que 20 a 25% da área do território nacional são ocupadas pelas formações do cerrado).

Quando o primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka visitou o Brasil, em 1974, lançou-se as bases do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o desenvolvimento do cerrado (PROCEDER). Ao governo interessava o apoio financeiro japonês para, através da ampliação de sua fronteira agrícola, aumentar a oferta de alimentos interna e, externamente, para contornar os desequilíbrios da Balança de Pagamentos. Ao Japão, interessava ampliar suas fontes de alimentos, já que importa cerca de 60% do total de cereais que consome.

Para viabilizar o programa de ocupação econômica do cerrado, a JICA propõe que o governo crie uma estrutura de apoio ao projeto que incluiria medidas fiscais, facilidades de obtenção de crédito, garantias de preço e mercado, como também medidas relativas à criação e operação de cooperativas agrícolas. Não param aí, no entanto, as facilidades exigidas pelo capital japonês. Com o objetivo de estabelecer um corredor de exportação, produzindo grande quantidade de cereais a custos baixos, o projeto da JICA propõe que estes custos sejam subsidiados ou pelos cofres públicos ou diretamente extraídos da população. A produção, levada aos mercados internacionais através de instalações portuárias do Estado do Espírito Santo, teria que escoar através da ferrovia da Companhia Vale do Rio Doce e por trechos da Rede Ferroviária Federal que necessitariam também de investimentos para sua modernização. Todos estes

investimentos em infra-estrutura ferroviária ficariam ao encargo do governo para não onerar as companhias envolvidas e, portanto, não aumentar os fretes ferroviários.

Recentemente, técnicos do Instituto de Planejamento Econômico (IPEA), órgão ligado ao Ministério do Planejamento, elaboraram importantes críticas ao projeto da JICA e apresentaram uma alternativa para a ocupação do cerrado brasileiro. E ao que consta, a equipe foi demitida por causa de suas críticas...

Frente às exigências que o projeto da JICA aponta, como a aquisição de terras, maquinaria, crédito e incentivos, o IPEA conclui que caso se concretize a ocupação do cerrado apoiado no capital japonês só se irá agravar o já oneroso sistema de subsídios à agricultura hoje existente. E ainda implicará na contração de mais empréstimos no exterior, na ocupação de uma extensa área apenas com produtos para exportação o que, além de eliminar outras alternativas, acarretaria uma monocultura altamente mecanizada sujeita a uma série de desastres ecológicos. Isto sem falar da intensificação do êxodo rural.

O projeto alternativo do IPEA, trabalhando apenas nos marcos da própria legalidade do regime (o Estatuto da Terra) e na demonstração da funcionalidade do modelo de ocupação do cerrado frente aos problemas econômicos vividos pelo país, opta por uma ocupação mais democrática do cerrado através de médias e pequenas empresas, sempre estimuladas pelo cooperativismo, ao mesmo tempo em que se penalizaria os latifúndios improdutivos da região através de tributação especial.

O IPEA propõe ainda a implantação de um sistema policultural, integrando agricultura de produção de alimentos para consumo interno, para exportação e energética. Poderia se conseguir o aumento da produção de alimentos, economizando assim cerca de 1,5 bilhão de dóla-

res (o que foi gasto este ano na importação) além das receitas advindas dos excedentes exportáveis. Do ponto de vista energético, as possibilidades do cerrado para o plantio de cana de açúcar, eucalipto, mamona, mandioca e babaçu são enormes. O IPEA conclui: "se com a proposta dos japoneses conseguiríamos apurar menos de 3 bilhões de dólares em exportação (altamente subsidiadas), só com o programa energético economizaríamos 6 ou 7 bilhões de dólares".

A alternativa do IPEA, apesar de economicamente mais coerente, aparece como improvável diante das opções de política agrícola do governo que tem o seu centro no estímulo à penetração do grande capital no campo.

Caberia, no entanto, perguntar até que ponto a alternativa de ocupação do cerrado para a resolução dos atuais problemas agrícolas se justifica, sendo que no Sul e no Sudeste do país, existem imensas áreas devastadas sem a suficiente exploração agrícola em decorrência da estrutura agrária deformada. Colocar assim a ocupação do cerrado é, no fundo, desviar a atenção de uma exigência que vem a cada dia se tornando mais premente que é a da reforma ampla na estrutura fundiária do país. Além disso, ambos os projetos não fazem referência clara às medidas de prevenção necessárias para a manutenção da fauna e flora do cerrado, um patrimônio ecológico que ainda resta em meio a toda a depredação da natureza em curso hoje no país.

Finalmente, poderia se questionar até que ponto a opção pelo cooperativismo nas condições atuais serve ao pequeno e médio produtor. A experiência mostra que as cooperativas no Brasil logo se transformam em empresas, colocando em segundo plano os interesses do produtor. Assim, o incentivo ao cooperativismo, se de fato pode gerar maior produtividade no setor, não é suficiente para que exista uma efetiva ação social junto ao agricultor de baixa renda.

Revelações do censo de 80

Efeitos da expansão capitalista na agricultura do sul

Milhões de agricultores expropriados e expulsos

Sofrendo do pior dos dois mundos — uma estrutura de propriedade da terra fortemente concentrada nos latifúndios e agora a rápida e selvagem penetração da moderna empresa capitalista no campo — milhões de agricultores do sul do país, principalmente do Paraná, foram simplesmente varridos de suas terras ao longo da última década.

Os dados iniciais do Censo 80 indicam dois fenômenos inéditos nas décadas anteriores a 70: caiu a taxa da natalidade em todo o país (de 2,8% ao ano para 2,2% — a urbanização e a BENFAM explicam), e cresceram intensamente as migrações para a Amazônia, principalmente os fluxos partidos dos Estados sulinos. O Paraná supera Minas como recordista de imigrantes, situação indicada pelo mais baixo índice de crescimento do número de habitantes — 0,86% ao ano.



Migrante é palavra amena para a situação dos espoliados do campo: colonos de Nonoai.

As migrações internas não são novidade no Brasil. O que aparece como dado novo é a expulsão maciça de camponeses e demais trabalhadores rurais de uma região que até a última década ainda era a principal receptora de migrantes. O rápido desenvolvimento de relações capitalistas nas pequenas e médias propriedades, a subordinação da economia aos monopólios, somado ao domínio de metade das terras pelos latifúndios e, ainda, a carência de indústrias são fatores que explicam a intensificação das migrações dos paranaenses.

Até agora os Estados de onde mais saía gente eram os do Nordeste e Minas Gerais. Cerca de 6 milhões de mineiros — o maior número absoluto de migrantes — foram buscar, nas últimas décadas melhores condições de vida em outros estados. Ali grandes fazendas atrasadas dominam a paisagem no campo, e não absorvem os novos membros das famílias trabalhadoras. As migrações foram um pouco atenuadas recentemente pelo crescimento do parque industrial siderúrgico e da reciclagem do café no Sul do estado. Enquanto em Minas o saldo migratório na última década representou 7% da população estadual (1 milhão de migrantes), no atual recordista — o Paraná — esse índice dobrou: 14% de seus habitantes migraram (1,2 milhões).

Paranaenses superam mineiros no recorde de expulsões.

A indústria paranaense é restrita a pequeno parque em Curitiba e algumas agroindústrias espalhadas pelo interior. Desenvolvendo-se

como apêndice de São Paulo, o norte e o oeste do Paraná sempre viram as riquezas geradas por sua agricultura, sugadas pelos grandes grupos monopolistas como os paulistas e estrangeiros, Vidigal (Banco Mercantil), Lunardelli (hoje Atalla), Bradesco, Anderson Clayton, Sanbra, Massey Ferguson etc.

O Paraná representou desde os anos 30 até meados da década de 60 a principal frente de expansão da fronteira agrícola brasileira. O Norte, Oeste e Sudoeste foram sendo ocupados sucessivamente por levas de nordestinos, mineiros, paulistas, gaúchos e catarinenses, descendentes de japoneses, italianos e alemães. Aqueles que não tinham recursos para comprar lotes das empresas colonizadoras e dos grileiros, tentaram à custa de muita luta e até pequenas guerras e guerrilhas, conseguir uma posse onde pudessem realizar o sonho do acesso à terra. Embora a grande maioria dos trabalhadores tivesse que se contentar com a terra cedida em parceria ou colonato, uma parcela relativamente numerosa conseguiu se tornar proprietária. Enquanto em termos de Brasil o latifúndio dominava em 1972 cerca de 78% das terras, no novo Paraná, essa cifra baixava para 48%. No caso oposto, o dos minifúndios, estes ocupavam 12% das terras do país e 24% das novas regiões paranaenses. Também a chamada empresa rural encontrou aí condições mais propícias: explorando 10% das terras brasileiras cadastradas pelo INCRA em 72, no Paraná elas dominavam 28%, mais do dobro.

A presença mais intensa do pequeno e médio agricultor livre — aqui conhecido como sítante



O agricultor precisa de 30 hectares para mecanizar a lavoura. Mas com a terra custando Cr\$ 150 mil o hectare...

leveu os mais desavisados a embarcarem na propaganda dos especuladores de terras, de que no Paraná teria se realizado uma "autêntica reforma agrária". Hoje fica difícil explicar porque os antigos colonos partem para o Paraguai (400 mil brasileiros vivem lá hoje) e a Amazônia em busca da terra perdida ou nunca alcançada no Paraná. Repete-se na nova fronteira agrícola a mesma corrida às terras, os conflitos entre posseiros e grileiros dos lavradores. E estes repetem de forma ampliada a resistência à expulsão.

Antigos colonos buscam na Amazônia a terra nunca conseguida.

Conquanto se afirma que a fronteira brasileira já se fechou para o trabalhador em busca de terra, o Censo 80 revela que os camponeses não se conformam e forçam as porteiras colocadas pelas grandes empresas, latifundiários, grileiros e o Estado nas entradas da Amazônia. Na década de 70, revela o Censo, esta região recebeu mais de 2 milhões de migrantes. Daí a fronteira representar papéis contraditórios: válvulas de escape para as tensões sociais criadas pela estrutura agrária e relações de trabalho nas zonas antigas, e também palco de novas tensões que resultam constantemente em conflitos armados. Mas isto é uma outra história. Voltamos aos que ainda permanecem no Paraná.

O eldorado da fértil terra roxa se desvanece

Os arrendatários, porcenteiros e colonos foram expulsos da terra pela mecanização, pecuária e estatuto do trabalhador rural, e se transformaram em bóias-frias, amontoados nas favelas das principais cidades, mendigando trabalho na construção civil, nas plantações de café, algodão e cana-de-açúcar. Os sítantes vivem-se sob a ameaça cada vez maior de expropriação pelas dívidas contraídas junto aos bancos, dívidas essas impostas pela exigência da competição capitalista. Não se trata simplesmente de uma opção voluntária. Por exemplo: o pequeno sítante cercado por plantações de soja não pode

cultivar lavouras de subsistência nem criar animais domésticos, pois os herbicidas e inseticidas lançados por aviões nas terras de seus vizinhos atingem também as suas, exterminando os cultivos herbáceos, e intoxicando os animais e até sua própria família.

Explorados enquanto produtores pelos grandes monopólios vendedores de insumos e equipamentos e compradores de produtos agrícolas, espremidos em minifúndios pelas grandes fazendas capitalizadas, os sítantes paranaenses estão vendo o eldorado da fértil terra roxa desvanecer-se.

Cresce a luta contra os monopólios e pela reforma agrária

Por tudo isso assiste-se hoje ao crescimento de múltiplas formas de resistência dos camponeses e trabalhadores rurais: lutas contra os monopólios capitalistas, e contra a política agrícola oficial, (estas às vezes também, encampadas pelos empresários e fazendeiros), expressas nos movimentos pela queda do confisco cambial, pela alta dos preços dos insumos e equipamentos por uma política creditícia que privilegie o pequeno e não o grande proprietário, as cooperativas e não os grandes grupos etc. Lutas contra a expansão das grandes fazendas, que hoje já dominam mais da metade das terras da região. Essa luta se expressa pelo crescimento das manifestações pela reforma agrária. Esta reivindicação interessa também aos bóias-frias e demais assalariados rurais. As lutas por melhores salários e garantia de direitos trabalhistas são necessárias, mas não suficientes para impedir que o peso maior da exploração capitalista recaia sobre suas costas.

A desapropriação dos latifúndios e grandes empresas rurais — na forma reivindicada pelos trabalhadores e camponeses, seja individual, cooperativa ou coletiva — permitiria dobrar a população economicamente ativa atual na agricultura do estado. Não há solução para as migrações que não passe pela reforma agrária. As outras alternativas apresentadas pelas autoridades para reter o homem na terra, como o incentivo às culturas de subsistência, projetos "baixa renda", colonização e outros, não passam de panacéias que iludem cada vez menos os trabalhadores rurais.

É claro que a própria concepção do conteúdo e das formas de luta pela reforma agrária não estão prontos. Nem a nível regional e muito menos dentro da complexidade da questão agrária nacional. Mas o amplo debate entre os interessados, no campo e nas cidades, concomitante ao desenrolar e organização das lutas, localizadas e amplas, específicas e gerais, há de clarear e definir melhor os rumos do movimento.

Uma coisa é certa: a polarização das contradições no campo torna a solução da questão da terra cada dia mais inadiável para as massas populares. Os dados do recadastramento do INCRA-78, revelam que a concentração da propriedade da terra cresce assustadoramente nos últimos anos. (Vide quadro "Os donos da terra").

Tipo de Propriedade	Estrutura fundiária							
	Imóveis rurais				Área			
	Quantidade (em mil)		% sobre o total		Em milhões de hectares		% sobre o total	
	1972	1978	1972	1978	1972	1978	1972	1978
Minifúndio	2.437	2.038,6	72	67,3	46,2	35,6	12	9
Empresa rural	162,8	112,9	4	3,7	35,9	22,7	10	6
Latifúndios por exploração	787,2	875,6	24	29	270,6	313,8	73	77
Latifúndio por dimensão	0,2	0,3			17,9	31,4	5	8
Total	3.387,2	3.027,4	100	100	370,0	403,5	100	100

* dados iniciais
Fonte: INCRA



Grupos de mulheres debatem seu movimento:

Feministas: das entidades à identidade

No balanço do ano, um balanço feminista. EM TEMPO chamou vários grupos de São Paulo: Brasil-Mulher, Associação de Mulheres, Frente Feminista, Lesbo Feminista, Centro da Mulher Brasileira, Terra Maria e Nós Mulheres. Não esqueceu ninguém. Vieram Lou e Lúcia (Terra Maria), Carmen e Iredé (Frente), Cynthia e Inês (Nós Mulheres) e Helena (do Círculo de Mulheres de Paris e agora na Associação de Mulheres). Neste debate elas colocam as questões mais atuais do movimento: a identidade, a reflexão e as relações com o poder.

Por Thais de Souza e Elisabeth Souza Lobo

— **ET:** Como os grupos vêm a questão do movimento feminista e quais as propostas em relação ao movimento da mulher?

— **Iredé:** Eu prefiro não falar enquanto entidade. O movimento feminista tem crescido muito e as críticas que recebe estão saindo do deboche para se tornarem mais sérias. Isso revela a preocupação e o interesse que o movimento desperta.

— **Elena:** É verdade. Mesmo dentro da esquerda, uma série de setores criticam o movimento feminista acusando-o de pequeno-burguês. O fato de uma série de grupos de mulheres terem uma composição de intelectuais e pequena burguesia não define de modo algum a orientação do movimento. Ao contrário, o que se verifica é que o conteúdo nada tem de pequeno-burguês. A formação do SOS-MULHER, a manifestação contra a visita do presidente Videla, são exemplos disso.

— **Cynthia:** Acho que a composição dos grupos é mais de classe média do que pequena burguesia.

— **Helena:** É importante falar também da preocupação dos partidos políticos com os setores de mulheres. O PT e o PMDB, por exemplo, lançaram manifestos no 8 de março.

— **Cynthia:** Sim, mas no segundo Congresso houve uma certa tendência da parte das organizações e dos partidos em ganhar espaço e "vender seu peixe". Isso é bastante negativo. Nós vamos voltar na oposição, mas queremos nosso programa dentro do programa mais geral. Essa era uma reivindicação muito forte no Congresso.

O II Congresso foi Feminista?

— **Iredé:** Na coordenação do segundo Congresso estavam os grupos feministas e o movimento de mulheres. Eu gostaria de saber de vocês consideram o segundo Congresso de mulheres como um congresso feminista?

— **Cynthia:** Eu acho que o tema do segundo Congresso era feminista. Mas era muito difícil aprofundar as questões, em parte porque o Congresso era muito heterogêneo.

— **Inês:** Certas forças que participaram dos preparativos do segundo Congresso não acreditavam no movimento feminista e foram lá especificamente para discutir partido, ou ainda tendências.

— **Beth:** O interesse dos partidos na época do Congresso não seria uma coisa conjuntural?

— **Cynthia:** Não é conjuntural. Há o lado negativo do nascimento do movimento de mulheres, muito vinculado a forças específicas que possuíam um comportamento autoritário. A esquerda que questiona esse tipo de comportamento nunca conseguiu rompê-lo na prática. É o movimento feminista nasceu forjado neste tipo de prática. Isso fez com que as mulheres repetissem esse comportamento: o

Congresso foi isso, levado às últimas consequências. Existia uma proposta avançada do que é, e de como tratar, a questão feminista que provocou uma forte reação.

— **Inês:** Mas o espaço para discussão dessa proposta era pequeno porque nossa prática ainda era forjada em padrões masculinos.

— **Cynthia:** Havia também o problema interno do movimento de mulheres que tem uma composição muito heterogênea. O Congresso quis unir o que não tinha unidade. E essa falta de unidade possibilitou a penetração da propaganda partidária.

— **Inês:** Eu diria mais. Havia autoritarismo por parte dos próprios setores feministas, de achar que podiam reunir e liderar todas aquelas mulheres.

— **Cynthia:** Mas o tema era legítimo na medida em que levantava temas que diziam respeito a todas as mulheres.

A unidade é às vezes uma camisa de força

— **ET:** Existe possibilidade de unidade feminino/feminista?

— **Cynthia:** Eu acho que não deve haver essa preocupação de unidade como algo fundamental.

— **Helena:** No meu entender é importante ter todas as mulheres reunidas para que haja uma circulação de informações, e o Congresso é o espaço que existe.

— **Iredé:** Não existe por parte dos grupos feministas uma preocupação de conduzir, mas nós podemos dar informações e fazer com que as mulheres reflitam sobre certos problemas. E, embora a informação não leve à unidade, ela pode contribuir para o estabelecimento de relações entre os grupos de mulheres.

— **Cynthia:** O terrível é a unidade como algo fundamental, porque você acaba passando por cima das diferentes situações de cada grupo. A unidade acaba sendo uma camisa de força. Então, no segundo Congresso nós viamos uma série de divergências e passávamos por cima em nome de uma unidade que não era efetiva.

— **Inês:** Eu concordo que a informação é fundamental e que nós, como intelectuais, de certa forma temos esse papel. Mas um Congresso não é simplesmente uma troca de informações. Para dominar uma mesa, um microfone, é preciso ter uma direção. E, no Congresso essa direção era forjada.

O autoritarismo feminista

— **Carmem:** O que eu sinto nos grupos feministas de modo geral é que nós fazemos uma crítica muito radical ao autoritarismo, que é correta. Mas nós não temos flexibilidade para fazer concessões. Por outro lado nós vivemos em uma estrutura autoritária e temos poucas ocasiões como o Congresso para tentar minimizá-la.

— **Iredé:** Nós não devemos pensar nos termos: autoritarismo igual



É hora de recuperar a identidade

a organização. Nós podemos ter organização sem autoritarismo.

— **Carmem:** Se nós nos recusarmos a pensar em termos de estrutura, organização, delegação de poder etc, nós acabaremos nos submetendo a formas de dominação muito mais violentas porque sutis, não planejadas, sem possibilidade de controle do poder.

— **Cynthia:** O autoritarismo não foi o único problema do Congresso. O fato é que o caos que se criou pela má organização levou a uma radicalização do autoritarismo.

— **Iredé:** As mulheres estão muito atrapalhadas com a questão do poder. É importante começar a discutí-la.

— **Inês:** Nós temos poder na medida em que o movimento é profundamente subversivo.

— **Cynthia:** Ai surge o feminismo. Você não é delegada de nada, você é uma pessoa.

— **Inês:** Ou seja, o feminismo é ser profundamente você mesma. Nós temos cinco anos de prática bem sucedida, e apesar do desgaste, aprendemos muito. Hoje nós pensamos em uma memória feminista, nos elementos femininos da cultura, que é totalmente dominada pelo machismo.

— **Beth:** Então, o Congresso teria que chegar a uma unidade, ou a diversidade poderia ter sido uma aquisição se fosse verdadeira?

— **Cynthia:** Eu acho que faltou espaço para a diversidade. Foi feita a apologia da unidade. Isso foi muito negativo. A unidade dilui a diversidade, obrigando a um padrão único, do qual ninguém tem certeza.

O papel das Lésbicas

— **Lou:** Eu não tenho essa bagagem de militância e nem participei do Congresso. Gostaria de saber como vocês viram a lésbica no Congresso e como vocês a vêem hoje.

— **Inês:** Vou dar minha visão, dividindo minha análise em três etapas: num primeiro momento as lésbicas, corajosamente, compareceram a uma reunião de organização do segundo Congresso. Silên-

cio geral, mal estar. Depois houve a participação dos grupos homossexuais no Congresso. O terceiro tempo seria o Encontro de Valinhos. Nele, as lésbicas imprimiram um caráter pessoal, falaram em seu próprio nome e isso contribuiu para uma aproximação maior dos grupos feministas. Acho que o I F - Lésbico Feminista - trouxe uma contribuição fundamental para o movimento colocando mais forte a questão da violência. Agora a relação do homem-mulher já não se dá da mesma forma, a chamada guerra entre os sexos está mudando. E o I F, nem que seja pela negação da relação contribuiu para isto. É preciso ver dialeticamente as coisas. Acho que tem uma importância muito grande pessoalizar as discussões, abrir o leque de todos os problemas para que se forme uma consciência democrática.

Os grupos de reflexão

— **Carmem:** Eu quero chamar a atenção que os grupos de reflexão não são novos. Já no 8 de março de 1976 a pessoa que foi falar, a Maria Malta Campos, o fez em nome de um grupo de reflexão. Outra coisa que se fala é de que haveria um divórcio entre a posição acadêmica e a militante. Acho que no Brasil o processo foi diferente da Europa e dos Estados Unidos. Fivemos inicialmente os estudos da Eva Blay e da Eleieth Saffiotti. Na ABI, no Rio, na semana que deu origem ao Centro da Mulher Brasileira, também estavam as intelectuais. Assim como em São Paulo quando se redigiu a Carta da Mulher Paulista.

— **Helena:** Mas o que se coloca é se as mulheres escreveram a sua própria história, no sentido de recuperarmos nosso passado. Eu, participei de uma obra sobre o movimento operário em que nos, dois homens e duas mulheres militantes feministas, não escrevemos uma linha sobre as mulheres operárias que no entanto eram importantes na indústria têxtil dos anos 20.

— **Beth:** Gostaria de lembrar que a nossa história, nossa tentati-

va de sermos sujeitos é muito recente e ainda não se pode comparar com a história do movimento na Europa. Em segundo lugar, na nossa trajetória é preciso considerar que enquanto militantes de esquerda nós não assumimos a questão da mulher. Como o que aconteceu já antes na história dos partidos operários: na Alemanha, por exemplo, onde as questões relativas a igualdade de direitos das mulheres, só mais tarde foram incorporadas pelo partido social democrata.

— **Cynthia:** Acho que agora alguma coisa está mudando com o surgimento dos grupos de reflexão. De repente já não somos obrigados a sermos militantes "para fora". Porque no Brasil, com a necessidade que tínhamos de nos desculpar perante a esquerda, repetimos o comportamento da esquerda e achamos que não tinha importância os grupos de reflexão. Agora o discurso das mulheres passa a ser prioritário.

— **Iredé:** Cada vez que vou a um debate, alguém começa falando que a luta das mulheres está inserida na luta geral; ligo pensando porque ela está falando isto!

Isto tem a ver com a reflexão que o segundo Congresso propiciou, e depois o encontro de Valinhos reafirmou: a necessidade das mulheres se pensarem como sujeitos, de colocarem sua identidade: eu, quem sou, uma mulher de classe média e oprimida. Até a Igreja está usando este argumento da classe média, dizendo que quem quer o aborto é a classe média, que quem tem empregada não pode falar em luta de classe. Como se fosse possível acabar já com as empregadas domésticas. É verdade sim que quem tem empregada em casa oprime, mas é verdade também que a "patroa" também tem sua dimensão oprimida. Vamos ligar as duas coisas.

Os novos caminhos

— **ET:** Nada mudou depois do Congresso e de Valinhos. Que caminhos o movimento tomou ou toma agora?

— **Inês:** Uma coisa bem imediata seria a questão da violência. Além do SOS colocar uma nova forma de ação, superando os grupos, é importante também porque o tema permite às mulheres assumirem profundamente o seu feminismo.

— **Iredé:** É importante também o espaço que estamos conquistando na imprensa.

— **Cynthia:** O SOS está colocando uma nova forma de ação. Há três anos atrás só era possível falar em nome de sua entidade. Dizia-se: a minha entidade X ou Y. Agora, numa reunião, de repente alguém levanta e diz: eu penso isto, o que permite inclusive que cada uma discorde de sua entidade. Passa a existir uma não obrigatoriedade em concordar com programas definidos, com princípios. Não é um passe de retórica falar na primeira pessoa, mas é concreto que ninguém mais está aguentando só falar em nome de uma entidade, é uma forma de ficar castrada, você nem sabe o que pensa. Se alguém expõe um pensamento mais claro, todo mundo embarca e três anos depois você vai descobrir que nem pensava aquilo. Na prática feminista dos últimos anos a gente nem se atrevia a colocar alguma coisa que sua entidade não estivesse pensando. Esta ruptura está se dando no SOS. Isto foi importante para concretizar uma "abertura". Talvez porque o SOS está lidando com uma coisa que é muito visceral na relação homem-mulher. As pessoas individualmente passaram a ter espaço. É o tema que reúne, não

o grupo. Não que a gente não queira participar, mas os grupos estão se diluindo.

— **Iredé:** Mas é importante estar organizada.

— **Cynthia:** Mas eu não acho que falar em nome próprio desorganize.

— **Iredé:** Mas contra as instituições machistas é preciso estar liberamente organizada.

— **Cynthia:** Mas é importante criar uma linguagem.

— **Iredé:** Mas para falar com o ministro sobre planejamento familiar você tem que usar a linguagem dele.

— **Inês:** Eu pelo menos passei três anos tentando falar no meio de um caos.

— **Cynthia:** Para se impor o movimento usou uma linguagem estabelecida. Não criou nada.

— **Carmem:** O feminismo enquanto cultura e débil entre nós. Mas é preciso ver que a militante está com o seu tempo todo tomado, ela tem um outro tipo de atividade.

— **Inês:** As últimas passeatas já foram criativas: as mulheres de negro ou de branco.

Recuperar a identidade

— **Cynthia:** É preciso recuperar o feminismo que sempre foi secundário. A gente assume um comportamento masculino e vai à militância feito homem. A gente perde a identidade.

— **Iredé:** Eu nunca senti isto, porque eu falo como quero. E acho que os meninos na faculdade estão falando como as meninas: eu acho, eu sinto.

— **Cynthia:** É interessante ver que os homens também querem discutir e entender os problemas. Já se fez uma reunião em que os homens diziam que o problema do aborto também é deles.

— **Inês:** Eu tenho uma experiência muito interessante. Fui casada, tive filhos, desquitei, fiz tudo certo como mandava a sociedade. Era profissional bem sucedida, tive amantes. E cheguei a um ponto em que não tinha identidade. Era profundamente infeliz. Resolvi mudar. Fui para Nova York, ser homossexual. Vivi lá três anos, como marginal. E fui discriminada porque tinha sido casada, porque tinha filho. Isto me abriu. Descobri que a verdade não estava nem aqui nem ali, tem que ser alguma coisa mais profunda. E nunca antes falei nesta experiência. Só agora porque meu pai já morreu. Acho que vou dizer uma coisa bem babaquinha: acredito no amor. Você não pode fundar um movimento no ódio, no ressentimento. Tem que se dar a volta por cima.

— **ET:** O movimento está se colocando a questão da identidade. Mas é preciso também enfrentar questões mais concretas: o aborto, o planejamento familiar, a própria violência. Qual é a direção do movimento?

— **Carmem:** É importante a questão da identidade, mas não se pode parar aqui.

— **Cynthia:** Mas eu não acho que se pare. Esta se gestando isto sim, é que você não pode ficar com uma prática nova numa linguagem velha, dentro do sistema. O movimento não está parado, está sim e distanciando de formas tradicionais. Onde a coisa está meio preta, é que não se conseguiu pensar algo novo sobre a relação com os partidos, por exemplo. Mas alguma coisa está acontecendo.

— **Carmem:** Há uma falsa dicotomia entre identidade e prática. Quando você cria uma identidade, tem que criá-la numa prática.

— **Cynthia:** Vamos nessa. Mãos a obra.

1980: Elas saem prás ruas e conquistam seu espaço



Lançamento do SOS - Mulher



2º Congresso da Mulher Paulista



Passeata contra a visita do general Videla

- Repressão desencadeia campanha pelo aborto livre.
- Congressos de mulheres chegam a reunir milhares de participantes
- O movimento sai às ruas contra a repressão policial às prostitutas e homossexuais
- Sexualidade torna-se tema de debate público
- Maridos assassina e espancam esposas e em resposta surge uma campanha nacional contra o machismo que em São Paulo leva à criação do SOS — Mulher
- Brasileiras, solidárias às mães argentinas, protestam nas ruas contra vinda de Videla ao Brasil
- Em debate o novo Estatuto da Mulher brasileira

A época de formação de grupos e de debates restritos sobre a questão da mulher já passou.

1980 foi palco de um sem número de acontecimentos e lutas no campo feminista, algumas das quais chegando a alcançar uma amplitude de massas inesperada.

O movimento das mulheres, enfim, chegou para ficar e já conquistou um espaço específico, alterando o próprio perfil da sociedade brasileira.

Por Maria Tereza Verardo

O ano de 1980 começa com um verão quente. A 9 de janeiro o médico Carlos Roberto da Silva, a enfermeira Ivone Schnitz e as jovens Marcia Dantas e Maria da Conceição Brito são presos em flagrante na Clínica de Jacarepaguá no Rio de Janeiro. Acusação: aborto.

Imediatamente se mobilizam o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro e o Centro da Mulher Brasileira, que promovem manifestações em frente ao Palácio da Justiça, exigindo a liberdade dos acusados. É o início de uma intensa campanha pela discussão, informação e legalização do aborto no Brasil. Lançada no Rio de Janeiro, imediatamente recebe o apoio dos grupos de mulheres do resto do país e de entidades internacionais (Inglaterra, França, Dinamarca, Turquia, Holanda, Uruguai e Espanha).

Em seguida o deputado fluminense João Menezes apresenta um projeto de lei sobre o aborto, modificando vários itens do Código Penal. A Igreja apressa-se em apresentar sua posição: radicalmente contra o aborto.

O tema é discutido no II Congresso da Mulher Paulista e, por ser muito controverso entre as próprias mulheres, acaba se tirando uma solução de compromisso: promover uma ampla discussão sobre o assunto, esclarecendo e permitindo uma tomada de posição. Nasce daí a Comissão Nacional pela Legalização do Aborto, e vários fóruns de debates. O primeiro será realizado em abril, na USP, promovido pelo extinto Grupo Feminista 8 de Março. Logo em seguida (28, 4), no Teatro Ruth Escobar é lançado o livro "O que é o Aborto". Em outubro, novamente na USP, outro debate, desta vez promovido pelo Depto. Feminino do DCE.

Mas o aborto não foi o único tema relativo à mulher em 1980. O acontecimento do primeiro semestre é o II Congresso da Mulher Paulista, (8 e 9 de março), que contou com a espantosa participação de 4 mil mulheres e muita confusão.

Com 54 entidades participando da organização — entidades sobre cuja representatividade ainda hoje se tem dúvidas — previa-se, já na fase de organização, que este Congresso não seria muito tranquilo.

Apesar da desorganização, disputa pelo poder, auto-promoção, fragilidade do te-

mário e tentativas de capitalização pelos indefectíveis participantes do *Hora do Povo*, o Congresso teve como ponto positivo trazer à baila uma nova discussão: a questão da autonomia do movimento de mulheres.

Como consequência da insatisfação gerada pelo II Congresso, os grupos feministas partiram para outro encontro, em Valinhos (21 e 22 de junho), com uma participação mais restrita, visando garantir a discussão dos temas que realmente interessavam às feministas.

Ainda nessa época, maio, junho, desencadeia-se em São Paulo uma violenta repressão policial às prostitutas, homossexuais e negros comandada pelo Delegado da Seccional Centro, José Wilson Richetti. Num período de 10 dias foram presas mais de 1.500 pessoas. Novamente os grupos feministas se manifestam através de um ato público nas escadarias do Teatro Municipal. Cerca de mil pessoas que participaram do ato saíram em passeata pelas principais ruas da chamada "Boca do Lixo", pelos guetos homossexuais e terminando na "Boca do Luxo".

Este ato ganhou o significado de primeira manifestação pública e unificada contra a violência policial, a discriminação sexual e racial.

Aliás, um tema que é tocado pela primeira vez nessa manifestação, o da discriminação sexual, vai permear todo o restante do ano, assumindo diversas modalidades. A sexualidade passa a ser o tema do momento. E não só para as feministas. Revistas que traziam em suas páginas fotos de mulheres nuas em poses insinuantes aproveitam-se da "abertura Figueiredo" e passam para as poses gincológicas. Erro de análise. Essa abertura não só durou muito pouco como foi seguida de uma violenta repressão a este tipo de publicação, proibindo sua exposição nas bancas de jornais.

Filmes eróticos inflacionaram o mercado, mas são permitidos somente em salas especiais, o que significa apenas que o preço das entradas é mais caro. De qualquer forma esse erotismo dos filmes é um erotismo estritamente para o homem, em que a passividade e a violência contra a mulher é excitante. Não se perguntou o que seria o erótico para a mulher...

Julho é sacudido pela violência machista. O estado pioneiro é Minas Gerais, onde Eloisa Balesteros e Maria Regina são assassinadas pelos seus maridos. Mas o exemplo mineiro é imediatamente seguido por São Paulo, pelos companheiros de Esmeralda Dias e Anne Marie Armichaub. Esta onda de violência impune desembocará, mais tarde, na criação do SOS-Mulher, lançado publicamente em São Paulo, no dia 10 de outubro, numa manifestação organizada contra a violência à mulher. Hoje, o SOS já está atendendo cerca de 100 casos por mês e conta com a adesão de todos os grupos feministas, homossexuais e de várias mulheres que não pertencem a nenhum grupo mas participam por reconhecerem ser o SOS de extrema importância para a mulher paulista.

A 21 de agosto, cerca de 500 mulheres vestidas de negro saem pelas ruas de São Paulo protestando contra a presença do general Videla no Brasil. Numa passeata cujo silêncio era quebrado apenas pelo som das matracas, essas mulheres representavam as Locas de La Plaza de Mayo, mães, mulheres e parentes de prisioneiros desaparecidos nos cárceres da Argentina.

Pouco depois, realiza-se em Copenhague um Fórum sobre a Mulher, e para lá foram Ruth Escobar, Maria Carneiro da Cunha, Silvia Pimentel e Carmem Barroco representando os grupos de mulheres brasileiras. Ao mesmo tempo lança-se no Brasil uma discussão e um projeto do Novo Estatuto da Mulher, cuja elaboração está, atualmente, em fase final. É tema de um dos debates do "Fórum" do Teatro Ruth Escobar.

Agora, no final do ano, aparece algo que promete muito para o ano que vem: o projeto de saúde do governo, que sem consultar as mulheres (como é do seu feitio) sobre o que deve ser o planejamento familiar, lança um capítulo sobre o assunto no Prev-Saúde. Uma comissão formada por representantes de todos os grupos feministas vem trabalhando num levantamento de críticas ao projeto do governo e na elaboração de um projeto alternativo.

Ao que parece, se 1975, foi o Ano Internacional da Mulher, 1980, foi o Ano da Mulher Brasileira.

O pobre no teatro dos ricos A mulher operária no circuito comercial

Através da "Campanha de popularização do Teatro" você poderá assistir uma peça realmente popular, O Grupo Debate do ABC, estará mostrando até o fim de dezembro "A Gaiola", a vida do trabalhador como ela é.

Por Beto Borges

Com ingressos sendo vendidos pela kombi da "Campanha de Popularização do Teatro", está sendo apresentada no Teatro Igreja, a peça "A Gaiola" do Grupo Debate do ABC, tendo como subtítulo "Vida, sonhos e lutas de nossa classe operária".

O espetáculo mostra cinco mulheres numa seção de embalagens de uma indústria farmacêutica, para onde são mandadas as funcionárias portadoras de defeitos físicos. "A Gaiola" é o apelido da seção, praticamente um castigo dentro da fábrica. Trata-se do submundo da vida operária, o último escalão, onde o nível de vida e de conscientização do trabalhador é muito abaixo do imaginado.

Com uma proposta de teatro para a periferia, associações de bairro e fábricas, o Grupo armou três montagens da mesma peça. Enquanto duas fazem o circuito operário, o elenco do "Gaiola 1" vem se propondo um contato maior com o público do teatro dito "oficial", afim de colher subsídios para o trabalho constante que é efetuado em cima do texto desde sua primeira apresentação. Como diz Paulo Marchezan, um dos atores do elenco do Teatro Igreja: "Nosso espetáculo

lo não está fechado, como nos baseamos no improviso constante, é através dos debates feitos após a peça, que recolhemos material para mudanças e melhoria do texto e dos atores".

O texto de Andreoni e Romeo, baseado na experiência de ambos como operários, unido à direção de Carlo Alemany, resultou num espetáculo contundente e emocionante, altamente eficaz na transposição da problemática do operário não especializado e do seu processo de conscientização.

Para o público mais intelectualizado do centro, o texto poderá parecer até um exagero, mas as experiências do Grupo em apresentações em sindicatos e na periferia de São Paulo provam o contrário, com uma ocasião no Sindicato dos Bancários, onde um trabalhador da platéia, identificado profundamente com um dos personagens, relatou a vivência de sua mãe operária como sendo idêntica à de "Zefa Jararaca" a encarregada da seção de embalagens. O texto aprofunda-se com o andamento do espetáculo, desnudando fria e realisticamente a opressão, insegurança e ao mesmo tempo os sonhos das mulheres proletárias.



O elenco escolhido para o Teatro Igreja teve como princípio o grotesco. Composto de quatro homens e apenas uma mulher, o Grupo pretende usar o grotesco "como uma das formas mais frequentes que adotou o realismo crítico na história da arte latino-americana e que faz parte das idiossincrasias do nosso povo". O resultado é ilariante e comovente e os atores demonstram perfeita harmonia, relevando-se a participação de Paulo no papel de "Rosa King-kong", além de operária e narradora, uma espécie de animadora de todo o espetáculo.

A peça é desaconselhável para aqueles que pretendem ver no teatro somente uma forma de

entretenimento, para aqueles que não enchem a arte como expressão da realidade e denúncia do baixo nível de vida da população.

"A Gaiola", foi montada para um público disposto a abrir os olhos e aceitar uma discussão inadiável no processo de conscientização do povo trabalhador.

Vá assistir "A Gaiola", um teatro pobre e grotesco, mas profundamente honesto com o objeto de suas pesquisas: o operário, ou melhor, o suboperário. Como fala "Tereza Pé de Boi" durante a encenação: "o pobre que tem que começar sempre tudo do zero, sempre tudo de novo."

Negros

Palmares: uma República "Socialista"

Relembrando a luta do quilombo de Palmares, com sua organização interna baseada no igualitarismo africano, o movimento negro comemorou, no último dia 20, o Dia Nacional da Consciência Negra.

É em memória a Zumbi dos Palmares que nós negros, afro-brasileiros, fixamos como marco histórico, 20 de novembro, como sendo o Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil. Zumbi foi um dos últimos líderes negros a ser assassinado pelo regime racista colonial.

Hoje passados mais ou menos três séculos nós, negros conscientes, relembramos em Zumbi a luta de libertação do negro no Brasil. Mata-se o homem, mas não mata o seu grito de liberdade e sua memória. Zumbi foi, e continua a ser, como "um grão" de milho que morre aqui e nasce em outra espiga. Vemos em cada negro oprimido o continuador da luta iniciada por Zumbi, hoje submetido aos crimes do sistema capitalista subdesenvolvido.

É bom que todos saibam que a abolição da escravatura foi uma "farsa", não passou de assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos "africanos livres". Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição tirou das costas dos senhores escravagistas as responsabilidades, e soltou o negro por aí com o balaio na cabeça. A partir deste momento o negro foi obrigado a



A "Caminhada por Zumbi" percorre as ruas do centro de São Paulo

competir no mercado de trabalho, com um contingente de imigrantes vindo da Europa. Além de discriminados pela geografia da pele, tinham pela frente o fator especialização. O negro, saído recentemente dos grilhões das correntes, não tinha habilidades no manejo de máquinas, e o único caminho que nos restou na época foi, para o negro, a marginalização, e para a negra, a prostituição.

Não podemos negar todos estes fatos históricos, pois para nós eles são muito importantes, embora saibamos que são deturpados pelos racistas.

Os nossos antepassados escolheram como forma de resistência à escravidão os quilombos, dentre as várias formas de luta contra os opressores. Quilombos eram redutos, onde se reuniam negros torcidos dos grilhões, e que ali chegando, passavam a viver organizadamente. Produziam alimentos e mantinham uma estrutura social e política definida. Durante toda a história da escravidão no Brasil, existiram centenas destes redutos, quilombos, e dentre eles o que mais se destacou foi o de Palmares que, pelo seu tamanho, organização e resistência, se tornou o símbolo da resistência negra no Brasil.

Palmares pôs em xeque toda a estrutura colonial, pois era uma sociedade igualitária, onde todos tinham os mesmos direitos. Plantavam, colhiam e dividiam por igual, com tradições trazidas da África pelos seus líderes. Todos eram iguais até no modo de andar. Tinham seu próprio sistema de governo, e de defesa contra os invasores (portugueses e holandeses): milícias tiradas da própria população. Os líderes eram escolhidos a partir de uma série de qualidades como melhor guerreiro, melhor desenvolvimento do intelecto etc.

Palmares foi assim, naquela época, uma república socialista. Palmares resistiu a cerca de 27 guerras de destruição, desafiou o sistema colonial inteiro (o exército, o sistema de posse de terra dos patriarcados portugueses, ou seja, o latifundiário, o poder todo-poderoso da igreja católica).

E bom lembrar que, nesta época, a sociedade brasileira tinha a seguinte constituição: escravo, senhor de engenho e o clero. Escravo para trabalhar, senhor de engenho para mandar e o clero para alienar (enganar). Para os escravagistas, o escravo era apenas um instrumento de trabalho, uma máquina, classificado comumente como "folgado vivo", não passível de qualquer educação intelectual e moral, todos os direitos lhe sendo negados. Eram reduzidos à condição de "coisa".

Hoje, a maioria destes métodos não mudaram. Apenas aparecem com outra roupagem, ou seja, aperfeiçoados.

Viva! Viva!.. Zumbi dos Palmares, de origem Banto e forte guerreiro. Viva não apenas Zumbi, último rei dos Palmares, mas também todo o povo heróico de Palmares, pelos exemplos deixados a todos negros militantes e brasileiros. Coragem, a luta continua.

SAIU O N.º 4
Cr\$ 100

perspectiva
mundial

NAS BOAS LIVRARIAS, NA SEDE OU NAS SUCURSAIS DO
"EM TEMPO"

Neste Natal dê uma assinatura do
EM TEMPO
de presente

Lula: três anos de lutas

Lançado pela Editora Brasiliense mais uma obra sobre o sindicalismo e o PT: "Lula, entrevistas e discursos".

Por Edgar de Decca

N o momento em que líderes sindicais estão sendo atingidos pelos atos de exceção do governo por expressarem seu pensamento em ações, o lançamento do livro "Lula, entrevistas e discursos" deve ser encarado como um ato político de denúncia das arbitrariedades a que estão sujeitos os trabalhadores no Brasil.

Resultado final do esforço de um núcleo de professores do Partido dos Trabalhadores (PT), "Lula" reúne de forma dramática e envolvente as entrevistas concedidas por Luiz Ignácio a inúmeros órgãos da imprensa, além dos discursos mais incisivos pronunciados no Estádio de Vila Euclides (São Bernardo), por ocasião das greves de 1979 e 1980. A idéia de dividir o livro em entrevistas e discursos é simplesmente um achado. Justamente por não ser um trabalho acadêmico, o leitor poderá perceber a densidade emocional diferente das palavras de Luiz Ignácio para a imprensa ou discursando perante multidões de até cem mil trabalhadores grevistas.

A seqüência das entrevistas dá ao leitor a oportunidade de tomar conhecimento de toda a trajetória do pensamento de Luiz Ignácio, forjada no calor das lutas que envolveram a classe trabalhadora nos últimos três anos. Nos debates com os jornalistas em torno de temas como autonomia sindical, arrocho salarial, condições de vida e trabalho, organização partidária, repressão policial, feminismo, música, lazer operário, o leitor tem a rara possibilidade de apreender os diversos momentos da formação de um legítimo representante dos trabalhadores (enfim, os operários também são capazes de forjar os seus próprios intelectuais). Contudo, é bom que se diga, "Lula" exprime um momento da classe trabalhadora, isto é, a emergência do novo sindicalismo, cujas raízes estão na região do ABCD. Nesse sentido, embora exista um marco comum pelo qual "Lula" possa representar a luta dos trabalhadores no Brasil, não devemos esquecer que essa luta permite outras formas de manifestações e expressão que não se resumem às vozes de uma única liderança, mesmo sendo ela autêntica.

A edição deste livro, contudo, é importante por outras razões. No momento atual, em que lideranças sindicais pelegas são travestidas de representantes legítimas dos trabalhadores por obra e graça de correntes político-partidárias que pretendem agir em substituição à classe operária, "Lula" vem reafirmar o fato de que uma



classe, para ser dona de seu destino, não precisa de porta-vozes que sejam exteriores a ela, ou façam as vezes de sua consciência, principalmente porque os donos da consciência sempre imputam aos trabalhadores uma atávica imaturidade.

As entrevistas de Lula possibilitam ainda ao leitor uma reflexão sobre a presença dos trabalhadores na cena política brasileira dos últimos três anos, fartamente registrada por jornais e revistas das mais diferentes correntes ideológicas. Discutindo em inúmeros momentos do livro a participação política dos trabalhadores, Luiz Ignácio delinea de forma incisiva os limites e possibilidades de uma sociedade verdadeiramente democrática. Os temas colocados a partir de uma perspectiva de trabalhadores, demonstram enfaticamente o quanto tem sido retórico o debate sobre a democracia que tomou conta dos jornais nos últimos anos; tais debates, pautados por conceitos, na maioria das vezes, abstratos e genéricos, como sociedade civil, Estado de direito etc.

Mas este livro aponta também para outras direções: "Lula" recusa de forma contundente a introjeção, por parte dos trabalhadores, da visão triunfante da história dos dominantes. Note-se, porém, que a obra se apresenta como um trabalho de professores preocupados com a maneira pela qual a visão de história dos dominantes dissimula e oculta insidiosamente os conflitos sociais através dos mais variados mecanismos ideológicos. Nessa medida, o trabalho de memó-

ria realizado por esses professores, embora seja feito em nome da classe operária, não pretende, na sua intenção, substituir ou orientar a ação dessa mesma classe, mas trazer subsídios de uma experiência histórica dos trabalhadores, a fim de que outros setores da sociedade possam perceber criticamente a ação sistemática e deliberada dos discursos ideológicos responsáveis pela produção da história oficial.

Para os operários o trabalho de memória é outro. Sua memória coletiva, forjada nas lutas de sua vida cotidiana, tem seus registros definidos pela diversidade e pela multiplicidade, e por isso mesmo não são redutíveis à representação ou à fala de uma única liderança. Expressam-se na infinita riqueza das práticas cotidianas do trabalhador e fragmentam-se por toda uma gama de formas de resistência que os dominados não se cansam de recriar, mas que nem sempre rompem o silêncio imposto pelas instituições dominantes de nossa sociedade.

Poema Maior

Marco Antonio Marcondes

Faço um poema duro
(agora sei
o pisar seco
de minhas andanças)

O poema-resto
amputado da excreção
dos seres

Das metamorfoicas análises introspectas

O poema doído
doído
torto

Dos sofrimentos
acumulados
nas esquinas deste nefasto País

O poema-operária
na dor suja
repetida
da porrada diária

Dos que no salário pagam a sua miséria

O poema-Glicério
Majór Sertório
e Vilas

Feito do absurdo inválido
que não disfarça coragem
e desgraça

O poema-vagabundo
sob jornais vencidos
nos bancos de praça

Dos que se embebedam
em vigília
ao amanhecer veloz

O poema-esperança
por companheiros de luta
(os que à espreita
lutam por uma luz de Sol)

O poema-barraco
feito frio
e buraco

De nomes multicores
consumismo

Que esconde nos logotipos tamosos
a realidade urbana

Que revela
a estatística social

O poema-animal
dos nervos do povo-aço

Que resiste no couro
em côro
Como resiste entre grades do tempo
a flor
o poema-maior

"Mulheres espancadas: fenômeno invisível"

Resenha do livro que traz o título acima, de autoria de Roger Langley e Richard C. Levy, recentemente lançado pela Editora Huicitec.

Por Maria Teresa Verardo

Os autores fizeram um levantamento nos Estados Unidos do número de mulheres que apanham dos seus companheiros, chegando ao assustador resultado de 4,7 milhões de espancamentos graves por ano.

4,7 milhões de mulheres circunscritas entre as quatro paredes de seu lar apanham e calam, porque é humilhante demais denunciar o fato, e só o fazem quando o nível de violência chega ao limite do insuportável.

Esta é a realidade americana, que em nada difere da brasileira como pode comprovar o SOS Mulher que, em um mês de funcionamento, chega a atender cerca de 300 ligações de mulheres denunciando violências exercidas pelos seus companheiros.

E quem pensa que este tipo de agressão só é exercida pelos inúmeros anônimos pertencentes à classe média baixa, sem cultura e sem escolaridade vai surpreender-se com nomes como o do ex-primeiro-ministro japonês SAIO, prêmio Nobel da Paz, o satirista JONATHAN SWIFT, o poeta TENNYSON, o teatrólogo NOEL COWARD e o ator HUMPHREY BOGART.

Outro dado interessante que vem derrubar esta tese é o de que "um quinto dos nor- e-ameri-

canos aprovam que se esbofeteie a esposa em ocasiões apropriadas, aprovação que aumenta na proporção direta da renda e da educação". Mas o mais surpreendente é que algumas mulheres acreditam que seus maridos devem espancá-las para seu próprio bem. Algumas das entrevistadas disseram que achavam certo que seus maridos batassem nelas quando elas "mereciam".

O que fica claro no livro, através de casos emocionantes e comoventes, é a fragilidade da justiça e o machismo dos seus agentes que, ao encararem o fato como algo absolutamente privado, de domínio doméstico, retiram-se de cena dando continuação ao processo.

Langley e Levy tentam levantar neste estudo, quem espanca as mulheres, porque o fazem, porque as mulheres aceitam essas agressões, e quais as repercussões dessa violência na personalidade dos filhos.

A importância fundamental de "Mulheres Espancadas" é a abertura que ele dá à discussão deste fenômeno invisível, já que quase nunca vem a público, oferecendo a oportunidade de uma tomada de posição das mulheres contra o que é considerado não só normal como saudável por alguns homens, derrubando de uma vez por todas a já esclerosada tese de que mulher gosta de apanhar.



A PARTO Sugere obras de Leon Trotsky

- "Escritos" de Leon Trotsky, abrange o período de 1929 à 1940, 26 volumes, em espanhol, capa dura (você pode começar pedindo os primeiros volumes) cada volume Cr\$ 570,00
- "A Revolução Desfigurada", em português Cr\$ 250,00
- "Moral e Revolução", em português Cr\$ 130,00
- "Revolução e Contra-Revolução na Alemanha", em português Cr\$ 300,00
- "A Revolução Permanente", em português Cr\$ 250,00
- "A Revolução Traída", em português Cr\$ 290,00
- "Minha Vida", em português Cr\$ 520,00
- "Literatura e Revolução", em português Cr\$ 410,00
- "Diário do Exílio, em português, tem como brinde um cartaz de Trotsky Cr\$ 350,00
- "La Revolución Española", dois volumes, em espanhol Cr\$ 2.700,00
- "Sobre La Liberación Nacional", em espanhol, capa dura Cr\$ 600,00
- "España: última advertência", em espanhol Cr\$ 310,00
- "Como Fizemos a Revolução de Outubro", em português Cr\$ 150,00
- "Questões do Modo de Vida", em português Cr\$ 150,00
- "As lições de Outubro", em português Cr\$ 150,00
- "Problemas da Guerra Civil", em português Cr\$ 100,00
- "A História da Revolução Russa" 1º volume: A Queda do Tzarismo Cr\$ 435,00
- 2º volume: esgotado
- 3º volume: O Triunfo dos Soviéticos Cr\$ 405,00

OUTROS AUTORES

- Coleção da revista "Encontros com a Civilização Brasileira", do nº 2 ao último (nº 25) Cr\$ 2.040,00
- "Obras Escolhidas de Lenin", em três tomos, em português, três volumes Cr\$ 2.700,00
- "Obras Escolhidas de Lenin", em três tomos, em espanhol, três volumes, capa dura Cr\$ 1.800,00
- "El Capital" de Carlos Marx, edição em espanhol da Fondo de Cultura Económica do México, três volumes Cr\$ 3.100,00
- "O Capital", de Karl Marx, em português, seis volumes Cr\$ 3.400,00
- "Arte em Revista", coleção dos quatro números editados pela Kairós Cr\$ 1.000,00
- "Obras Escolhidas de Rosa Luxemburgo", em dois volumes, em espanhol Cr\$ 1.500,00
- "Obras Escolhidas de Marx e Engels", em português, três volumes Cr\$ 1.700,00
- "Klaxon", mensário de arte moderna, encadernado, coleção reimpressa fac-similar da revista editada em 1922 pelos modernistas Cr\$ 500,00
- "Trotsky, um estudo da dinâmica de seu pensamento", de Ernest Mandel, em português Cr\$ 230,00
- A trilogia de Isaac Deutscher sobre Trotsky, em espanhol:
 - "Trotsky, el profeta armado" Cr\$ 1.300,00
 - "Trotsky, el profeta desarmado" Cr\$ 1.300,00
 - "Trotsky, el profeta desterrado" Cr\$ 1.350,00
- "Historia del Pensamiento Socialista", de G.D.H. Cole, sete volumes, em espanhol Cr\$ 10.500,00
- "Elementos Fundamentais para la crítica de la economía política, 1857-1858 (Grundrisse)", de Karl Marx, 3 volumes, em espanhol Cr\$ 4.200,00
- "Genésis y estructura de El Capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)", de Roman Rosdolsky, em espanhol Cr\$ 1.900,00

Tudo em LIVROS POLÍTICOS e etc.

AQUI VOCÊ ENCONTRA DE TUDO

Rua São Bento, 545 — loja 14 — Térreo superior

PARTO LIVROS, JORNAIS E REVISTAS

Escreva pedindo ou apareça em nossa livraria

PARTO

China

A farsa do processo do "Bando dos Quatro"

Mais de 40 anos depois dos "Processos de Moscou", quando a velha guarda bolchevique, os mais próximos companheiros de Lênin, foi julgada e condenada pela burocracia stalinista como "contra-revolucionária", a história se repete, mas como farsa: o que ocorre agora não vai muito além de uma disputa entre frações diferentes da burocracia.

Por Andreas Maia

Na madrugada de 7 de outubro de 1976, os soldados de elite de Wang Tung-hsin assaltaram uma casa na periferia de Pequim onde estavam reunidos trinta dos mais altos dirigentes chineses. Os soldados da guarda presidencial prenderam entre outros, Chiang Ching, esposa de Mao Tsetung, Wang Hung-wen, Cháng Chun-chiao e Yao Wen-yuan, os quatro membros do "grupo de Xangai".

Menos de um mês após a morte de Mao, os partidários do presidente Hua Kuo-feng neutralizavam a fração do aparelho mais próxima do "grande timoneiro" e tornavam-se senhores da direção do partido por meio de uma "revolução palaciana". Estava começando a campanha contra o maoísmo e que iria desembocar no julgamento atual do "bando dos quatro" e na restauração da fração burocrática de Teng Hsiao-ping.

Um novo "processo de Moscou"?

No dia 20 de novembro último, os "quatro de Xangai" sentaram no banco dos réus. Para alargar o processo a Justiça de Pequim decidiu que serão julgados também cinco generais ligados ao falecido ex-ministro da Defesa, Lin Piao, e Chen Boda, antigo secretário de Mao. O grupo de Xangai, assim como os militares ligados a Lin Piao, são hoje acusados de "complot" contra a ditadura do proletariado, perseguição de dirigentes do Partido e do Estado, tentativa de organização de rebeliões armadas contra-revolucionárias numa campanha de denúncias que confunde divergências políticas reais, diz contra-verdades flagrantes com base em insultos dos mais sórdidos.

As semelhanças formais com os "processos de Moscou" iniciados em 1938 por Stalin são evidentes. Os réus são considerados culpados até que provem a sua "inocência" e todo o espetáculo do julgamento é montado para demonstrar a culpabilidade. Não há praticamente direito de defesa. O sistema jurídico é totalmente anti-democrático: o júri foi escolhido a dedo para que o espetáculo tenha o encerramento previsto.

Porém ficam por aí as semelhanças com a grotesca farsa de Stalin na URSS. Nem Chiang-Ching e o grupo maoísta de Xangai representam os autênticos revolucionários em luta com a burocracia e tampouco o eclipsado presidente do PC chinês, Hua Kuo-feng, e o ascendente Teng Hsiao-ping, se assemelham ao papel jogado por Stalin na URSS. É interessante lembrar que os "processos de Moscou" foram desencadeados pela burocracia stalinista com o objetivo de destruir a velha guarda revolucionária bolchevique que fez a revolução de Outubro. Foi um coroamento de uma contra-revolução burocrática contra as conquistas revolucionárias de Outubro, contra as idéias de Lênin encampadas por Trotsky e pela Oposição de Esquerda. Apesar de muitos dos acusados nos "processos de Moscou" terem contribuído objetivamente para a ascensão da burocracia soviética (Zinoviev e Kamanev conciliaram sempre com Stalin, Bukharin estimulou os camponeses ricos e o "socialismo de mercado"), eram na reali-



Cartazes, nos muros de Pequim, contra a viúva de Mao

dade os velhos revolucionários. E o alvo principal da fúria de Stalin contra os velhos bolcheviques estava nas propostas de democracia socialista e de internacionalismo proletário defendidas por Trotsky e pela Oposição de Esquerda.

O processo atual contra o maoísmo e contra os homens que aplicaram esta política revela um conflito de natureza distinta. Trata-se de um conflito entre duas alas da burocracia chinesa e os perdedores, o "grupo de Xangai", colhe agora os frutos amargos que semeou.

Um conflito inter-burocrático

A disputa pelo poder na China entre o grupo de Xangai e os partidários de Teng Hsiao-ping remonta ao conflito entre Mao e Liu-Shao-Chi e aos anos da "Revolução Cultural".

A revolução chinesa foi desde o início uma revolução burocratizada. Mas não foi nem um Lênin e nem um Stalin. Ao contrário deste último, dirigiu uma revolução e não uma contra-revolução. Mas a revolução que dirigiu não foi uma revolução que conduziu à democracia operária e ao poder das massas. Foi erigido na China um regime burocrático que apresenta traços comuns com o regime stalinista da URSS: a asfixia



O "bando dos quatro" no banco dos réus

de democracia proletária, ausência de gestão nas empresas industriais pelos trabalhadores, deformação pragmática do marxismo, culto da personalidade de Mao e os privilégios materiais da burocracia.

Mao inquietou-se com as conseqüências da burocracia do partido e do país. Colocado em minoria na direção do partido logo após o malogro do "grande salto para frente", dirigiu-se às massas por cima do aparelho do partido. Teve início a Revolução Cultural. Mas quando as mobilizações de massas transbordaram o controle da fração maoísta, quando surgiram tendências oposicionistas de esquerda (a Comuna de Xangai), quando começaram a arrastar os trabalhadores na via da greve, Mao fez contravapor e procedeu à reunificação com a maioria do aparelho. A virada interior à direita levou a uma ainda mais pronunciada viragem à direita no plano político externo.

O grupo de Xangai e a fração maoísta acabaram isolados no aparelho burocrático que largamente se constituiu desde a tomada do poder. Pior ainda, os métodos e as propostas dos maoístas levaram a um isolamento das massas. As medidas voluntaristas na economia fizeram cair o nível de vida da população. A repressão generalizou-se. A burocracia ao invés de atenuar, cresceu largamente.

A volta de Teng Hsiao-ping e da fração mais conservadora e tecnocrática da burocracia chinesa acabou revestida de uma intensa popularidade. A nova direção prometia alargar a democracia e desenvolver a economia no sentido de melhorar o padrão de vida das massas. No entanto, o primeiro ato da burocracia anti-maoísta foi o restabelecimento da ordem e da disciplina, da "unidade em torno da direção". Tornou-se prioritário para a burocracia evitar toda atividade autônoma das massas chinesas. Os operários devem produzir, inclusive por meio de estimulantes materiais. Para tomar as decisões políticas e econômicas lá estão os especialistas. O leque dos salários deve ser alargado. Os trabalhadores e quadros nas empresas devem se abster de críticas. Incrementa-se a economia de mercado.

Assim, dificilmente a nova direção conseguirá satisfazer as aspirações dos trabalha-

dores. Se os objetivos econômicos passam por uma mobilização da população para uma intensificação do trabalho sem uma contrapartida em termos de aumento da democracia política, tudo leva a crer que a burocracia não permitirá aplicar uma parte sensível do sobre-produto social para uma melhoria do nível de vida. Por outro lado, ao usar contra o "bando dos quatro" os mesmos métodos usados quando os maoístas estavam no poder, a nova direção demonstra que não tem nenhuma intenção de democratizar o país.

O movimento de massas

A campanha e o processo contra o "bando dos quatro" não tiveram apenas a função de acabar com a luta fracional dentro do aparelho do partido e do Estado. Tiveram uma função adicional: ao lançá-la, a burocracia cria uma certa margem de manobras, pois acusar o "bando dos quatro" de abusos burocráticos diminui a responsabilidade do próprio sistema burocrático.

A era maoísta da revolução chinesa se desintegra rapidamente. O afastamento do "bando dos quatro" nem pôs fim a luta fracional nem instaurou a unidade do partido e do aparelho do Estado. A burocracia está decerto consciente de que a liquidação de todos os maoístas puros é a pré-condição para o restabelecimento do controle burocrático. Porém, a primeira conseqüência de tal purga seria o enfraquecimento do aparelho burocrático no seu conjunto, revelando a crise de direção no seio da burocracia.

Contrariamente à URSS dos anos 30 e 40 as massas não se mostram desmoralizadas e nem passivas. A luta inter-burocrática atual não se decidirá independentemente da intervenção destas massas. A crise encontra-se aberta daqui por diante. Conforme observa S. S. Wu, da Liga Marxista-Revolucionária de Hong-Kong, "as massas deixaram de se submeter cegamente às ordens da burocracia. Apesar das suas ilusões, exprimem já reivindicações e desejos claros quanto à forma de organizar a nova sociedade. O único aspecto que continua a ser vago é no que se refere ao modo de realizar esses desejos. O dado mais comprometedor do movimento de massas é a reivindicação de democracia socialista. Se bem que a concepção dominante de democracia socialista não seja idêntica à dos marxistas-revolucionários, contém, entretanto, elementos importantes que atacam os fundamentos da burocracia, desde que as massas lutem pela sua realização."

Como exemplo do avanço da luta pela democracia operária na China, podemos citar a recente constituição de uma Aliança nacional das revistas paralelas chinesas, reagrupando os comitês de redação de 21 publicações "não oficiais". Como resultado do novo vigor deste movimento, He Qiu, redator-chefe de duas destas publicações, depois de duas vezes preso foi duas vezes libertado, pagando uma multa e perdendo material de impressão. É uma situação diferente de meses anteriores, quando dissidentes como Wei Jingsheng foram julgados e condenados.

O grande
acontecimento
do ano

Polônia

“Solidariedade”: um fantasma assusta a burocracia

As admiráveis lições dadas pelos trabalhadores poloneses despertaram simpatias no movimento operário de todo o mundo. Mas as burocracias dos “países irmãos” — é claro por que — se mostraram incomodadas. E além delas, apenas as cliques stalinistas mais primitivas. O movimento polonês ainda está longe de ter conseguido seus objetivos, mas já tem, sem dúvida, um alcance histórico.

Por Roberto Grun



Kania, o secretário geral: a cara feia da burocracia

É melancólico o destino da burocracia das Repúblicas Populares. Não contente em não conseguir levantar a bandeira do socialismo, insiste em manchá-la. Impostas em sua maioria pelo rolo compressor do Exército Vermelho para correr os bandos nasistas, elas são os restos dos antigos quadros da Terceira Internacional, mais especificamente os quadros mais dóceis ao stalinismo — os que sobraram da série de expurgos que culminou com os Processos de Moscou e da luta anti-fascista. A tomada do poder foi praticamente imposta pelo Exército Vermelho: com a divisão da Europa feita em alta, as terras que couberam à URSS deveriam ser assimiladas à economia em reconstrução desse país, e assim, proclamaram-se as Repúblicas Populares, que nacionalizaram administrativamente as grandes propriedades dos países da Europa Oriental. Mesmo em países com movimentos operários possantes, e com fortes tradições comunistas, caso da Tchecoslováquia e da Polônia, o que realmente importou na tomada do poder foi realmente a presença avassaladora das tropas soviéticas. E esse quadro se manteve até hoje, embora mais nuancado. O COMECOM, o Pacto de Varsóvia e a supervisão constante de Moscou sempre seguraram as burocracias nacionais nos trilhos, e numa situação ambígua: meio representantes (impostos é claro) de seus respectivos povos, meio representantes, ou procuradores, da suprema burocracia soviética.

No caso da Polônia, onde o movimento operário tem uma sólida história anterior à Segunda Guerra Mundial, a corda puxa mais para o primeiro lado. É evidente que, de alguma forma, a burocracia dirigente sente-se representante do proletariado, pois a pressão exercida por esse último é o seu maior elemento legitimador, ou mais precisamente, deslegitimador. As equipes dirigentes foram trocadas por pressão operária em 1956-ascensão de Gomulka, 1970, com a queda de Gomulka e a subida de Gierk e esse ano com a queda de Gierk. Também é claro que os homens não são o que pensam, e a realidade acaba mostrando isso rapidamente em momentos de crise.

Deixando de lado as ilusões

As greves de 1970 acabaram com um compromisso moral, o PC reconhecia o fracasso de sua política econômica, sacrificava a sua equipe dirigente da época e recobrava a representatividade — nessa altura os operários ainda eram inocentes. Em 1976 esse arranjo foi seriamente contestado pelas greves da Usina I RSUS. E em 1980 isso foi definitivamente por água abaixo. Os operários partiram para as cabeças, desconhecendo totalmente a presumida tutela do PC sobre eles. Colocaram no centro de suas reivindicações assuntos indubitavelmente políticos, exigindo uma representação não corporativa que saia realmente dos anseios da base, reinventaram a representação baseada nos conselhos, quebraram a incomunicabilidade dos gabinetes transferindo as negociações para dentro das fábricas, e para espanto dos “idiotas da razoabilidade” colocaram altofalantes para retransmitir diretamente para o pátio em assembléia todos os lances da negociação. Embora acabassem aceitando numa cláusula anexa aos estatutos do Sindicato Independente a existência do PC como elemento dirigente do país, o próprio aparecimento do sindicato indica a presença de um contra-poder operário não alinhado com a direção do país. A

troca da equipe dirigente, a tentativa da burocracia em acalmar mais uma vez a fúria operária imolando o seu chefe não deu nenhum resultado dessa vez. Pelo contrário, trouxe para dentro do partido toda a situação de tensão em que vive a sociedade polonesa hoje. Os deslocamentos foram bem mais profundos do que um simples arranjo interno do Comitê Central — as próprias bases operárias do Partido que aderiram em grande parte aos sindicatos independentes atendendo uma proclamação da direção do PC para freiar o Sindicato Solidariedade por dentro,

acabaram por seguir a grande maioria da classe, reconhecendo a justiça da luta e, olha o tiro saindo pela culatra, trazendo para dentro do PC as posições de “Solidariedade”.

Numa dessas, puxou o outro lado da corda as direções burocratas da URSS e das demais Repúblicas Populares deram o alarme — o câncer pode se alastrar para os outros países — e eis os tanques do Pacto de Varsóvia mais uma vez de motores ligados, prontos para entrar em ação a qualquer momento, ou pelo menos, a mostrar para toda a Polônia, e o resto do mundo, quem manda

Os operários poloneses e a imprensa ocidental

Divisões no sindicato livre, “os duros, os moles etc...” “Walesa contestado”, quem não leu coisas semelhantes nos jornais durante as últimas semanas.

Pouco importam as informações, viva o escandaloso.

“Caíam fora!” disseram os sindicalistas poloneses, decidindo não mais aceitar os jornalistas estrangeiros em seus debates. Um deles, durante uma viagem de volta de um encontro com o Primeiro Ministro, explicou as razões de tal atitude para os militantes da Federação dos Professores franceses e de sua tendência “Escola Emancipada”, que lá foram para expressar o seu apoio.

“Nós decidimos não mais deixar entrar os jornalistas estrangeiros em nossos debates porque eles não procuram entender nosso movimento, eles procuram o escandaloso, o sucesso profissional. Por exemplo, após assistirem uma reunião de duas horas, onde nós discutimos problemas novos e difíceis, cada um dizendo o que pensa que deve dizer, eles saem da reunião explicando em seus jornais — “Eles tem duas alas, uma conservadora, favorável a um compromisso e outra radical...” Depois de escutarem durante duas horas, eles dizem essas coisas! Aqui, as autoridades estão esperando justamente isso para tentar nos dividir.

Os trabalhadores poloneses tinham confiança na “livre imprensa”...

A cobertura mais cínica

Mas cobertura pior do que a da grande imprensa, só mesmo a de um jornal como o “Hora do Povo”. Na sua edição de 6 do 12 (que provavelmente ainda não foi lida na Polônia) traz uma matéria com o curioso título de “Povo e POUP enfrentam anti-sociais na Polônia”. Esta matéria chama o governo de “democrático e socialista”, e os que apoiam o sindicato “Solidariedade” de “anti-sociais”, e o líder do KOR, Jacek Kuron, de “facista” e de “financiado pela Cia”. (Kuron como todos sabem, é um militante comunista expulso do Partido — e depois preso — por escrever uma Carta Aberta ao POUP criticando a burocracia).

Do mesmo modo que no Brasil o “Hora do Povo” tem trocado as bolas — chamando os operários combativos de “patriotas” e os pelegos de grandes líderes, dinâmicos, etc — na Polônia se confunde completamente. Chama de “povo” um punhado de burocratas, e de “anti-social” ao próprio movimento operário. Do mesmo modo que no Brasil seus adeptos se utilizam crescentemente da violência física e do gangsterismo, na Polônia seus heróis só mantêm a direção à base da repressão. (João Machado)

de fato. Militarmente, é claro que os operários não têm muito a opor às tropas dos “países irmãos”, mas as dificuldades de uma invasão principalmente políticas: o atoleiro em que os soviéticos se meteram no Afeganistão, a evidente simpatia que os operários poloneses despertaram em todo o movimento operário mundial, salvo nas cliques stalinistas mais primitivas, a desaprovção dos PCs fora do poder afinal, como poderiam se explicar para a classe operária que pretendem representar, a pressão dos credores ocidentais, que vêm numa possível invasão uma ameaça à capacidade da Polónia pagar suas dívidas, além da pressão ocidental sobre a própria burocracia soviética num momento em que esta última luta desesperadamente para encontrar um modus vivendi interno através de uma ampliação do consumo popular, para o que precisa contar com os préstimos ocidentais.

O medo das burocracias irmãs

Mas todos esses fatores adversos contarão pouco no momento em que a insubordinação polonesa começar a se alastrar para o operariado dos países vizinhos. Por exemplo, os editoriais irados do “Rude Pravo”, órgão do Comitê Central do PC checo fornecem uma boa pista para o fato de que a chama da Primavera de Praga ainda não se apagou definitivamente. Internamente, a direção de Solidariedade está empregando uma política de não cutucar a onça com vara curta, isto é, evitando levar reivindicações que colocassem a burocracia polonesa em situação insustentável perante seus pares estrangeiros, bem como aceitar qualquer tipo de provocação. A burocracia, por sua vez, conta com o fim da fase aguda da contestação operária para tentar enquadrar o sindicato livre e recuperar o controle da situação. Prevê-se assim uma intensa luta ideológica e política, com os operários que mostraram um agudo instituto de classe, mas que ainda não souberam, ou não puderam, levar para o campo especificamente político o seu movimento, tentando defender suas conquistas e consolidar o apoio do campesinato demonstrado nas greves. A burocracia por sua vez deverá tentar utilizar ao máximo um eventual reflexo do movimento de massas, para aí rever a questão.

Uma consequência importante do movimento polonês poderá ser vista a nível internacional, principalmente na Europa, onde os meios de comunicação de massa centraram fogo, e continuam descendo a lenha, tentando mostrar nos acontecimentos poloneses uma prova do caráter intrinsecamente perverso do socialismo. Mas sua eufórica durou pouco: ao divulgarem o movimento operário de Gdansk, divulgaram suas lições.

A grande lição polonesa

Uma grande lição dada pelos poloneses são as formas avançadas de organização que empregaram, os comitês de greve eleitos com mandato específico de negociar a pauta de reivindicações, a quebra do sigilo dos gabinetes e a reapropriação da política como uma atividade de massa. Nesse sentido o proletariado polonês mostra para a vanguarda do movimento de massas as formas de organização mais poderosas para barrar o caminho das burocracias sindicais que por todo o mundo pretendem conter as reivindicações operárias.

Os trabalhadores poloneses, enfim, mostram como se constrói o verdadeiro socialismo.

El Salvador

Ao contrário do que faz crer a propaganda da Junta Militar democrata cristã, as organizações revolucionárias vêm intensificando a luta armada contra a ditadura, e o exército regular se desmoraliza. Neste quadro, as organizações de extrema-direita, desesperadas, aumentam suas atividades assassinas.

Na quinta-feira, 4 de dezembro, foram encontrados os cadáveres de quatro religiosas norte-americanas que trabalhavam em El Salvador. Segundo a madre superiora da ordem, morreram porque "escolheram defender os direitos dos pobres de El Salvador, país onde mais de nove mil pessoas perderam a vida, somente este ano, em sua maioria pelas mãos dos grupos para-militares, apoiados em segredo pelo governo" (Folha de São Paulo, 5/12/1980).

Na sexta-feira, 28 de novembro, seis líderes da Frente Democrática Revolucionária (FDR) haviam sido torturados e assassinados, depois de seqüestrados por um comando de extrema direita. Entre os mortos estava Enrique Alvares Cordova, secretário da FDR, e pertencente a uma das mais ricas famílias do país; Juan Chacón, líder do Bloco Popular Revolucionário, mais importante organização de massas salvadorenha; e Humberto Mendonza, Enrique Barrera, Doro-teo Hernandez e Manuel Franco. A FDR é uma frente que é integrada por 18 organizações oposicionistas, bastante heterogênea: agrupa desde setores empresariais e liberais egressos dos setores políticos tradicionais do país, até as organizações de massa da esquerda revolucionária.

Há, em El Salvador, uma forma dual de organização: a esquerda, além de contar com as organizações de massa, que integram a FDR, conta também com organizações político-militares. As mais importantes dentre estas organizações formaram recentemente um exército unificado para a libertação (ver box).

Os recentes assassinatos em El Salvador, que impressionam pela sua barbaridade (além de torturados, os dirigentes da FDR tiveram seus corpos mutilados) assinalam ao mesmo tempo o aguçamento da crise no país e o desespero da direita. Esta, conta sobretudo com a proteção de Ronald Reagan, esperando que ele mande invadir o país, uma vez confirmado que mesmo a enorme ajuda material dada pelos EUA à Junta de governo não é suficiente para deter o movimento revolucionário.

Ao mesmo tempo, este acirramento da crise em El Salvador faz parte do avanço da luta na América Central — também na Nicarágua, a direita intensifica suas atividades e sonha com Ronald Reagan.

Aqui, uma entrevista publicada na revista Perspectiva Mundial, em 19/10/80, com RUBEN ZAMORA, secretário do Comitê Externo da FDR. Zamora dá um quadro geral da situação do país, do movimento revolucionário — e aponta quais as tarefas de solidariedade internacional necessárias, neste momento em que se joga o futuro de um país-chave na América Central.

Já se passaram dois meses desde a greve geral de agosto em El Salvador. Soubemos, por vários informes, que o objetivo da greve não foi propriamente insurrecional, mas sim de organizar o povo. Desde esse período, como foram consolidadas as conquistas da greve com respeito à organização popular? E, no mesmo sentido,



Milícias populares combatendo nas ruas de El Salvador durante a greve geral de agosto

Novo avanço na guerra revolucionária

Entrevista com Ruben Zamora, secretário do Comitê Externo da Frente Democrática Revolucionária

como estão os preparativos para o enfrentamento com o regime?

— Como você disse, o objetivo fundamental da última grande greve foi um objetivo político-militar. Isto é, um teste para avaliar-se o estado de preparação e desenvolvimento das milícias populares.

A partir da greve, podemos assinalar como sendo os elementos mais importantes na nossa luta, por um lado, o desenvolvimento das milícias populares. Elas se estenderam mais ainda. Tiveram sua prova de fogo na greve, e continuaram crescendo intensamente.

Em segundo lugar, ao nível do exército popular, os enfrentamentos generalizaram-se e cresceram com o passar dos dias. É importante assinalar esse fato, pois como dissemos reiteradas vezes, a chamada grande imprensa oculta esse tipo de fato, claro, sem nenhum objetivo em divulgá-las. Publica somente os informes do exército reacionário salvadorenho.

A verdade é que em El Salvador o exército popular, dia a dia e em várias localidades do país, está lutando de maneira sistemática com o exército burguês, com os "corpos de segurança", assim como os grupos para-militares da ditadura militar-democrata-cristã.

Ou seja, neste sentido o que podemos observar a partir do mês de agosto, foi um incremento da luta armada no nosso país, com ações nas quais caíram até 120 membros dos "corpos de Segurança" e do exército. Enfrentamentos que duraram até cinco, sete horas e nos quais o exército popular demonstrou sua superioridade em termos do moral dos combatentes, da qualidade dos combatentes, contrastando profundamente com o baixo moral das forças regulares do governo, apesar de todo o aparato militar e de todos os recursos econômico-militar dado pelos EUA.

— Pode-se então, dizer que a guerra revolucionária já começou em El Salvador?

— Lógico que sim. Nós vemos o processo da guerra como algo amplo composto de várias etapas. A guerra revolucionária, neste sentido, começou já há bastante tempo. O que é necessário assinalar é que agora entramos numa etapa diferente do processo da guerra. Entramos atualmente na etapa do fustigamento geral das forças regulares, cujo objetivo fundamental é o que se chama "fixar o inimigo". Isto é, trata-se de imobilizar as forças do exército regular e dos corpos de segurança, através de ataques dirigidos e sistemáticos que o exército popular está desenvolvendo.

A desmoralização do exército burguês

— O que está realmente acontecendo nas bases das forças armadas da ditadura? Existe um real descontentamento? E a questão disciplinar nas bases das forças armadas, como se apresenta?

— Nós sabemos que a desmoralização das forças da ditadura aumentou. Há muitas deserções especialmente no exército, que é uma base de integração de grande parte do campesinato.

Tentarei dar alguns dados. Na região de Sonsonate, o exército chamou todo mundo que estava na reserva — nesta zona a reserva corresponde aproximadamente a 5.500 camponeses — e quando houve o chamado do exército, somente 600 pessoas se apresentaram.

Neste momento, em El Salvador, temos muitos camponeses, que não somente fogem da repressão, mas que fogem do alistamento obrigatório, isto porque não querem ser levados a este exército repressivo. Por exemplo, posso assinalar-te que em várias ações ou enfrentamentos armados entre o exército popular e o exército, em situações em que destacamentos ou esquadrões do exército popular foram cercados pelo exército repressivo, o cerco foi sempre rompido pelo lado do exército regular em função da moral baixa.

Do lado da Guarda Nacional, as coisas se passam diferentemente. Eles mostram uma decisão de combate mais alta, pois não são alistados forçosamente, mas são de carreira. Têm consciência que sua vida está em jogo. É, para eles, uma opção. O povo reconhece na Guarda Nacional uma força altamente repressiva, que o fez sofrer muito.

No que concerne ao governo salvadorenho, desde o auto-golpe dos coronéis Gutiérrez e Garcia em princípios de setembro, viu-se um esforço maior por parte da junta militar-cristã-democrata na tentativa de encontrar uma imagem "de massa". Por exemplo, representantes da junta realizaram manifestações e concentrações em várias partes do país, com chamamentos à paz, para as eleições de 1982, em favor de uma Assembleia Constituinte etc. Mas o que representam realmente estas concentrações de Duarte, Gutiérrez e Cia.?

— Veja bem, em El Salvador, já há 50 anos de ditadura militar e de partidos oficiais, nós conhecemos muito bem o que significam estas chamadas concentrações populares em apoio ao governo. A mesma coisa foi feita pelo Gal. Romero, pelo Coronel Molina, pelo coronel Rivera. Enfim, isto foi posto em prática por todos os antigos ditadores militares.

Simplemente, essas concentrações não passam da reuniões em lugares pré-estabelecidos, com convites feitos através de telegramas e cartas, aos empregados públicos. Dirigem esta gente para um lugar determinado e — lógico! — uma concentração popular nasce... Na realidade, não passam de concentrações forçadas dos empregados públicos, que o fazem por saberem que a abstenção significa perda do emprego.

A economia em crise

— É verdade que existe uma crise econômica

em El Salvador? Quais seriam os dados concretos de tal crise?

— Efetivamente, a economia salvadorenha, dada a situação de luta e de guerra existente no país, está passando pela pior crise da sua história. Só é comparável à crise de 1930.

Há muitos dados que podem ilustrar essa crise: por exemplo, neste ano, o investimento privado. Não é que ele tenha caído. O que houve foi a desinversão, ou seja, inversões anteriores foram tiradas do país. Calcula-se em 46% a desinversão havida no país durante este ano, melhor dizendo, desde outubro do ano passado. Isto tem, evidentemente, um efeito devastador em toda a economia. O desemprego aumentou, somente este ano, cerca de 15%, devido ao fechamento de fábricas, a impossibilidades de realizar colheitas etc.

A nível da renda do governo, comparando com outros anos, houve um decréscimo de 20,6% no total das rendas correntes do Estado. A isto, é bom acrescentar uma inflação de 35 ou 40%, somente neste ano. Ou seja, neste sentido, a economia do país está realmente numa situação crítica.

Fontes dos bancos internacionais, por exemplo, calcularam que, desde o início de 1979 até hoje, mais ou menos 1.500 milhões de dólares, saíram do país. Por um lado, rendas do comércio exterior, que deixam de ser aplicados no país e passam a ser "capitalizados" em bancos dos EUA e da Europa. E por outro lado, temos o fenômeno da desinversão, através da retirada de capital, ou mesmo de maquinárias pertencentes a importantes instalações industriais.

EUA nega-se a ajudar a Nicarágua e dá todo apoio à Junta

— Ao que parece então, o próprio governo está chegando a uma crise fiscal. Se considerarmos que, no seu último período, Somoza conseguiu importantes empréstimos dos bancos internacionais, você acha que o mesmo se passará com a Junta? O Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial, assim como os grandes bancos de Nova York, repetirão a mesma experiência antes tentada com a ditadura nicaragüense?

— Efetivamente, a crise fiscal do estado é algo muito sério. O próprio governo americano, principal base de sustentação da junta, já o percebeu. Por exemplo, neste ano, só a Agência para o Desenvolvimento Internacional, a AID, deu US\$ 87.724 milhões de dólares ao governo salvadorenho.

É realmente interessante notar que enquanto são resgatados US\$ 75 milhões de dólares para o governo popular e revolucionário da Nicarágua, em contrapartida, de fevereiro a setembro deste ano, o governo dos EUA, joga no lixo mais de 87

milhões de dólares dos fundos da AID, sem que o Congresso americano coloque nenhum tipo de impedimento, logicamente!

Isto é parte somente, da ajuda econômica, sem incluir a ajuda militar de 6.7 milhões de dólares dada pelos EUA.

Com respeito aos bancos internacionais, a situação é a seguinte: temos que distinguir entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, e o Fundo Monetário Internacional, o FMI. A posição do BID consistiu sempre de "uma maior ajuda à Junta", devido ao papel predominante que neste organismo, joga o voto dos Estados Unidos. Assim, somente neste ano, o BID já aprovou 18 milhões de dólares para o El Salvador.

Por outra parte, quanto ao FMI, a soma obtida é menor. Nós sabemos que, tanto no Banco Mundial quanto no FMI, há correntes importantes que são contrárias a empréstimos ao El Salvador. A explicação é clara: a experiência da Nicarágua deixou-os "escaldados". Após a insurreição de setembro de 1978, eles acreditavam que tudo estivesse terminado, que Somoza se estabilizava. Por isto os grandes empréstimos, até meados de abril, à Somoza. Somente em julho, é que eles perceberam o absurdo de tal medida. Por isto, e sobretudo os banqueiros europeus no FMI, são muito reticentes a dar seu dinheiro, para posteriormente vê-lo desperdiçado por um governo agonizante, que só sobrevive através das "transfusões contínuas" que são os fundos da AID.

Com relação aos fundos da AID, que de maneira geral são destinados a projetos específicos, há informações de que — em função da atual crise do Estado —, estes fundos estejam sendo utilizados para outros fins?

Ajuda econômica usada para fins militares

— Nós sempre suspeitamos que estes fundos da AID — que segundo sua destinação, devem servir para a construção de alojamentos, empréstimos para os pequenos comerciantes, para a reforma agrária, etc. —, nem sempre se dirigem para seus objetivos.

O interessante é que a própria AID, em El Salvador, denunciou a utilização militar de fundos entregues para projetos sociais. Por exemplo, o diretor interino da AID em El Salvador, Daniel A. Chaij, em carta de 29 de agosto de 1980, dirigida ao Eng.º Napoleón Duarte, membro da Junta do governo, assinalava e dava provas de como os fundos da AID estão sendo utilizados para objetivos militares. Assinalava, por exemplo, que trata-se de um claro desvio, dizendo: "O desvio dos fundos poderia desencadear uma situação embaraçosa para ambos os governos, obrigando a devolução e o reembolso destes fundos, equipes e materiais usados para atividades indevidas. Também, poderia redundar em sérias críticas em nosso Congresso". (trecho da carta)

Neste sentido pois, a própria AID dá as provas necessárias para demonstrar como o go-

verno salvadorenho, no seu desespero de conter a luta de todo um povo, usa de tais fundos para objetivos militares repressivos.

Os efeitos da "reforma agrária"

Falou-se muito, na grande imprensa americana, da famosa "reforma agrária". Porém, parece que os efeitos desta reforma, resultarão em fome, no final deste ano. Qual seriam os efeitos concretos na agricultura da reforma agrária?

A pseudo "reforma agrária" da junta militar-cristã-democrata, está tendo, de fato, alguns efeitos negativos a nível da produção. Vamos, neste ano, sofrer uma grande carestia de feijão, que juntamente com o milho são a alimentação básica dos camponeses (a maioria do povo).

Quanto aos produtos para exportação, base para obtenção de divisas do país, a produção algodoeira baixou de aproximadamente 30%. Quanto ao café, em certas regiões do país — precisamente nos vulcões, onde se produz o melhor café —, a colheita não está sendo mais feita pelos proprietários de terra, mas pelas forças do exército popular. A venda de tal café serve para a manutenção dos camponeses desta região e também do próprio exército popular.

Para concluir, quais seriam as tarefas mais importantes do movimento de solidariedade internacional para os próximos meses?

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL: CINCO TAREFAS FUNDAMENTAIS

O FDR apontou, para este período conjuntural, cinco tarefas fundamentais para o movimento de solidariedade.

• Em primeiro lugar, é importante denunciar e opor-se à crescente intervenção militar dos EUA, nos assuntos internos do nosso país.

• Em segundo lugar, devemos continuar denunciando as violações dos direitos humanos em El Salvador.

• A terceira tarefa consiste em apresentar e propagandar o problema dos refugiados que estamos tendo no país. Neste momento, temos já aproximadamente 40 mil refugiados — tanto no interior, como os que foram obrigados a sair do país —, em condições realmente terríveis, sujeitos constantemente a abusos da parte dos "corpos de segurança". É um problema seríssimo que se agrava com o passar dos dias. Por exemplo, só na semana passada, tivemos a informação da existência de 2.500 refugiados a mais, isto em função da agressão militar do exército reacionário na região de Morazán.

• A quarta tarefa, reside na condenação da Junta Militar, desmascarando a verdadeira natureza do governo, que não é um governo de centro, progressista, mas sim um governo contra-revolucionário terrorista de direita.

• E por fim, a tarefa de apresentar e buscar apoio para a Frente Democrática Revolucionária, como expressão da ampla aliança de todos os setores sociais democráticos, progressistas e revolucionários de nosso país. O FDR é a única alternativa de poder progressista que pode dar estabilidade, paz e justiça a El Salvador.



A unificação das forças militares revolucionárias

Constituída a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional

A 10 de outubro de 1980, três organizações salvadorenhas, as Forças Populares de Libertação "Farabundo Martí" (vinculadas ao Bloco Popular Revolucionário - BPR), o Exército Revolucionário do Povo (vinculado às Ligas Populares 28 de fevereiro) e o Partido Comunista de El Salvador (vinculado à União Democrática Nacionalista) unificaram a sua luta, formando a "Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional" (FMLN).

A FMLN será dirigida por uma "Direção Revolucionária Unificada Político-Militar" (DRU-PM). Reproduzimos alguns trechos do comunicado que esta Direção publicou em 10 de outubro:

"A formação e o fortalecimento da direção revolucionária unificada político-militar é uma conquista histórica da luta revolucionária de nosso heróico povo, que para enfrentar as batalhas decisivas pela sua libertação definitiva precisava de contar com o órgão superior de decisões e direção única estratégica e tática, político e militar, sem o qual não lhe seria possível empreender com eficácia e êxito o esforço global rumo ao triunfo definitivo da revolução popular." (...)

"Foi um passo de excepcional importância (...) ter sido dada à DRU-PM a capacidade e os

mecanismos necessários para tomar as decisões estratégicas, para dirigir a guerra revolucionária, ao adotar o centralismo democrático como base de seu funcionamento, e a tomada de decisões por maioria".

A adoção do nome "Farabundo Martí", que segundo o comunicado, "sintetiza o caráter e o conteúdo da heróica luta de nosso povo", é extremamente significativa. Farabundo Martí foi um dos primeiros dirigentes do Partido Comunista de El Salvador, na época ainda não deformado pelo stalinismo. Foi o líder da única insurreição de massas dirigida por um Partido Comunista na América Latina, em 1932. Desta insurreição camponesa participaram 40 mil combatentes, que chegaram a formar sovietes camponeses. O levante foi esmagado, com mais de vinte mil homens, mulheres e crianças executados (entre eles, Farabundo Martí).

O programa do movimento era o de uma revolução socialista, um poder de conselhos operários, de soldados e camponeses, com o objetivo de "destruição implacável da burguesia nacional e do imperialismo".

Naturalmente, o programa atual da FMLN não chega a este grau de explicitação e radicalismo; mas a adoção desta referência não é sem significado, e diz bem da disposição de luta dos atuais combatentes salvadorenhas.

Em Tempo: Em memória de John Lennon

Por Virginia Pinheiro

EM TEMPO: Vocês podem nos dar uma declaração sobre a morte de Lennon?

As duas meninas olharam espantadas e uma delas, a que dirigia a motoca e aparentava uns 25 anos, perguntou:

— Uma declaração para "nós" quem?

— Nós, do jornal EM TEMPO, um desses jornais nancicos, por causa dos quais "eles" andam por aí incendiando bancas de jornais!

As duas acabavam de deixar capacetes e óculos na motoca estacionada em cima do passeio.

— É... tamos sabendo!

— Tamos sabendo de que? Da morte do Lennon ou do incêndio às bancas de jornais?

De ambos... Sobre o Lennon, o que eu tenho a dizer é que num primeiro momento, fiquei chocada. Não consegui respirar. Veio na minha cabeça um turbilhão de imagens e sem querer, comeci a me lembrar de toda uma época onde havia os Beatles e o mundo virava rapidamente. Os Beatles estavam representando tudo o que vinha emergindo de novo, embora, constantemente sufocado pelos "de cima". Não se esqueça de que, antes de serem condecorados pela Rai-

na da Inglaterra, seus discos eram incendiados em praça pública, por toda uma corte de fanáticos partidários do "Deus salve a rainha!" E claro que, finalmente a rainha entendeu — não o perigo que "eles" eram, mas o perigo que eles representavam para as sagradas instituições de Sua Magestade... Acabou conseguindo bagunçar a cabeça do conjunto, dando uma de mãe que sabe que a rebelião pode passar. O grupo acabou rachando. O Paul McCartney ficou mais no esquema de Sua Magestade mesmo! O Lennon foi o que mais radicalizou, porque era um cara que fazia, não apenas música, mas música para os outros entenderem o recado.

— Você entendia o inglês deles?

— Não de todo. Às vezes eu tinha de consultara letra na capa dos discos. Mas, só de ouvido, eu entendia o recado, sem entender as palavras. O que eu acho incrível no Lennon é o mesmo que acho incrível no Chico Buarque: eles querem, com a música, passar um recado contra o sufoco.

A outra menina, que até então ficara balançando a cabeça em sinal de aprovação, arriscou um palpite:



— Eu já acho que a perda maior é para a música mesmo. A música é uma das coisas mais importantes na vida das pessoas. Cada vez mais se inventa lugares públicos onde se pode ouvir música: elevadores, salas de espera, telefones de empresas, bares, restaurantes, carros. Até em ônibus dá pra ouvir os radinhos de pilha de muitas pessoas que trabalham ouvindo música. Isto é, o Lennon não morre nunca.

Os auto-falantes do hoteco tocavam Imagine, em homenagem a Lennon assassinado. Provavelmente ele fora morto por um dos "fanáticos partidários da corte de Sua Magestade". O garçon, que ouvira toda a conversa a meia distância, veio trazendo o Jornal da Tarde com as primeiras notícias da morte:

— Vocês querem ler? Eu comprei pra isso mesmo.

Na banca de jornais da esquina, um grupinho de pessoas estavam parado, lendo a mesma página do JT. Um senhor gordo, sisudo e muito bem vestido, não deixou por menos:

— Ele teve o fim que merecia. Foi bem feito!

Viramundo Itália Foi-se o "compromisso histórico"

O Partido Comunista Italiano abandonou a política do "compromisso histórico". A razão alegada foi a incúria da Democracia Cristã, no governo desde a guerra, em socorrer as vítimas do terremoto que atingiu duramente o país. Segundo o PCI, a Democracia Cristã mostrou-se incapaz de contribuir para a necessária renovação do Estado Italiano.

Em virtude da falência político-moral da Democracia Cristã, o PCI lançou a fórmula da "alternativa democrática". Segundo Berlinguer, "nos dirigimos em primeiro lugar ao Partido Socialista, mas sem excluir a participação de homens honestos de outras forças políticas e mesmo de fora dos partidos". Isto esclarece que não se trata de uma "alternativa de esquerda", e muito menos de uma política de independência do movimento operário e dos seus partidos: a composição com força burguesa é expressamente admitida.

Por outro lado, não é evidentemente o mal-estar provocado pela incapacidade da Democracia Cristã em agir diante de uma tragédia a razão fundamental desta mudança do PCI. Desde a recente greve na FIAT (EM TEMPO 118 e 119) havia indicações que não era possível manter o "compromisso histórico", isto é, uma aliança com o principal partido burguês, a DC, diante do aumento das mobilizações operárias contra a política de "austeridade" (ou arrocho) do regime.

Portugal Reino da direita

As eleições portuguesas para Presidente da República deram a vitória a Ramalho Eanes, com mais de 55% dos votos. Em segundo lugar ficou o candidato apoiado pela coligação de direita do governo, o general Soares Carneiro, com cerca de 40% dos votos. Os outros candidatos tiveram uma votação reduzida: o major Otelo Saraiva de Carvalho, líder da "revolução de abril", que concorreu apoiado por setores da esquerda revolucionária e que se opunha à "conciliação nacional" representada por Eanes, teve cerca de 1,3%. Os generais direitistas Galvão de Melo e Pires Veloso tiveram em torno de 0,8%. Finalmente, o ex-deputado pelo Partido Socialista, Aires Rodrigues, teve 0,25%. Aires foi apresentado pela imprensa como "candidato trotskista". Na verdade, representava apenas as forças identificadas com o "Comitê Paritário" pela reconstrução da IV Internacional. A baixa votação destes candidatos reflete a polarização entre Eanes e Carneiro, acentuada ainda pela morte em acidente aéreo do Primeiro Ministro e chefe da coalizão direitista, Sá Carneiro, três dias antes do pleito.

Eanes, apesar de apoiado pelos partidos operários majoritários (PS e PC), e hostilizado pela coalizão direitista "Aliança Democrática", não tem nada de "esquerda". Como ele mesmo disse, pretende ser "o presidente de todos os portugueses", e "nada de fundamental me separa da Aliança Democrática". Mas assim mesmo sua vitória levou o gabinete da Aliança Democrática a apresentar sua renúncia, e à consequente abertura de uma crise política no país. Apesar de conservador, Eanes ainda era um obstáculo à total liquidação das conquistas dos trabalhadores com a revolução portuguesa.

Uruguai/Cone Sul Uma derrota das ditaduras do Cone Sul

A ditadura uruguaia sofreu um revés inusitado. Perdeu por uma maioria significativa o plebiscito onde propunha uma nova Constituição que institucionalizava a presença dos militares no poder (o que seria feito com a instituição de um "quarto poder", composto pelo "Tribunal de Controle Político" e pelo "Conselho de Segurança Nacional", o COSENA).

Não é comum que ditaduras ferozes como a uruguaia percam plebiscitos que elas organizam com todas as condições de intimidar os eleitores, de garantir para si o monopólio da propaganda, e de fraude. No caso em questão, ainda dispunham de uma poderosa arma de chantagem: dizer que sua derrota equivaleria a suspender o "cronograma de institucionalização", mantendo-se a atual ditadura sem nenhuma mudança. Os generais pressionavam a população a escolher o "mal menor".

Foi por utilizar métodos como esse que o brutal Pinochet conseguiu recentemente uma "vitória" num plebiscito; que figuras como ex-ditador Van Thieu, do Vietnã do Sul, tinham sempre

99% dos votos, pouco antes que seu regime se desmoronasse.

A oposição (o Não à Constituição da ditadura) conseguiu cerca de 60% dos votos. E (maior surpresa) a ditadura foi obrigada a divulgar este resultado e a reconhecer a derrota, acrescentando cinicamente que permaneceria no governo. O sentido do voto popular fora totalmente claro: fora com a ditadura.

Este resultado tem um peso importante em toda a situação do Cone Sul da América Latina, povoado por ditaduras militares que querem se "institucionalizar". Segundo o jornal "La Prensa", de Buenos Aires, as Forças Armadas argentinas estariam já revendo seu plano de "institucionalização". (Folha de São Paulo) 4/12/1980. Desta maneira, começa a reversão do avanço recente da extrema-direita no Cone Sul, cujo ponto culminante foi o golpe do general Garcia Meza na Bolívia, apoiado abertamente por forças argentinas, e cujo estímulo mais comentado foi a eleição de Ronald Reagan com uma plataforma ainda mais direitista que a de Carter.

O que ocorreu no Uruguai mostra o enorme

isolamento das ditaduras, e o início da rearticulação da resistência. Como assinala o jornal "Companero" (ver abaixo), o fato básico é o início da reanimação do movimento operário.

Houve, é certo, uma ampla frente oposicionista, que incluía até setores próximos ao regime, e os partidos tradicionais. Esses oposicionistas, contudo, já deram sinais de desejarem um "diálogo", como expressou Jorge Battle, principal líder do Partido Colorado (Folha, 3/12/1980). Até o mais oposicionista destes políticos, o ex-Senador Wilson Ferreira Aldunate, não se mostra avesso a discutir com os militares.

É claro que não é esta a vontade do povo. O que ele fez, foi dizer claramente aos militares: Que se vão!

Publicamos extratos do jornal "Companero", do Partido "por la Victoria del Pueblo", uma das correntes políticas mais ativas na oposição uruguaia. O número de 20 de novembro deste jornal, divulgado antes do plebiscito, faz uma análise interessante da situação e das tarefas da oposição e do movimento operário no país, que foi, no fundamental, confirmada pelo resultado do plebiscito. (João Machado)

Uruguai

Os tempos estão mudando

Trechos do jornal "Companero", editado pelo "Partido por la Victoria del Pueblo".

O único debate público aberto foi restringido a algumas personalidades dos partidos tradicionais, e no último momento. E o debate esteve referido apenas aos aspectos jurídicos e técnicos do projeto. Debate restringido no qual, é claro, não se deu nenhuma possibilidade de participação à esquerda.

O povo talvez não se interesse pelos argumentos doutrinários e jurídicos-técnicos (...), porém entende de liberdades, entende de salários e de sindicatos, entende e sofre a perseguição e a tortura. (...)

Até os setores mais reacionários se dividiram, como o pachequismo e o aguerrondismo, e setores consideráveis tomaram uma certa distância, e até defenderam o voto no Não.

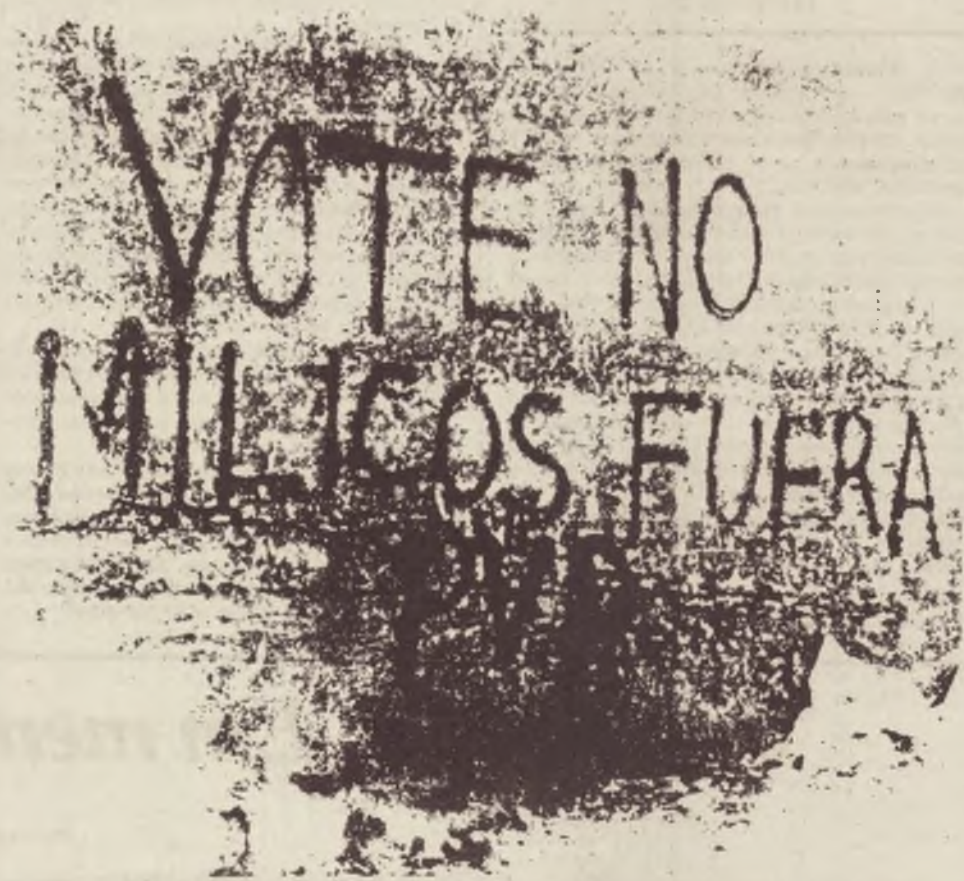
Porém o mais importante a destacar é, sem nenhuma dúvida, a agitação e a organização incipiente da gente. Em todos os níveis se organizaram espontaneamente grupos pelo Não. Ressurgiu por toda parte a idéia de mobilização, de organização e unidade na luta contra a ditadura.

O clima de agitação e repúdio que começou a manifestar-se está ligado a 7 anos de resistência ativa e passiva, nos quais a ditadura não pôde criar um só sindicato amarelo, não pôde criar um só movimento cívico de apoio. Por trás do discurso anti-liberal e anti-marxista se esconde o temor de que por qualquer fresta democrática passe a mobilização popular.

(...) Por isto repetimos que, além dos resultados, o que está presente aqui é a reanimação da luta popular, de sua inquebrantável decisão de não deixar-se governar pela ditadura terrorista. Se hoje existe uma situação favorável para a reorganização do movimento popular, esta não foi trazida pela cegonha, nem é fruto de nenhuma "influência" vinda não se sabe de onde.

Esta reanimação é o resultado do esforço clandestino e às vezes anônimo de tudo o que se fez e se sofreu em todos estes anos. De milhares de mãos que fizeram e difundiram a imprensa clandestina, quando esta era, inclusive, a única ferramenta. É o resultado dos que nos cárceres enfrentaram com dignidade a reclusão e a tortura. Dos milhares que persistiram obstinadamente com a humildade tarefa de não entregar os sindicatos e os centros estudantis e brigar por sua reorganização. (...) Do esforço organizado de alguns partidos de esquerda e dos setores tradicionais que reconhecem a liderança do ex-Senador Wilson Ferreira Aldunate. (...) Da campanha no exterior que contribuiu para a denúncia e o isolamento internacional da ditadura. (...)

Qualquer que seja o resultado do plebiscito, está claro que a situação política se modificou. O "bunker" da ditadura se abalou diante da conjunção de forças oposicionistas disparemas porém unificadas no Não. Agora deve redobrar-se o esforço para aprofundarem-se estas gretas e le-



vantar uma saída política de sinal verdadeiramente popular, de toda a oposição.

Saída política que deve passar pela Anistia Geral, a convocação de uma Assembléia Constituinte com bases populares, a formação de um governo provisório e a atenção imediata dos problemas econômicos mais graves e sentidos do povo. (...)

QUE SE VÃO! é a consigna. E que o povo entre em cena.

A luta contra a ditadura e o movimento sindical

O clima de debate político ganhou as fábricas (...). Por todos os lados se alenta um novo espírito de resistência (...).

Foi sobre os lares dos trabalhadores que caiu o mais duro da política econômica do governo. Foi sobre suas costas que caiu o mais duro da sua sanha repressiva. Dezenas de locais sindicais saqueados e fechados. Centenas de dirigentes operários presos, perseguidos ou desaparecidos. Por isso os trabalhadores somos os primeiros

interessados na plena vigência das liberdades democráticas (...).

As dificuldades que vive hoje o movimento sindical nos impõem tarefas modestas. No fundamental trata-se de reagrupar a imensa maioria dos trabalhadores em uma ação reivindicativa. Da efervescência do Não há que fazer um ponto de partida para a reorganização sindical. Não são temas separados, mas sim a mesma luta. (...)

Há um clima de grande mal-estar pela política de fome do governo, e dos patrões, porém há um verdadeiro vazio organizativo. Há que recuperar todos os locais sindicais. Há que criar e multiplicar as comissões de fábrica (...). Há que generalizar o exemplo de muitos lugares de trabalho que souberam combinar bem a luta pelas liberdades sindicais e políticas com os temas reivindicativos de salário, moradia, etc.

Há que impulsionar a reorganização pluralista e democrática da Central de trabalhadores, retomando o espírito com que esta foi fundada em 1964, e protagonizar grandes lutas que lhe ganham a confiança dos trabalhadores.

EM TEMPO:
3 anos depois

Um jornal engajado na construção do PT

Três anos de um jornal a serviço dos trabalhadores.

1977: surgia EM TEMPO "na luta pelas liberdades democráticas dentro da perspectiva dos trabalhadores".

1980: somos um jornal cada vez mais engajado na construção do Partido dos Trabalhadores.

Aqui, uma contribuição da Diretoria do EM TEMPO ao balanço que estamos realizando por ocasião de nosso terceiro aniversário.

Há três anos nasce o EM TEMPO, com uma proposta editorial centrada em defender as liberdades democráticas do ponto de vista dos trabalhadores e em subsidiar, jornalisticamente, a oposição que se colocava nesta perspectiva. Nesses três anos, muita coisa mudou, muita água passou sob a ponte.

O que é mais importante a registrar é que a oposição que luta pelas liberdades democráticas do ponto de vista dos trabalhadores cresceu enormemente, ganhou cor e até um nome. A evolução da conjuntura, no fundamental, se deu em um sentido favorável a esta proposta. Mais ainda: favorável de uma maneira não esperada até pelos mais otimistas da época.

Em 1977, quem dava a tônica na luta contra a ditadura eram setores médios, em especial o movimento estudantil. Os grandes interessados nesta luta, e aqueles que obrigatoriamente têm de ser a força determinante na construção de uma democracia real — os trabalhadores — tinham ainda uma presença reduzida no movimento.

A partir de 1978, como já se tornou voz corrente, isto mudou. A greve da Scania iniciou um ciclo de gradosas gre-

EM TEMPO



UM TESTE OPERÁRIO na luta pela reposição

Nasce uma nova semana nacional de oposição

Novembro/77: o número zero na luta pela reposição do roubo do Delfim

EM TEMPO A GRANDE GREVE DO ABC



Maio/78: saudando a primeira grande greve do período recente

ves operárias que dura até hoje. E não apenas de greves operárias no sentido estrito do termo: diversas categorias de trabalhadores não operários como médicos, bancários, funcionários públicos, professores, também seguiram o caminho da greve, para lutar tanto por melhores condições de trabalho e salários, quanto pelo direito de organização, contra a legislação repressiva. Se a primeira greve nacional depois de 1964 foi realizada pelos estudantes houve também uma greve nacional de uma categoria de trabalhadores: os professores universitários da rede federal (ver matéria nas págs. 12 e 13). O que mostra uma coisa importante: as greves, além de não se restringirem às categorias operárias stricto sensu, não se restringiram às categorias tipicamente proletarianas.

Acompanhando esta onda de greves, de lutas impressionantes e heróicas (cujo ponto culminante até agora foi a grande greve do ABC de 1980), o movimento operário e popular seguiu um processo de reorganização das suas entidades, e de retomada de entidades que tinham sido abocanhadas pelos pelegos. Já existe uma diversidade de entidades que apesar de seus problemas, e viva e expressa o avan-

ço da organização de um movimento: a UNI. Outras entidades nacionais estão em curso de formação, já com um grau avançado de organização: por exemplo, a nível dos professores.

Esse conjunto de fatos tem um significado claro: os trabalhadores assumiram a frente da luta contra a ditadura, e começaram a levar ao conjunto da oposição a sua perspectiva. Isto é, começaram a assistir, de fato, à luta pelas liberdades democráticas do ponto de vista dos trabalhadores.

Mas dissemos que esta luta, além de ter ganhado cor, ganhou também um nome. Não é segredo para ninguém: trata-se do Partido dos Trabalhadores. Seu lançamento, seu desenvolvimento, o grau de organização e de reconhecimento que já atingiu hoje são, de longe, o fato político mais importante do período, aquele que nos permite nutrir maiores esperanças. Porque o PT é a expressão do desejo de luta e de independência política dos trabalhadores, e é o instrumento que começa a ser construído para a direção das massas na transformação social, para a luta contra a exploração, para o enfrentamento com o Estado dos exploradores. Fruto do avanço do movimento operário, o PT saberá ser o grande estimulador da construção de um poder dos trabalhadores.

Em resumo, esses três anos deram lugar a mudanças que são enormemente

EM TEMPO:

PRESOS DENUNCIAM 233 TORTURADORES

O lista completo dos policiais e militares acusados

Os metalúrgicos vão às urnas

Junho/78: Os torturadores desnudados perante milhares de leitores

EM TEMPO: DOIS ANOS DE GREVES



Novembro/79: Um balanço nos dois anos de greves e seus impasses

favoráveis para um jornal com a linha editorial que presidiu ao nascimento do EM TEMPO, e abrem espaço para que esta linha seja muito mais concreta e viva.

E como se comportou o EM TEMPO nestes três anos? Julgamos que o saldo é favorável, amplamente. O EM TEMPO teve um papel de destaque na luta contra a ditadura, contra a repressão, pela anistia. Por assumir esta luta memorial, denunciando os torturadores quando ninguém fazia, nosso jornal sofreu sua vingança — as bombas em nossas sucursais de Minas e Paraná, em 1978 e 1979. Teve também um papel de destaque na cobertura das greves, da reorganização do movimento sindical, das oposições sindicais e do sindicalismo autêntico (tendo inclusive uma compreensão correta do que representava esse sindicalismo quando uma parte ponderável da esquerda ainda o considerava "pelego").

O EM TEMPO cobriu e apoiou a luta dos estudantes. E foi um dos primeiros jornais da imprensa alternativa a abrir suas páginas para movimentos como o das mulheres, dos negros, e dos homossexuais, que em geral não recebem um tratamento correto por parte da esquerda. Nos temas internacionais, EM TEMPO tratou os assuntos mais importantes com uma preocupação de subsidiar a luta no Brasil e de ressaltar os laços profundos de solidariedade que unem os tra-

balhadores de todo o mundo. Merecem registro a cobertura da revolução nicaraguense e da América Central, e da magnífica luta dos trabalhadores poloneses. Também na cobertura da esquerda brasileira o EM TEMPO inovou, oferecendo um material para a análise do passado recente.

Mas o maior acerto do EM TEMPO foi sem dúvida o de ter-se colocado desde a primeira hora a favor do PT, e de ter desde então precisado a sua linha editorial, dando ao subsídio à construção de um PT como verdadeiro Partido dos Trabalhadores o lugar central.

Em todos estes temas, a preocupação do jornal foi privilegiar o debate, entrevistas oferecer um material jornalístico variado.

Por tudo isto, pela conjuntura favorável, e pelos acertos do jornal, e que vemos seu balanço como altamente positivo e seu futuro como promissor, apesar de suas negáveis debilidades e dos problemas por que passa toda a imprensa alternativa. Neste momento, estamos procedendo a uma rediscussão da linha editorial do jornal, visando aprofundá-la, torná-la mais colada às necessidades atuais do movimento. E reiteramos o convite a todos, colaboradores e leitores, a participarem desta discussão, a fortalecer o jornal na perspectiva assinalada, comparecendo à série de reuniões que estamos já promovendo.

Enfim, registramos que discordamos da avaliação feita do jornal por um grupo de companheiros que agora se retira do coletivo (ver carta abaixo), e lamentamos sua partida. Os companheiros, têm duas discordâncias básicas em relação à maioria do coletivo do EM TEMPO: quanto ao que é a linha editorial necessária (que entendemos deve ser precisada na continuidade do exposto acima), e quanto a forma de funcionamento da frente jornalística que somos.

Os companheiros propunham uma linha voltada para "estimular e difundir

EM TEMPO LULA CONTRA-ATAÇA



AGORA, O PT

Junho/80: Edição especial pelo Encontro Nacional do PT

EM TEMPO



Julho/80: Engrossando a campanha nacional contra a escalada terrorista

As formas de organização autônoma das massas nas suas mais variadas experiências, diluindo dentro deste conceito o apoio à construção do PT, e diluindo o mesmo tempo a defesa do ponto de vista de classe dos trabalhadores. Somos totalmente favoráveis à autonomia dos movimentos populares; mas opor esta autonomia à prioridade na construção do PT, por transformá-la "autonomia" numa crítica genérica e negativista à esquerda organizada (o que se deu num artigo recente do companheiro Marco Aurélio, que foi um dos nós das divergências recentes, no fundo, já não se trata mais de autonomia, mas sim de "autonomismo", conceito equivocado, o qual o coletivo do jornal está em desacordo).

Quanto a forma de funcionamento da frente jornalística, defendemos que o EM TEMPO (o que obviamente difere com qualquer jornal) deve ter uma linha editorial pela qual se pautar o privilégio dos temas, a forma de tratá-los, quais se publicar como debate e quais entram como uma posição do jornal etc. Os companheiros defendem uma forma de funcionamento com tinturas anarquistas, onde cada um interpreta a linha editorial segundo seu entendimento próprio, abandonando os critérios coletivos de decisão. Registramos também nossa discordância da tentativa levada a cabo pelos companheiros de encobrir sua condição minoritária, na proposta que defendiam no jornal, com uma suposta incompetência do editor, o que confirma a incompreensão dos mecanismos de decisão coletivos.

Esperando que os companheiros reconsiderem a sua posição, o jornal continua aberto à sua colaboração.

Finalmente, renovamos o convite a todos os que se identificam com a proposta do EM TEMPO para que se incorporem aos nossos já três anos de esforços em prol de um jornal que expresse cada vez mais o ponto de vista dos trabalhadores.

A DIRETORIA

O fundamental é a "autonomia"

A carta dos companheiros que se retiram agora do coletivo do EM TEMPO, em desacordo com sua linha editorial e sua forma de funcionamento.

Companheiros: É com tristeza que comunicamos aos integrantes do coletivo EM TEMPO, a todos seus amigos e leitores, nossa renúncia às funções que exercíamos a nível editorial e de direção do jornal. Após a censura do artigo do M.A. Garcia (ver nº 118), abriu-se supostamente um debate nas páginas do jornal em torno a seu futuro político e a suas normas internas de funcionamento. O veto à carta do conselheiro R. Rodrigues — que seria a primeira contribuição a este debate — mostrou-nos que o diretor-presidente, Flávio Andrade insiste no monólogo e na política dos fatos consumados. Continuar em tal "discussão" seria legitimar um jogo de cartas marcadas. Não vemos mais sentido em prosseguir nela. Ao retirar-nos do EM TEMPO queremos expor por um imperativo de clarificação política, as razões de nossa decisão:

1. Há tempos que, junto a outros companheiros do jornal, e refletindo a opinião de muitos leitores, constatávamos o estreitamento e sectarização política de sua linha editorial, como o demonstra: a editoria internacional, trabalhando à base de transcrições de textos da Quarta Internacional ou produzindo receitas pretensamente revolucionárias para cada canto do globo; — a cobertura do movimento estudantil, entre outras, em que o jornal assumia o papel de propagandista de tendências em polémicas menores;

— a concepção da política, que minimiza a cobertura dos movimentos (tratados apenas em suas editorias específicas) e os desarticulados "grandes temas nacionais" (estes tratados de forma tradicional).

E evidente nossa responsabilidade, pelo menos por omissão, em tudo isto e por esta razão decidimos questionar teórica e praticamente esta visão, ganhar o coletivo EM TEMPO para uma outra posição, ou explicitando as diferenças.

2. No primeiro empenho neste sentido houve a censura ao artigo do M.A. Garcia. Várias vezes matérias haviam sido mutiladas ou não publicadas. Nesta ocasião, no entanto, explicitou-se que o artigo de Marco Aurélio fora vetado por "incompatível politicamente com a linha do jornal".

Na discussão que se seguiu no interior de um coletivo bastante esvaziado, explicitaram-se diferenças em pontos tão importantes como:

a) a interpretação da linha editorial aprovada na reunião do Conselho Editorial e Administrativo, de 12 de agosto de 1979 (E.T. 16-22 8 79, p.4), e que se constituía no "programa para a frente jornalística". Nossa leitura no programa identifica nele um compromisso fundamental do jornal no sentido de "estimular e difundir as formas de organização autônoma das massas nas suas mais variadas experiências" e, por esta razão o apoio ao Partido dos Trabalhadores. Flávio Andrade vê no texto apenas um compromisso com o PT e particularmente com as "tendências classistas" em seu interior.

Como se vê, são duas formas de valorizar o próprio PT.

Nossa proposta de articulação jornalística pode ser ilustrada pela editoria de mulheres, na qual se buscou refletir a experiência deste movimento, ao invés de dar-lhe uma linha do exterior. Este trabalho foi feito com companheiros de origem diversa que, num trabalho coleti-

vo, expressavam não só suas opiniões como divulgavam as distintas tendências do movimento. Num momento em que a esquerda estava perplexa frente ao feminismo e que a própria imprensa feminista atravessava uma crise, EM TEMPO pôde desempenhar um papel de vanguarda. Tudo indica, no entanto, que a autonomia da editoria foi preservada na medida em que, talvez por considerar um domínio "menor", não havia uma linha preestabelecida para o trabalho de mulheres.

b) A concepção de democracia interna do companheiro Flávio Andrade, especialmente num momento em que funcionavam precariamente as instâncias coletivas do jornal, significa que o editor-chefe, interpretando o que ele considera ser a posição da maioria do coletivo, reserva às posições minoritárias os espaços que ele considera correspondentes a seu peso numérico no jornal, desde que — estas posições não contrariem a leitura que ele faz da posição do jornal. É difícil pensar uma frente jornalística funcionando à base de "centralismo democrático", menos ainda à base de despotismo pouco ilustrado.

c) A avaliação do jornal na presente conjuntura, particularmente crítica para a imprensa alternativa. Enquanto vemos com insatisfação a pouca importância dada às experiências, elaborações e propostas surgidas no interior do movimento popular, alguns companheiros da "maioria" se comprazem com a elaboração de um jornal "mais posicionado" (isto é, mais lechado com (pré) determinadas posições estratégicas e táticas).

3. Frente a todos estes fatos, empenhamo-nos na convocação de uma reunião do CEA para discutir a situação e perspec-

tivas do jornal. Começamos a preparar um texto que contribuisse para a definição de linhas de trabalho, superasse a tendência ao sectarismo, ampliasse a relação com os leitores e redefinisse a própria base de sustentação material, o que é impossível de fazer sem recompor sua base política. Tínhamos e temos consciência de que se trata de questão complexa, porque ligada às dificuldades que atravessa a imprensa alternativa, a esquerda e o próprio movimento popular. Tínhamos e temos, ao mesmo tempo, certeza de que este trabalho passava por uma redefinição de relações com o movimento e com outras forças políticas, tendo em vista a debilidade de nossos laços, excessão feitas às editorias sindical e de mulheres, onde existe uma boa experiência acumulada.

O essencial na discussão seria despertar novos interessados, manifestar internamente a disposição de questionar-se, de abrir-se. Por isso, ao lado da discussão interna teríamos de publicitar o mais

amplamente os problemas e debates em que nos envolvíamos. Sem querer levar a discussão a questões de detalhes, não pretendíamos deixar sem resposta algumas afirmativas falsas que se encontravam na carta-resposta do que sobrou da diretoria ao companheiro M.A. Garcia. Qual não foi, pois, nessa surpresa, quando o companheiro F. Andrade, sem ter mesmo consultado nenhum dos integrantes da diretoria (como ficou claro na reunião), censurou a carta do conselheiro R. Rodrigues na seção APARTE, alegando que ela tratava de "questões internas", que "não interessavam ao público". O jornal precisa ter uma relação franca com seus leitores. Estes não são seus meros "consumidores", mas contribuintes ativos na qualidade de fonte, utilizáveis e críticos. O resto é imprensa-empresaria.

Falando claro: ficou para nós evidente que se pretendia uma discussão em ambientes tão rarefeitos que dificilmente, poderíamos atrair para EM TEMPO

os novos ares que ele necessita para superar sua crise atual.

O conjunto dos companheiros que trabalham no EM TEMPO nos merecem o maior respeito. A continuidade de nossa participação nele, no entanto, nos comprometeria com um produto global do qual discordamos cada vez mais e sobre o qual verificamos não termos possibilidades de medir, modificando-o.

Por esta razão nos desligamos de todas nossas responsabilidades no jornal, na certeza de que nos encontraremos sempre lado a lado nas lutas dos trabalhadores.

EDER SADER (presidente do CEA), MARCO AURÉLIO GARCIA (membro do CEA), ROBERTO RODRIGUES (membro do CEA), ELISABETH SOUZA LOBO, JOSÉ REIS e SÍLVIO CACCIA BAVA.

EM TEMPO:

Conselho Editorial e Administrativo:

Raul Pont, (presidente), Aloísio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Robinson Aires, Sérgio Allí, Tom Duarte, Luci Ayala, Marisa Araujo, Sandra Starling.

Suplente: Valmir Menezes.

Diretoria: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Robinson Aires.

Editor Chefe: Flávio Andrade.

Dir. Responsável: Robinson Ayres.

Arte: Sergio Papi e Paulo Roberto Borges.

Sucursais:

Belo Horizonte: Av. Cristóvão Colombo, 550 Tel.: 224-0127. Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20. Rio de Janeiro: Caixa Postal 4680. Salvador: Av. Joana Angélica, 8 sala 44. Fortaleza: R. Pedro I, 1490 - Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A.

R. Francisco Leão, 57 - Pinheiros - São Paulo CEP 05414 - Tel.: 852-8880.

IMPRESSÃO: Editora Jorués R. Gastão da Cunha, 49 - Tel.: 531-8900.

CORRUPÇÃO

Quem roubou?

O governo tudo fez para que a CPI da Corrupção não saísse. Há anos que os deputados opositores vinham se esforçando para sua aprovação sem nada conseguir. Finalmente, em junho do ano passado, a CPI da corrupção foi proposta pelo deputado Válber Guimarães (PP) e garantiu sua aprovação regimental, já que foi endossada pelas assinaturas de um terço dos deputados, número suficiente para a instalação automática. Para fechar, então, o caminho à CPI, o PDS passou a ocupar o espaço da Câmara com outras comissões, requeridas sempre de cima para baixo. Aprovada neste ano, enfim, a instalação da CPI pela Comissão de Justiça da Câmara, restou ao PDS protelar o seu início através de artifícios burocráticos. Reagindo contra isso, os deputados da oposição denunciaram em plenário a manipulação ilegal de 140 milhões de cruzeiros das verbas parlamentares, beneficiando entre outros, os ministros Abi-Ackel e Jair Soares. Diante da pressão, o governo teve que acabar cedendo.

Assim, apesar de a maioria do PDS na CPI poder criar sérias dificul-



General João Batista Figueiredo

Seus dois filhos usaram da influência do pai para conseguir a construção de um drive-in no Autódromo de Brasília (custo: 300 mil cruzeiros em 1972) e a exclusividade do direito de explorá-lo por 20 anos. (denúncia do deputado José Costa). Figueiredo é acusado ainda de telefonar a diretores do Banco do Brasil no Paraná determinando que se concedessem financiamentos a determinados cidadãos e de procurar "candidatos que condicionassem seu empenho na campanha à concessão de financiamentos que ultrapassassem os limites legais." (senador Leite Chaves).



Ministro Delfim Neto (do Planejamento)

O atual ministro do Planejamento, enquanto era embaixador na França, recebia percentual em dólar de todas as transações que o governo brasileiro realizava com o governo francês. De acordo com o depoimento Chico Pinto, ele recebeu milhões de dólares, que foram depositados num banco suíço. A denúncia foi confirmada por um relatório reservado, elaborado pelo Coronel Raimundo Saraiva.



Ministro Andreaza (do Interior)

"Um conglomerado de irregularidades deste porte não passa pela minha garganta", disse o ministro do Tribunal de Contas da União, Wagner Campos, ao examinar as contas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, quando Andreaza era ministro dos Transportes. Contratos sem licitação, aquisição irregular de bens, programação de obras sem cobertura financeira, aumentos de custos de obras até seiscentos por cento após a vigência do contrato. Mas recentemente, o Cel. Andreaza comprou de uma firma — coincidentemente fundada por seu avô — 800 casas pré-fabricadas para desabrigados nas últimas enchentes, a um preço duas vezes superior ao seu valor real.



Ministro Amaury Stable (da Agricultura)

Possui 10% das ações da Sharp (multinacional da eletrônica) e sua mulher possui outros 5%. O diretor da Sharp financeira é, tremenda coincidência, o filho do ministro. A Sharp ia lucrar 3,2 bilhões numa negociação envolvendo

Quanto roubou?

dades aos seus trabalhos, que terão continuidade em março de 81; apesar do requerimento da CPI não trazer vários atos de corrupção já denunciados e que envolvem figuras centrais do Planalto, ela deve ser saldada como uma grande derrota do regime.

E nesse momento, em que mais uma vez o governo pede ao povo para apertar os cintos, nunca é demais relembrar as falcatruas e mordomias que a gang do Planalto promoveu com o dinheiro público. Apenas os atos de corrupção tornados públicos no período de 1975 a 1978 são responsáveis por um rombo de 450 bilhões de cruzeiros (valores atuais) nos cofres públicos. Só para se ter uma idéia, com tal quantia poderiam ser construídas 900 mil casas populares. Ou ainda, cerca de seis usinas iguais a Itaipu, a maior hidroelétrica do mundo.

A seguir, EM TEMPO relembra denúncias de corrupção envolvendo exatamente as autoridades responsáveis pelas finanças públicas. Dá pra confiar?

um milhão de hectares de terra no Mato Grosso e mais algumas centenas de milhares de cruzeiros de financiamento do Banco do Brasil para colonizá-las. Só não lucrou por que a história toda chegou aos ouvidos do deputado Hélio Duque, que denunciou a trama.



Ministro Ernane Galvêas (da Fazenda)

Maior suspeito do crime da venda ilegal de ações da Vale do Rio Doce, mais baratas do que estavam cotadas e num lote de 200 milhões de ações, sem aviso prévio. Foi o Tesouro Nacional logo, o povo brasileiro, que arcou com os prejuízos fabulosos. Em outubro, o ministro da Fazenda somou a esses prejuízos o custo do desvio de um DC-10 de sua rota comercial para deixá-lo em Brasília.



Ministro Valdir Arcoverde (da Saúde)

Além do seu salário, sabe-se que o ministro de uma das pastas mais carentes de recursos recebe a módica quantia de cerca de 2 milhões de cruzeiros por ano, como ajuda de custo para suas mordomias.



General Golbery do Couto e Silva (chefe da casa civil)

É Presidente de Honra Perpétuo da Dow Chemical, multinacional norte americana, denunciada pelo senador Saturnino Braga como responsável por inúmeras falcatruas: desde pedidos de isenção ao Conselho de Desenvolvimento Industrial aprovados em prazos recordes, até importações fraudulentas e oferta de favores políticos ao governador do Rio Grande do Norte (através do General Golbery, é claro) em troca da concessão exclusiva da exploração das salinas do Estado.



Senador José Sarney (presidente do PDS)

Acusado pelo seu "adversário" político e colega do PDS, Nunes Freire, de ter desaparecido, em 1976, com um milhão de cruzeiros destinados a uma companhia de desenvolvimento. Entre outras coisinhas mais, responde a processo no Supremo Tribunal Federal por estelionato. Ele apenas deu como garantia ao Banco do Brasil por um empréstimo de 3 milhões de cruzeiros, seis mil hectares de terras pertencentes ao Estado.